



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CÉSAR ROBÉRIO SOARES DO MONTE

**“HERÓIS DA PÁTRIA” E “FACINOROSOS” –
CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS CAMADAS
POPULARES NAS LUTAS PELA
INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Agosto/2024



CÉSAR ROBÉRIO SOARES DO MONTE

**“HERÓIS DA PÁTRIA” E “FACINOROSOS” – CAMINHOS PERCORRIDOS
PELASCAMADAS POPULARES NAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ**

Texto apresentado à Banca de Qualificação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. (Área de concentração: Ensino de História)

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa

MEMBROS:

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI) – avaliador interno

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (UESPI) – avaliador interno

Profa. Dra. Ana Sara Parente Ribeiro Cortez Irffi (UFC) – avaliadora externa

M753h Monte, César Robério Soares do.

“Heróis da pátria” e “facinorosos” : caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí / César Robério Soares do Monte. – 2024.

104 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, *Campus* Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2024.

“Área de Concentração: Ensino de História.”

“Orientador: Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa.”

1. Independência do Piauí. 2. Movimento popular. 3. Batalha do Jenipapo. 4. Historiografia. 5. História do Piauí. I. Título.

CDD 981.22



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA – PARNAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ATA DE EXAME DE DEFESA
DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTÓRIA)
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 16:00 horas, na Sala Virtual do Google Meet <<http://meet.google.com/pef-pxvb-uas>>, na presença da Banca Examinadora, presidida pelo professor **João Paulo Peixoto Costa** (Orientador) e composta pelas seguintes professores examinadores: **Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi** (Universidade Federal do Ceará – Examinadora Externa), **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro** (Universidade Estadual do Piauí – Examinador Interno) e **Marcelo de Sousa Neto** (Universidade Estadual do Piauí – Examinador Interno), o mestrando **César Robério do Monte** (Matrícula 4039109) realizou seu Exame de Defesa no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), uma das exigências indispensáveis à obtenção do respectivo Diploma de Mestrado, conforme preconizado no Art. 55º da Resolução CEPEX nº 005/2021, tendo como título da dissertação: **“Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí**. Após a apreciação da referida dissertação e a respectiva arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão reservada para deliberação, atribuindo ao mestrando a menção de APROVADO. Eu, professor João Paulo Peixoto Costa, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros examinadores e pelo mestrando aprovado nesta defesa de dissertação.

Observações apresentadas pela Banca Examinadora: **nota 10; recomenda-se fazer as alterações sugeridas pela banca antes do depósito da versão final.**

Documento assinado digitalmente



JOAO PAULO PEIXOTO COSTA
Data: 14/08/2024 08:03:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa
Universidade Estadual do Piauí
Presidente da Banca Examinadora
CPF: 022179913-37

Documento assinado digitalmente



ANA SARA RIBEIRO PARENTE CORTIZ IRFFI
Data: 15/08/2024 14:00:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
Universidade Federal do Ceará
Examinadora Externa
CPF: 914154463-34

Documento assinado digitalmente



FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 14/08/2024 11:04:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Universidade Estadual do Piauí
Examinador Interno



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**Universidade Estadual
do Piauí**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA – PARNAÍBA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



CPF: 087925387-89

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO DE SOUSA NETO
Data: 15/08/2024 13:50:23-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto
Universidade Estadual do Piauí
Examinador Interno
CPF: 747008043-00

Documento assinado digitalmente
gov.br CESAR ROBERIO SOARES DO MONTE
Data: 23/10/2024 12:59:50-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

César Robério Soares do Monte
Mestrando
CPF: 395024653-34



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade Estadual
do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**



RESOLUÇÃO CEPEX Nº. 089/2016

ANEXO A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL

Concedo à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) o direito não-exclusivo de reproduzir, traduzir e/ou distribuir este trabalho (incluindo o resumo) por todo o mundo, no formato impresso e eletrônico e em qualquer meio, incluindo os formatos áudio ou vídeo.

Concordo que a UESPI pode, sem alterar o conteúdo, transpor este trabalho para qualquer meio ou formato para fins de preservação.

Concordo que a UESPI pode manter mais de uma cópia de meu trabalho para fins de segurança, backup ou preservação.

Declaro que este trabalho é original e tenho o poder de conceder os direitos contidos nesta licença.

Declaro também que o depósito deste trabalho não infringe direitos autorais de ninguém.

Levando-se em conta que o trabalho ora depositado tenha sido de resultado de patrocínio ou apoio de uma agência de fomento ou outro organismo que não seja a UESPI, declaro que foram respeitados todos e quaisquer direitos de revisão como também as demais obrigações exigidas por contrato ou acordo.

Contendo este trabalho material do qual não possuo titularidade dos direitos autorais, declaro que obtive a permissão irrestrita do detentor dos direitos autorais para conceder à Universidade os direitos apresentados nesta licença, e que esse material está claramente identificado e reconhecido no texto ou no conteúdo do trabalho ora depositado.

A UESPI se compromete a identificar claramente seu nome(s) ou o(s) nome(s) dos detentores dos direitos autorais do trabalho em questão, e não fará qualquer alteração, além daquelas concedidas por esta licença.

De acordo com esta licença.

Teresina, PI 21 de outubro de 2024.



Documento assinado digitalmente
CESAR ROBERIO SOARES DO MONTE
Data: 21/10/2024 12:01:56-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura

"Heróis da Pátria" e "Facinorosos" - Caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência do Piauí

Título do trabalho

Mestrado Profissional em Ensino de História

Curso

AGRADECIMENTOS

Em um mundo dominado pela ingratidão é mister agradecer sempre! Sou muitíssimo grato a quem contribuiu de uma forma ou de outra, muito ou pouco, para que eu concluísse a presente dissertação. Agradeço inicialmente a existência do ProfHistória, que possibilita no nosso país oportunidades de estudo e pesquisa para professores como eu, que estando nas trincheiras da docência, termina adiando sempre o ingresso em um curso de mestrado. Quantas vezes eu disse e ouvi dos colegas professores: “no próximo ano eu tento a seleção para o mestrado!” No meu caso, “de próximo ano a próximo ano” foram mais de três décadas. Sou muito grato ao ProfHistória e o defendo de forma fervorosa onde chego.

Sou muito grato a minha esposa, Lucimary, e aos meus filhos Jorge Eduardo e Guilherme Augusto pelo firme apoio e pela compreensão em relação aos momentos familiares que foi necessário me ausentar por conta da pesquisa. Pela primeira vez na minha vida, em junho de 2024, não fui nenhuma noite dos festejos do glorioso Santo Antonio de Campo Maior (PI)! Quem conhece esta tradição secular na nossa terra compreende o que estou dizendo. Mas, tudo por uma boa causa.

Sou muito grato aos amigos e amigas mestrandos, pessoas maravilhosas que reencontrei ou encontrei no mestrado. Vocês foram muito importante nesta caminhada, sobretudo porque pude ter contato com pessoas dinâmicas e determinadas, que tinham muito em comum com a minha história de vida também. O mestrado profissional tem uma mística muito interessante, agrega profissionais da educação que estão no exercício efetivo da profissão e anseiam para evoluir na sua qualificação. Estes mestrandos conseguem transitar da teoria para a prática e da prática para a teoria com muito conhecimento de causa.

Sou muito grato aos professores do ProfHistória ao longo do curso, todos me marcaram pela disponibilidade em nos conduzir nesta jornada, em desmistificar o mundo da pesquisa que se desvendava. Desde o início confessei que, por décadas, a “minha praia” era a docência na educação básica e que esta “patente” de pesquisador eu tinha como algo muito distante e que acreditava que seria até mesmo inacessível para mim. Algo como que, neste mundo da História havia os que pesquisavam e os que lecionavam, eu fazia parte deste segundo grupo e estava tudo bem.

Professores fazem a diferença. Para que pudesse romper com estes paradigmas equivocados sobre a pesquisa sou muito grato aos professores Felipe Ribeiro, Fabrícia Teles, Fernando Botton, Gustavo Durão e Thiago Reisdorfer. Aos poucos fomos percebendo que além de ser possível dar passos além do que já tínhamos dado, era também muito necessário. Não

Professores fazem a diferença. Para que pudesse romper com estes paradigmas equivocados sobre a pesquisa sou muito grato aos professores Felipe Ribeiro, Fabrícia Teles, Fernando Botton, Gustavo Durão e Thiago Reisdorfer. Aos poucos fomos percebendo que além de ser possível dar passos além do que já tínhamos dado, era também muito necessário. Não tenho como neste espaço limitado relatar o quanto que qualifiquei minha prática docente após cursar o ProfHistória. Passei a rever muito as abordagens que conduzia em sala de aula no exercício do magistério à luz das leituras e reflexões durante o curso de Mestrado.

Sou muito grato à amiga e comadre Profa. Dra. Valtéria Alvarenga, contemporâneos da graduação e que muito me motivou a seguir em frente, muito contribuiu com sua experiência acadêmica, com sugestões e questionamentos que foram de grande valia. Tudo isso confirma que o maior patrimônio que podemos ter são as boas e fraternas amizades, pois a Profa. Valtéria mesmo sendo super ocupada, disponibilizava tempo para dialogarmos sobre a pesquisa.

Gratidão das gratidões para o meu professor orientador, Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa, que além de desmistificar o ato de pesquisar desmistificou também a figura do orientador! Olha, que escutava horrores sobre os professores orientadores, até de orientandos que teriam ficado mentalmente perturbados após se digladiarem com seus orientadores. A caminhada em parceria com o Prof. João Paulo foi fantástica, sempre disponível para dialogarmos sobre a pesquisa, contribuindo significativamente para tudo acontecesse da melhor forma. Hoje, creio que em relação aos demais orientadores há uma certa injustiça quanto a forma como são definidos. O que todos eles querem, sem sobra de dúvida, é o bem para seus orientandos. Vida longa para o ProfHistória e para seus professores orientadores!.

Concluo agradecendo aos membros da banca examinadora, presidida pelo Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa e pelos professores orientadores Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez (UFC), Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI) e o Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (UESPI). Confesso que a princípio fiquei temeroso pela quantidade de examinadores, mas foi bem melhor assim, devido as essenciais contribuições que todos deram para aprimorar a pesquisa. A professora Ana Sara tem um olhar especial para os processos históricos, detacando ângulos que estavam despercebidos até então, muito grato pelas suas contribuições. O Prof. Felipe Ribeiro nos acompanhou deste o início do curso do mestrado, conduzindo debates que amadurecem nossas percepções, sendo fundamental nestes “partos” de pesquisadores, uma das joias preciosas do ProfHistória do Piauí. O Prof. Marcelo Neto coroou as reflexões da defesa da dissertação com suas contribuições de pesquisador de temáticas associadas à participação do Piauí no processo de independência, uma referência em relação aos estudos sobre o século XIX no nosso estado. A todos da banca, minha eterna gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a participação popular no processo de independência do Piauí a partir das experiências obtidas na Batalha do Jenipapo, conflito bélico que ocorreu em Campo Maior, Piauí, no dia 13 de março de 1823 envolvendo tropas de nacionais das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco contra as tropas do português major João José da Cunha Fidié. A análise da historiografia relacionada à independência do Brasil associada a informações contidas em fontes primárias permitem compreender melhor os papéis atribuídos aos diferentes sujeitos que integraram essa experiência, notadamente os aspectos do processo de criminalização de membros das camadas populares que aconteceu no pós Batalha por parte das elites e da Junta governativa do Piauí. Procura-se desmistificar os entendimentos que os membros das camadas populares foram totalmente manipulados e que não tinham projetos políticos a defender no bojo da independência que eles estavam lutando para assegurar, como também a visão preconceituosa e generalizante de que eram um bando de saqueadores que utilizaram o pré-texto da independência para saquearem, que tínhamos, portanto, múltiplos entendimentos sobre os destinos da ex-colônia portuguesa na América do Sul no início do século XIX. Para a problematização destas temáticas em aulas de História, será proposto uma intervenção pedagógica através de uma sequência didática que desperte o engajamento dos nossos jovens alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Piauí; movimentos populares; independência.

ABSTRACT

This research addresses popular participation in the independence process of Piauí, focusing on experiences gained during the Battle of Jenipapo, a military conflict that took place in Campo Maior, Piauí, on March 13, 1823. The confrontation involved national troops from the provinces of Piauí, Ceará, and Pernambuco against the forces of Portuguese Major João José da Cunha Fidié. The analysis of historiography related to Brazil's independence, combined with information from primary sources, allows for a better understanding of the roles assigned to different participants involved in this experience, particularly regarding the criminalization of members of the lower classes that occurred in the aftermath of the battle, perpetuated by the elites and the governing junta of Piauí. This research seeks to demystify the notion that members of the lower classes were completely manipulated and lacked political projects to defend in the context of the independence for which they were fighting. It also aims to challenge the prejudiced and generalizing view that they were merely a band of looters who used the pretext of independence for plundering. Thus, it highlights the existence of multiple understandings regarding the fate of the former Portuguese colony in South America at the beginning of the 19th century. To address these themes in history classes, a pedagogical intervention will be proposed through a didactic sequence designed to engage our young students.

KEYWORDS: Piauí; popular movements; independence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PIAUÍ AO LONGO DE DOIS SÉCULOS	13
1.1 UMA QUARTA FASE HISTORIOGRÁFICA: A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA...	23
CAPÍTULO 2: CAMADAS POPULARES NO PROCESSO DE ADESÃO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: NARRATIVAS EM CONSTRUÇÃO	29
CAPÍTULO 3: SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA: O PROTAGONISMO POPULAR NA FORMAÇÃO DO BRASIL	58
3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA - “O PROTAGONISMO POPULAR NA FORMAÇÃO DO BRASIL”	66
REFERÊNCIA.....	69
APÊNDICE A – FASES DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE.....	74
APÊNDICE B – SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA	79
ANEXO A – MAPA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ (1823).....	105
ANEXO B – CURRÍCULO PIAUÍ: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	106
ANEXO C – HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA - 8º ANO - ALFREDO BOULOS JÚNIOR	107

INTRODUÇÃO

Lecionar História local, ao mesmo tempo que é necessário e encantador por possibilitar abordagens de perspectivas onde pessoas comuns e cenas cotidianas entrecruzam-se a aspectos referentes a grupos e situações sociais diversas, é também algo desafiador, considerando uma série de obstáculos que precisam ser superados com determinação. Há desde a carência de materiais didáticos e fontes de pesquisa disponíveis nas unidades de ensino, até o que os sistemas estabelecem como grades curriculares, sob a justificativa de produzir uma uniformidade na base de formação escolar, construídas privilegiando versões definidas como a história nacional, restando poucos espaços para o desenvolvimento das especificidades locais.

Considerando o que estabelece a lei 9394/96, ao orientar que as práticas de aprendizagens devem pautar-se na compreensão dos ambientes naturais e sociais, dos sistemas políticos, das tecnologias, das artes e dos valores em que se fundamentam as sociedades, o estudo da história local oferece ao aluno um referencial analítico para a compreensão dessa dinâmica. No Piauí temos as lutas pela consolidação da nossa independência que envolveu a participação de combatentes vindos do Ceará e Pernambuco, que se juntam aos piauienses no enfrentamento das tropas do português Major João José da Cunha Fidié, culminando na Batalha do Jenipapo no dia 13 de março de 1823 e seus desdobramentos.

Sempre nos inquietou, ao longo da nossa experiência enquanto professor da Educação Básica, tanto o desconhecimento sobre a participação da província do Piauí no processo de independência do Brasil e consolidação da unidade nacional, quanto ao relevo que é dado tão somente à Batalha do Jenipapo, sem nenhum demérito para este importante confronto entre as tropas de Fidié e os nacionais independentes, com muitos sacrifícios de vidas de lado a lado.¹

Ocorre que, não sendo priorizado o estudo da História local, nas poucas oportunidades em que essa temática é abordada, exalta-se muito a Batalha do Jenipapo propriamente dita, desconsiderando os momentos que a antecederam e os posteriores, não possibilitando uma ampla compreensão deste processo histórico.

Foi movido por estas inquietações que definimos a temática dessa pesquisa, delimitando-a de forma temporal em aspectos que integraram esse processo de uma forma mais

¹ A versão hegemônica sob esse acontecimento que tanto orgulha os piauienses, apesar dos avanços no campo historiográfico, ainda é o do confronto de “tropas”. Um vocabulário que remete a uma matriz de pensamento que produz dificuldades a uma compreensão do papel das camadas populares nesse evento, como reações motivadas pelas difíceis condições sociais e políticas que caracterizavam aqueles contextos. Por isso, a disposição para a luta não se encerra com o reconhecimento legal da independência do país, e o alvo dessa reação não ser apenas Fidié e suas tropas.

ampla, estendendo-o a momentos que se desdobram para além dos episódios que consagraram o 13 de março na historiografia local e lentamente vem dando destaque a ele na produção nacional. Mais especificamente, procuramos destacar a importância das múltiplas atuações das camadas populares, bem como foram interpretadas ao longo do tempo pela historiografia.

Prevalece na literatura sobre a Batalha do Jenipapo que da parte dos nacionais lutaram pessoas de origem popular, sem treinamento militar, praticamente desarmadas, já que utilizaram instrumentos de trabalho como foices e facões, com os quais, de forma heróica enfrentaram as tropas de Fidié, e muitos perderam suas vidas. Ou seja, uma abordagem que os mostra como verdadeiros heróis “brasileiros”, que morreram “pela pátria”, o querido “Brasil”, lutando contra os “portugueses”.

Esta é simplificada e pedagogicamente a versão perpetuada na historiografia, nas práticas de ensino de história e nos diferentes discursos que ecoam pelo Piauí, criando uma identidade da sua população com o acontecimento. Ocorre que essa versão da Batalha do Jenipapo apresenta, entre tantos outros, problemas de ordem política e conceitual. Primeiro por supor uma unidade social que estava distante da realidade. Ribeiro (2002, p. 09) afirma que os “laços ditos naturais e de sangue”, bem como as relações comerciais, que tornavam a todos “compatriotas”, “irmãos”, romperam-se com a independência do Brasil, não apenas revelando as incompatibilidades que se formavam entre os dois lados do Atlântico, mas chamando a atenção e acirrando “[...] as rivalidades nacionais e raciais, até então amenizadas e imiscuídas nos discursos da irmandade”, fazendo eclodir entre alguns setores da sociedade brasileira uma disposição para a luta pela liberdade.

Importante destacar ainda que, em um aprofundamento do conhecimento sobre as primeiras décadas do século XIX, palco das lutas pela independência, os conceitos de “Brasil”, “brasileiros”, “pátria” e “portugueses” eram completamente diferentes dos sentidos atribuídos a esses termos na atualidade, não sendo adequado afirmar que os combatentes da Batalha do Jenipapo lutaram em defesa da “pátria”.

Na documentação que guarda os resquícios da situação que envolveu a participação do Piauí no processo de independência do Brasil, é possível identificar a complexidade daquela experiência, pois os mesmos sujeitos que no 13 de março foram aclamados como “heróis da pátria”, por se mostrarem destemidos a defender com a própria vida a quebra dos grilhões do julgo português, passaram, no momento seguinte, a ser tratados como criminosos perigosos. Vieira da Silva afirma que a Junta Provisória do governo da província do Piauí e “O

Conciliador”² os chamavam de “salteadores” (Silva, 2022, p. 96). Abdias Neves (2006, p. 171) relata que “[...] por toda parte campeava impune a turbamulta dos arruaceiros, que cresciam em perversidade à medida que se engrossavam os seus bandos [...] Não eram forças militarizadas, eram quadrilhas de salteadores.” Wilson Brandão (2006, p. 161) contextualiza como “[...] bandos de facínoras infestam a freguesia toda.” Odilon Nunes (2007, p. 73) cita “[...] uma súcia em que predominava bandidos afeitos a todos os crimes.”

Cabe aqui intensificar a pesquisa para melhor entender a complexidade desse processo, que passa pela criminalização destes homens oriundos das camadas populares, a identificação dos interesses que estavam em jogo, possíveis conexões estabelecidas entre as formas de pensar e agir das elites nacionais com as do povo, e projetos de futuro que ficam evidentes nas ações, omissões e opressões que se vinculam aos diferentes segmentos sociais. A partir da análise da produção historiográfica piauiense sobre o processo de independência ao longo destes dois séculos, buscamos compreender como se manifestaram a participação desses sujeitos, de suas demandas e dos conflitos que os envolveram na dinâmica a partir da Batalha do Jenipapo.

No primeiro capítulo faremos uma revisão historiográfica sobre a História do Piauí, enfatizando as abordagens dos autores sobre a participação desta província no processo de independência do Brasil, procurando identificar as interpretações sobre as atuações das camadas populares. Utilizaremos uma proposta de periodização adotada por Teresinha Queiroz, que dividiu a historiografia piauiense em três fases, que serão adiante apresentadas.

No segundo capítulo faremos uma análise da documentação primária manuscrita, ao tempo em que refletiremos sobre abordagens historiográficas sobre a temática da participação popular no processo de independência no Piauí, estabelecendo comparações com o mesmo contexto em outras províncias em que também houve conflitos contra forças portuguesas.

Podemos observar que de uma forma ou de outra houve participação popular seguido de um processo de criminalização deste segmento social pelas elites provinciais.

No terceiro capítulo abordaremos uma proposta de articulação entre o Ensino da História local e as lutas populares na independência, através de uma proposta de sequência didática como uma estratégia de ensino para os alunos do ensino fundamental, destacando o protagonismo popular na formação do Brasil.

² O *Conciliador* foi o primeiro periódico lançado no Maranhão, em 15 de abril de 1821, em São Luís (MA), que divulgava também artigos sobre o Piauí, quando não havia jornais nesta província.

CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PIAUÍ AO LONGO DE DOIS SÉCULOS

Tratar sobre a participação da então província do Piauí no processo de independência do Brasil implica recorrer ao que já foi escrito sobre esta temática ao longo de dois séculos, sob diferentes percepções e interesses, tanto em relação ao que foi dito quanto ao que foi silenciado. Para trilharmos este caminho de aproximação em relação à efervescência das primeiras décadas do século XIX, conjuntura em que se desenrolou os conflitos em torno da consolidação da independência nas províncias do norte do Brasil, evidenciando a participação do Piauí, utilizaremos a proposta de sistematização da historiografia sobre esta temática elaborada por Teresinha Queiroz, que no seu artigo divide as obras com características que ela entende como semelhantes em três momentos distintos (Queiroz, 2022).

As razões pelas quais optamos pela periodização proposta por Queiroz deriva do fato desta pesquisadora estar refletindo sobre a historiografia piauiense desde 2006, quando ela publicou o artigo **“Do Singular ao Plural”**, apesar de ter dito que “não ousaria propor uma periodização, o que seria precipitado no estado atual das pesquisas, mas sugeriria uma tentativa de demarcação de momentos expressivos em relação à historiografia piauiense” (Queiroz, 2006, p. 141). Neste momento o esforço da autora foi no sentido de visualizar uma periodização geral da historiografia piauiense, que, a despeito da advertência inicial, foi apresentada uma divisão em três fases: a primeira indo do final do século XIX ao início do século XX, a segunda, contemplando a segunda metade do século XX e a terceira compreendendo de 1980 até 2000.

Neste primeiro artigo, os autores inseridos na primeira e segunda fase desta classificação foram em grande quantidade literatos que escreveram sobre temas que de alguma forma é possível considerá-lo, relacionados com a História, já que Queiroz (2006, p. 142) justifica este entendimento pelo fato de que “os conceitos de História e de historiografia se modificam ao longo do tempo. Daí as dificuldades e as armadilhas para quem lida com estas temáticas, visto que o que era considerado história, em um determinado momento, difere do que é a disciplina hoje.” Portanto, esta primeira periodização da historiografia piauiense não era sobre nenhuma temática específica, buscava contemplar todos aqueles que tinham produzido sobre os mais diversos temas relacionados com a história do Piauí.

Em 2010 Teresinha Queiroz publica o artigo **“A historiografia da independência no Piauí”**, delimitando os autores e obras analisadas, justificando ser a Independência “[...] o tema mais importante da historiografia piauiense” (Queiroz, 2010, p. 21). Tomando como referência o artigo anterior, publicado em 2006, são mantidas as três fases, coincidindo o corte cronológico

já explicitado, mas agora com denominações específicas: escrita instituinte, historiografia revisionista e historiografia moderna. Fica muito evidente nesta periodização o papel das instituições engajadas na publicação das obras historiográfica, notadamente a Academia Piauiense de Letrase o governo do estado do Piauí em relação à escrita instituinte e a revisionista, tanto por ocasião das celebrações do centenário da independência quanto os eventos relacionados com o sesquicentenário.

Na evolução destas reflexões sobre a historiografia piauiense delimitada na temática da participação do Piauí no processo de independência do Brasil, Teresinha Queiroz publica em 2022 o artigo **“A história da independência no Piauí, das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações”**, mantendo a estrutura anterior de periodização. O primeiro grupo de textos analisados segue sendo chamado pela historiadora de **“escrita instituinte”**, por enfatizar as comunidades e as câmaras municipais (Queiroz, 2022, p. 60). Nestes escritos observa-se um realce dado aos que foram por muito tempo escolhidos como protagonistas dessas narrativas, tendo do lado dos nacionais os nomes dos homens da elite parnaibana como Simplício Dias da Silva,³ João Cândido de Deus e Silva,⁴ Leonardo Castelo Branco⁵ ou de oeirenses como padre Marcos⁶ e Manoel de Sousa Martins.⁷ Do lado dos portugueses sobressai-se o nome, a expressividade ou insignificância, dependendo do momento e da autoria da escrita, do major Fidié. Resta destacar a importância de pensar que quase sempre tais narrativas estiveram embasadas em registros oficiais, guardados em arquivos locais e nacionais, tendo sido pesquisadas principalmente por José Martins Pereira de Alencastre

³ Simplício Dias da Silva: “Formado em Coimbra, o coronel Simplício era um dos homens mais ricos do Brasil. Tinha 1.200 escravos e no final do século 18 chegou a abater 40.000 bois por ano, transformados em carne de charque, banha e couro curtido. Simplício acumulou uma fortuna tão grande que mantinha uma orquestra particular nos seus domínios, requinte difícil de imaginar naquele tempo” (Gomes, 2010 p. 128).

⁴ João Cândido de Deus e Silva: paraense, juiz de fora das vilas de Parnaíba e Campo Maior, um dos articuladores ao lado de Simplício Dias da Silva da adesão à independência proclamada por D. Pedro I.

⁵ Leonardo das Dores Castelo Branco: teve forte participação no processo da independência no Piauí, acompanhando os parnaibanos nas lutas iniciais. Proclamou a independência em Piracuruca e em Campo Maior, foi capturado povoado Repartição (MA) e recolhido à cadeia de São Bernardo (MA) e daí enviado para São Luís (MA) e de lá para Lisboa, onde ficou algum tempo na cadeia do Limoeiro. De volta ao Brasil, participou da Confederação do Equador, sendo agora aprisionado pelo presidente da província do Piauí, Manuel de Sousa Martins. Após essa trajetória política, instalou-se na Europa por vários anos, ocupado em pesquisas científicas e na produção literária. De volta para o Brasil, faleceu aos 85 anos, em 1873.

⁶ Padre Marcos de Araújo Costa constituiu-se em um dos mais influentes membros das famílias do Centro-Sul piauiense na primeira metade do século XIX, no qual mais que uma influência pontual ou localizada, representou figura de grande prestígio nas redes de poder social e político em que se inseriu.

⁷ Manuel de Sousa Martins: latifundiário piauiense, criador e negociante de gado, ocupou diversos empregos públicos e fez carreira militar. Foi nomeado sucessivamente alferes, tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel das milícias do Piauí. A 24 de janeiro de 1823 tornou-se presidente da nova junta de governo temporário da província, em decorrência da adesão de Oeiras à independência do Brasil. Em 1825 recebeu o título de Barão da Parnaíba e em 1841 foi elevado à dignidade de Visconde. Governou a província do Piauí de 1823 a 1843.

(1857), Luís Antônio Vieira da Silva (1862) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1909).⁸

Não se enquadrando na divisão feita por Queiróz, que delimitou sua análise aos autores nacionais, a primeira obra publicada que de fato trazia em seu bojo referências sobre a Batalha do Jenipapo no processo de consolidação da independência foi **“Vária fortuna de um soldado português”**⁹ escrita pelo próprio Major João José da Cunha Fidié,¹⁰ publicada em Portugal em 1850. Por óbvio, o militar português obstinado com a ideia fixa de garantir as províncias do norte do Brasil para os domínios de D. João VI, como o rei lhe tinha determinado, não tinha a necessidade de identificar a composição social das tropas que enfrentava e quais eram suas respectivas motivações específicas. Fidié viu “brasileiros” armados em sua frente, contrários ao projeto que ele veio ao Piauí defender a mando de D. João VI e precisava a todo custo derrotá-los no campo de batalha.

O major Fidié (1850, p. 102) no seu livro informa que quando se dirigia para a vila de Parnaíba, resoluto em combater aquela adesão à independência do Brasil, tinha declarado ao Governo Civil da Província “[...] que enquanto tivesse quatro homens que me obedecessem, o terreno que elles pisassem seria constitucional, e pertenceria ao Reino felizmente pude conseguir.”

“Vária fortuna de um soldado português” não tratava especificamente sobre a Batalha do Jenipapo. Ela faz parte de uma série de serviços militares que o Major Fidié tinha prestado para o reino português no solo europeu e nas colônias do império, sentindo-se injustiçado em não ter recebido as promoções e indenizações que ele julgava ter direito. De qualquer forma, o nome “Piauí” é citado 21 vezes no referido livro, denotando a importância que Fidié dava para sua atuação nesta província. Sobre a Batalha do Jenipapo, com informações questionáveis, como afirmar que as Forças Independentes que ele enfrentou eram em número “seis vezes superior”, o major português relatou:

⁸ Alencastre foi presidente das províncias de Goiás (1861 a 1862) e de Alagoas (1866 a 1867). No Piauí foi promotor público em Oeiras, onde em 1857 publicou “Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí”. Vieira da Silva foi presidente da Província do Piauí (1869 a 1870), publicou História da Independência da Província do Maranhão em 1862. Pereira da Costa foi Secretário de Governo do Piauí (1884) e publicou Cronologia Histórica do Piauí em 1909.

⁹ FIDIÉ, João José da Cunha. Vária fortuna de um soldado português. Teresina: FUNDAPI, 2006.

¹⁰ Major João José da Cunha Fidié: militar experiente, tomou parte na Guerra Peninsular, contra os franceses que invadiram Portugal, forçando a vinda de D. João VI para o Brasil em 1808, tendo lutado nas batalhas do Buçaco, Albuera, Vitória, Pirenéus, Nivelles, Nive, Orthez e Tolouse, assim como aos sítios de Olivença e Badajoz, e em diversos combates até ao fim da campanha. Foi designado pelo rei D. João VI como governador das armas do Piauí em 1822, província onde liderou as tropas de Portugal na luta contra os nacionais na Batalha do Jenipapo no dia 13 de março de 1823. De Campo Maior (PI) seguiu para Caxias (MA), onde após resistir o quanto pode, rendeu-se, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro e de lá para Portugal. Foi diretor do Colégio Militar de Lisboa e faleceu com a patente de general.

[...] e tendo conseguido fazer evacuar a Força de mil e tantos homens , que se achava mais próxima, segui esta Força, pecando-lhe a retaguarda por cinquenta e oito leguas, e até ao Campo do Jenepapo, perto da Villa de Campo Maior onde reunidas todas as Forças Independentes que tinham entrado na Provincia, com as mais que poderão juntar, esperarão-me neste lugar, e sobre a passagem d'um rio, em número seis vezes superior, e ahi pretenderão opporem-se ás minhas marchas: usando pois dos stratagemas que meu gênio me suggerio, ataquei, e consegui bater, e derrotar estas Forças, appresionando-lhe quinhentos e quarenta e dois homens, e oitenta feridos, que não poderão salvar, Documentos n... e .. ; dividindo os quinhentos e quarenta e dois prisioneiros pelos Corpos que me estavam unidos , depois de lhes haver feito prestar novo juramento de fidelidade, armei-os, continuando a marchar, e a operar com todos, como se todos fossem da minha mais perfeita confiança !!! (Fidié, 1850, p. 89).

À semelhança da Carta de Pero Vaz de Caminha, como o único documento escrito que narra as primeiras impressões dos portugueses ao chegarem ao Brasil, e a inexistência das primeiras impressões dos povos indígenas em relação à invasão, novamente os historiadores que se debruçam sobre o processo de adesão do Piauí à independência do Brasil passaram a contar com o relato de um dos contendores, o líder das tropas portuguesas. Naturalmente, a versão do Major Fidié é carregada de interesses lusitanos, o que não impede que seja analisada sob diversos prismas e que se desafie ainda mais os pesquisadores que investigam a participação das classes populares, na sua maioria excluídos dos poucos recursos educacionais daquela época.

O segundo conjunto de escritos é composto de **revisões**, associado ao centenário dos eventos de 1822-1823. Passados cem anos dos fatos que ocorreram no Piauí, baixadas as poeiras das paixões, novas análises vem à tona. No Piauí, revisões historiográficas foram publicadas nas revistas da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, evidenciando a importância destas instituições na produção historiográfica desta fase. Neste contexto, os literatos historiadores protagonizaram polêmicas nos jornais da época, tais como os artigos que foram publicados em 1923, nos quais Anísio Brito acusa Abdias Neves de ter plagiado o maranhense Vieira da Silva,¹¹ evidenciando que o tempo do consenso em torno desta página da História do Piauí tinha sido superado e que a questão do plágio acadêmico vem de longa data, ou que, no limite, a ausência de normas técnicas em relação à produção acadêmica possibilitou tais questionamentos.

Na **escrita revisionista**, se destaca Clodoaldo Freitas em seus artigos dos anos 1920. Neste segundo conjunto de autores, além de Freitas se inserem também Abdias Neves, Anísio

¹¹ BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. **O Piauí**, Teresina, ano 34, n. 681, 9 ago. 1923; BRITO, Anísio. O Dr. Abdias Neves compilou Vieira da Silva. **O Piauí**, Teresina, ano 34, n. 683, 16 ago. 1923; BRITO, Anísio. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. **O Piauí**, Teresina, ano 34, n. 686, 23 ago. 1923.

Brito, Hermínio Conde e Carlos Eugênio Porto, todos eles membros da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico piauiense. A produção historiográfica da época estava sob o comando de uma masculina elite intelectual, na sua maioria com uma concepção de condução do processo histórico que excluía as classes populares, e quando elas aparecem fica evidente as visões depreciativas.

Se aqueles autores da chamada **escrita instituinte** limitaram-se a fazerem apologia dos antagonistas líderes integrantes das elites econômica, política e militar, nos seus aspectos positivos e negativos, desconsiderando as centenas de combatentes de origem popular, já estes do conjunto da **escrita revisionista**, sem abandonarem por completo as análises dos protagonistas tradicionais, passam a enaltecer as virtudes daqueles que não tinham sobrenomes tão poderosos como os demais. Para Clodoaldo Freitas (1923, p. 140), no seu artigo “**O Fidié**”, fica evidente este entendimento de que “[...] patriotas, bravos sertanejos, resistência heroica e desesperada” fizeram frente ao inimigo forte e bem armado, com suas tropas preparadas e instruídas.

Limitando-se em adjetivar positivamente em termos de valores nobres aqueles que lutaram contra as tropas portuguesas, a historiografia revisionista não buscou verticalizar o conhecimento sobre estes sertanejos, como, por exemplo, quais seriam as motivações pelas quais eles lutavam, dentre outros questionamentos que nos aproximassem em relação a estes anônimos oriundos das camadas populares.

Ao tempo em que Clodoaldo Freitas age no intento de desmistificar Manuel de Sousa Martins como o grande protagonista da independência do Piauí, lança luzes sobre a atuação de Leonardo das Dores Castelo Branco e de Antônio Maria Caú.¹² Para Freitas, alguns que já eram poderosos no Brasil colônia pretenderam continuar sendo poderosos no Brasil nação, uma mudança com manutenção de interesses, e para tanto era fundamental maximizar suas ações em prol da independência. Mas a maximização de alguns foi de tal envergadura que teria obscurecido as contribuições de outros, cabendo aos historiadores desta segunda fase fazerem este resgate.

De qualquer modo, os questionamentos feitos aos potentados da família Sousa Martins que atuavam no sul da província, instalado na capital, Oeiras, e da família Dias da Silva ao

¹² Antônio Maria Caú: Escrivão da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real do Piauí, participou de uma articulação contra o governador da província do Piauí às vésperas da independência, Elias José Ribeiro de Carvalho, fora denunciado ao governador pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins o foi suspenso das funções que exercia, conduzido à prisão e, em seguida, transferido para Parnaíba. Mesmo sufocado, o movimento liderado por Caú reverberou socialmente no Piauí.

norte, estabelecido na cidade de Parnaíba, estariam pela pena de Clodoaldo sendo relativizados pela atuação de outros membros de famílias também então poderosas, Castelo Branco e Caú, além do autor denunciar há quase um século a ausência do povo nas produções historiográficas:

[...] besta de carga, vítima de todas as especulações monárquicas, republicanas, teocráticas, artísticas ou literárias. O pobre povo soberano é quem carrega com o orgulho da nossa fidalguia, [...] imagem sacralíssima da rã da fábula estatelada sob a pata do touro e morrendo esmagada, bravateando que estava dando uma lição ao monstro! D. Quixote, heroico e vencido, ridículo e moralista, é o espelho popular, é a imagem do povo armado cavaleiro da liberdade. [Sua sorte] é muito parecida com a sorte do herói da cavalaria errante ou com a do músico do sertão, que volta das festas sempre a pé ou pessimamente montado! (Freitas, 1925, p. 142-143).

“O pobre povo soberano”, neste jogo de palavras Clodoaldo sintetiza aquele que “carrega com o orgulho da nossa fidalguia”, será nesta segunda fase historiográfica tangencialmente tocado, no limite do que podemos esperar dos acadêmicos literatos historiadores do início do século XX.

Nesta escrita revisionista por ocasião do centenário da independência nos chama a atenção as iniciativas de Hermínio Conde, profundamente inquieto com o desconhecimento a nível nacional em relação à participação do Piauí na consolidação do processo de ruptura com Portugal e configuração da jovem nação. Conde escreveu uma série de artigos em jornais cariocas, maranhenses e piauienses, se posicionando contrário ao não reconhecimento por parte da historiografia brasileira e reivindicando que os livros didáticos incorporassem esta temática. Passados cem anos dos escritos militantes de Herminio Conde e a realidade ainda se manifesta muito semelhante, com alguns avanços no campo historiográfico e lamentosa ausência na maioria dos livros didáticos.

Outra referência interessante sobre Conde trata-se da localização do já referido livro “**Vária fortuna de um soldado português**” de autoria do Major Fidié, publicado em Lisboa em 1850 e que até a década de 1920 era desconhecido daqueles historiadores que Teresinha Queiroz denominou de **escrita instituinte**. O livro do militar português que guerreou nas províncias do Piauí e Maranhão foi editado em 1942 pelo governo do Piauí, com prefácio de Hermínio Conde. Os leitores contemporâneos passaram a ter acesso a este texto com uma edição de 2006, pela FUNDAPI. De qualquer forma, causa estranheza esta obra do Major Fidiéter permanecido mais de meio século desconhecida por parte dos pesquisadores brasileiros, sobretudo considerando quem pesquisava naquela época fazia parte de uma elite intelectual que tinha contatos com o que era produzido no Brasil e fora do país.

O terceiro conjunto de obras identificado por Teresinha Queiroz é por ela denominado

de **historiografia moderna**, tendo como destaques Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Antônio Bugyja de Sousa Britto, Wilson de Andrade Brandão e Claudete Dias, inseridos em um período que vai da década de 1950 até aproximadamente o final do século XX.

Revisitando as fontes primárias da documentação oitocentista, Odilon Nunes lamenta a subtração de muitos documentos históricos bicentenários que se encontravam no Arquivo Público do Estado do Piauí, dificultando a confirmação ou refutação do que foi afirmado pelos pesquisadores que o precederam. Situação que ainda hoje causa indignação, resultado de uma época em que não eram vivenciadas as metodologias de análise e preservação desta documentação. Enquanto isso, os papéis que ajudam a contar a história do Piauí aguardam uma melhor conservação e a necessária digitalização.

Neste terceiro conjunto de obras, novas personagens são evidenciadas. Monsenhor Chaves, por exemplo, destaca a participação de Lourenço de Araújo Barbosa e Simplício José da Silva que estariam entre as lideranças daquelas movimentações, mas que não tinham tido ainda o devido reconhecimento. Aliás, estas batalhas pelo reconhecimento são uma tônica nesta historiografia: lutar pelo reconhecimento do heroísmo dos combatentes do Jenipapo, lutar pelo reconhecimento da importância do Jenipapo para a “garantia da unidade nacional”, lutar para o reconhecimento destes feitos nos compêndios didáticos e por aqueles que escrevem a história do Brasil e lutar pelo reconhecimento daqueles que se sacrificaram sua vida, seus bens e suas liberdades pela causa da independência no Piauí.

Por ocasião das festividades do sesquicentenário da independência novas reflexões surgiram, com destaque para **História da Independência no Piauí**, de Wilson de Andrade Brandão, publicado em 1971 e Antônio Bugyja de Sousa Britto, em **O Piauí e a unidade nacional**, de 1976. Brandão analisa a organização da cultura política das elites no início do século XIX, a estratégica localização do Piauí entre os estados do Brasil e do Maranhão e a importância deste fator para a circulação de informações no interior da colônia e com a metrópole. Bugyja Brito, por sua vez, destacou a fundamental importância da província do Piauí para consolidar a unidade nacional após a independência proclamada no sul por D. Pedro. Do contrário, segundo ele, a colônia portuguesa na América do Sul teria dado origem a vários países independentes, tal como aconteceu com as possessões espanholas nestas terras.

Nas obras de Wilson Brandão e Bugyja Brito observamos a típica escrita dos anos 60 e 70, uma motivação militarizada, da geopolítica, de demarcação de territórios culturais e geográficos, o que reflete o modelo de estado e de sociedade. Então, identificamos as abordagens que eram possíveis àqueles que escreveram os chamados das suas temáticas, os eventos em torno do sesquicentenário. Desta forma, esta abordagem não comporta as camadas

populares com uma ação ativa, deliberativa e positiva. Mas, já concebe representações, enquadramentos que permitem o surgimento dos registros de pessoas ligadas ao povo, a exemplo do Lourenço de Araújo Barbosa e Simplício José da Silva.

Lourenço de Araújo Barbosa, rábula, divulgava pasquins sediciosos instigando o povo a rebelar-se contra os portugueses. Um deles, atacava fortemente o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, que havia feito uma conferência a favor da Constituição portuguesa e do reino. O Dr. João Cândido, em fevereiro de 1821, oficiou à Junta de Governo em Oeiras remetendo-lhe o pasquim e pedindo-lhe que o Ouvidor da Comarca tomasse as providências. Alguns meses depois, a Junta de Governo autoriza o próprio juiz João Cândido a proceder à devassa para apurar as responsabilidades. No entanto, ele já se desinteressara pelo assunto, já estava também o juiz trabalhando pela causa da independência.

O panfleto de autoria atribuída a Lourenço Barbosa não teve desdobramentos, porém, a denúncia de que ele estaria fabricando pólvora em Campo Maior despertou o interesse no major Fidié em apurar. Diante de todos esses fatos o governador das armas pressionou a Junta de Governo para que tomasse as devidas providências. Foi, então, Lourenço de Araújo Barbosa chamado a Oeiras para defender-se destas acusações, onde foi preso no dia 2 de janeiro de 1822. Dada a firmeza de suas convicções políticas e sua impermeabilidade a qualquer tipo de intimidação, foi considerado elemento de alta periculosidade para a situação então reinante. Fidié o remeteu ao Cap. Arnaldo José de Carvalho, Inspetor das Fazendas do Canindé, para que o tivesse com guarda à vista, sem nenhum contato com os escravos pois considerava seu gênio anárquico e propenso à desordem.

Estando preso no Ceará, Lourenço Barbosa não participou na Batalha do Jenipapo, apesar do protagonismo que teve nos momentos que antecederam a este confronto. Contudo, há registros que posteriormente, com a proclamação da independência, foi liberto e teria militado na Confederação do Equador em 1824 na província do Ceará. De articulador da independência em 1822 a militante na Confederação do Equador e contra o rei D. Pedro I em 1824. Curioso era que o mesmo juiz João Cândido, que fora alvo dos panfletos de Lourenço Barbosa por defender Portugal, foi o mesmo que participou da articulação e proclamação da adesão da Vila de Parnaíba à independência no dia 19 de outubro de 1823.

Já o tenente e vereador Simplício José da Silva teve atuação destacada antes, durante e depois da Batalha do Jenipapo. O seu conterrâneo Monsenhor Chaves (1994), na sua obra **“Apontamentos biográficos e outros”**, descreve os feitos deste militar piauiense e lamenta o total esquecimento em que ele foi relegado. Encontraremos o tenente Simplício José da Silva em Campo Maior nos tumultuados momentos da véspera da Batalha do Jenipapo, logo após a

passagem do alferes Leonardo das Dores Castelo Branco. Em seguida, combateu o bando liderado por Vicente Bezerra da Costa, que de alguma maneira conseguiu uma farda de capitão e saía nas fazendas extorquindo e violando. Participou da batalha do Jenipapo e seguiu depois para o Estanhado (atual União) em perseguição aos soldados da tropa de Fidié que faziam incursões nas fazendas do Piauí para arrebanhar e conduzir gado para o Maranhão. Foi eleito vereador em dezembro de 1823, no tempo em que foi promovido de capitão para tenente-coronel.

No comando de Campo Maior, agiu com firmeza no restabelecimento da ordem, em completa instabilidade após a Batalha, com turbulências ocorrendo quase diariamente. Organizou duas expedições ao local do confronto às margens do rio Jenipapo, cuidou de sepultar dignamente os mortos na batalha do 13 de março e na cidade instalou enfermarias para cuidar das centenas de feridos que estavam ao completo abandono.

Neste contexto de lutas pela independência no Piauí não confundir o tenente Simplício José da Silva com Simplício Dias da Silva, rico fazendeiro, charqueador parnaibano, proprietário de cerca de 1.800 escravizados, com formação iluminista na Europa, um dos articuladores da adesão primeira da vila da Parnaíba e que, diante da aproximação das tropas de Fidié decidiu se deslocar para Granja, no Ceará. Nem precisa informar sobre qual dos dois “Simplícios” existem mais registros historiográficos.

Na historiografia moderna o centro da discussão passou a ser a batalha vista enquanto evento político, com os níveis de participação do povo e como responsável pela unidade nacional. A participação popular passou a ser objeto de estudo pelos historiadores, procurando-se compreender os níveis de clareza que tinham em relação aos interesses que estavam em jogo em um cenário bastante instável. Dentre os trabalhos mais recentes, Queiroz evidenciou a tese de doutorado de Claudete Dias, defendida em 1999 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerando o foco de análises centrado na participação popular na batalha do Jenipapo.

Claudete Dias (2014) já tinha feito uma aproximação em relação a esta temática na sua dissertação de mestrado **“Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja”** ao pesquisar a Balaiada no Piauí. No capítulo II, intitulado “Em busca da liberdade”, ela apresenta a Balaiada como um movimento social intimamente ligado ao processo de emancipação política do Brasil e da formação do Estado brasileiro, tendo sido considerado pela autora como a base para o projeto de doutorado, no qual ampliou as pesquisas em fontes primárias e fez um estudo aprimorado abordando a participação popular nas lutas pela independência:

O fato das classes populares terem sido excluídas dos benefícios da independência não significa necessariamente, que estavam fora do processo. Suas reivindicações não foram formuladas explicitamente: a grande maioria era analfabeta, massacrada econômica e ideologicamente. Houve manifestações de insatisfação expressa por amplos setores populares no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pará, Piauí, Maranhão e Pernambuco. Com a realização do “arranjo político” da independência com o príncipe português, feito “à revelia do povo”, com o apoio de setores sociais dominantes economicamente, concretizou-se a “independência” que excluía os interesses de amplos setores populares (negros, mestiços, brancos pobres, etc.) (Dias, 2014, p. 96).

Ao tempo em que Claudete Dias evidencia a participação popular, deixa claro um entendimento de que haveria uma certa incapacidade destes setores populares em formularem projetos político, já que eles eram pobres explorados economicamente, que não sabiam ler e nem escrever. Ao considerar os parâmetros tradicionais de participação política, associados ao domínio da escrita, mantém o conceito de participação política restrito às elites letradas, desconsiderando outras possibilidades de participação política.

Contudo, observamos algo em comum em relação aos autores identificados por Teresinha Queirós como da escrita revisionista e os da historiografia moderna, excluindo Claudete Dias: todos são membros da Academia Piauiense de Letras, fundada em 1917. Durante praticamente todo o século XX, boa parte da historiografia produzida sobre o Piauí foida lavra de acadêmicos da APL, com formações acadêmicas diversas e tendo em comum a predileção pela pesquisa histórica e sua escrita.

Esta vocação está consignada na apresentação do primeiro número da Revista da Academia Piauiense de Letras redigida por Clodoaldo Freitas (1918, p. 3), então seu primeiro Presidente, que faz questão de incluir entre os objetivos daquela publicação, a difusão “[...] dos estudos de história e de geografia, de que tanto carecemos.” A própria Teresinha Queirós está localizada em um espaço de interseção entre a Universidade e a Academia Piauiense de Letras, posto que é professora da Universidade Federal do Piauí e membra da APL, o que proporciona um interessante diálogo entre estas duas academias.

Na fase da historiografia moderna, paralelo ao empenho em tornar a participação do Piauí na independência conhecida a nível regional e nacional, internamente outro embate transcorria entre os que argumentavam a favor e contrário às três datas reverenciadas: 19 de outubro (data da adesão da Vila de Parnaíba à independência), 24 de janeiro (data da adesão da então capital, Oeiras, à independência) e 13 de março (data da Batalha do Jenipapo). Esta discussão em torno destas três efemérides foi bem mais intensa no século XX, numa perceptível disputa de narrativas e caracterizado pela predominância de uma concepção positivista da História, que tanto valoriza as chamadas datas históricas. Para melhor localização sobre as

idades piauienses relacionadas a estas datas vide Anexo A.

Considerando que o dia 19 de outubro ficou oficializado como o “dia do Piauí”, um feriado estadual, causava um certo incômodo para alguns a interpretação do monsenhor Chaves, um campomaioense, ao avaliar:

A meu ver, a verdade nua e crua é esta: os parnaibanos não sabiam bem o que queriam naquele 19 de outubro de 1822 e a gente tem que entender a situação deles de perplexidade e incerteza, perdidos nesta Província central onde as notícias chegavam com grande atraso, em meio àquela confusão que ia por todo o país dividido entre partidários de Dom João VI e do Príncipe Dom Pedro, ambos portugueses, e recebendo ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro (Chaves, 1998, p. 280).

Por conta destas e outras citações na clássica obra do Monsenhor Chaves, “**Piauí nas lutas da independência do Brasil**”, premiado pelo governo estadual em concurso nacional promovido na ocasião das festas relacionadas ao sesquicentenário da independência, teve sua publicação suspensa em virtude de conteúdos relacionados ao 19 de outubro que teriam desagradado tanto ao governador Alberto Silva quanto ao seu secretário de governo Armando Madeira Basto, ambos parnaibanos.

1.1 UMA QUARTA FASE HISTORIOGRÁFICA: A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA

O artigo de Teresinha Queiroz contribui para sistematizar a produção historiográfica sobre a participação do Piauí no processo de independência ao longo destes duzentos anos, procurando identificar, de alguma forma, como a participação popular foi abordada neste percurso, possibilitando para quem se debruça sobre as pesquisas desta temática um maior aprofundamento.

Obviamente outras classificações são possíveis. Paulo Gutemberg Souza (2010), em sua dissertação “**História e identidade: as narrativas da piauiensidade**”, demarca e pesquisa dois importantes períodos da historiografia piauiense: o primeiro de 1850 a 1900 e um segundo de 1900 a 1930. Procurando entender “[...] como os historiadores piauienses responderam aos apelos de construção do sentimento de pertencimento à nação e ao mesmo tempo formularam um discurso identitário local” (Souza, 2010, p. 5-6), o autor tinha como propósito o foco na história local republicana escrita por intelectuais-historiadores piauienses nas três primeiras décadas do século XX.

Iara Guerra analisa o papel das instituições político-culturais (Centro de Estudos Piauienses, Movimento de Renovação Cultural, Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Fundação CEPRO e Fundação Cultural Monsenhor Chaves) da cidade de

Teresina-PI, na sua dissertação “**Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**” no que diz respeito à produção, editoração e divulgação das obras de História do Piauí, delimitando o período estudado de 1950 a 1980.

De outro modo, Luís Carlos Albano Sousa defendeu na sua dissertação “**Mestiços e corcundas: visões das independências no Piauí (1820- 1840)**” uma classificação das obras clássicas sobre as independências no Piauí, dividida em três categorias: escritos iniciais, desde a literatura mais próxima do período de independência, através do próprio João José da Cunha Fidié (1850), Abdias Neves (1907) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1909); passando para as continuidades com Odilon Nunes (1960), Monsenhor Joaquim Chaves (1975) e Buggy Brito (1976), tributários dos primeiros, até as possibilidades analíticas com Wilson de Andrade Brandão (1973), que apesar de ser contemporâneo a muitos dos anteriores, oferece, segundo o autor, uma ampliação analítica que de certa forma rompeu com narrativas estáticas sobre as independências.

Considerando a proposta de periodização elaborada por Teresinha Queirós, acrescentaríamos uma **quarta fase** nesta historiografia, culminando com o bicentenário: uma historiografia que podemos considerar acadêmica. Neste sentido, o trabalho da professora Claudete Dias sairia da chamada terceira fase, da denominada historiografia moderna, e comporia a quarta fase, em curso, da **historiografia acadêmica**, composta por historiadores com formação acadêmica. Pela classificação proposta por Queirós, o trabalho de Dias, uma tese de doutorado, estaria localizado ao lado de historiadores sem formação acadêmica específica (advogado, padre, autodidata), ou seja, um perfil de autores que destoa do dela.

Acrescenta-se às características desta quarta fase da historiografia piauiense o acesso a arquivos digitalizados tanto no Brasil, quanto no exterior de documentos que anteriormente para se ter acesso era necessário dispor de significativos recursos financeiros e de tempo por exigir deslocamentos, o que dificultava e muito as pesquisas. Documentos disponibilizados no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal, além dos encontrados no site nacionais, como o da Biblioteca Nacional, facilitaram sobremaneira a realização de estudos sobre a História dos estados relacionados.

Na fase da historiografia acadêmica perdem fôlego os debates em torno das argumentações favoráveis e contrárias às três datas reverenciadas: 19 de outubro, 24 de janeiro e 13 de março. Esta discussão em torno destas três efemérides foi bem mais intensa no século XX, numa perceptível disputa de narrativas. Contudo, de alguma forma e com menos intensidade, ainda se prolonga no século XXI, como podemos observar nos embates que resultaram na inclusão da data “13 de março” na bandeira do Piauí em 2005, com alguns

argumentando a favor e outros argumentando de forma contrária.

A grande questão que mobiliza atualmente os pesquisadores trata-se de procurar compreender de que forma, em que medida se deu a participação das camadas populares da sociedade em todo este processo que ainda hoje ecoa e suscita novos questionamentos, ainda mais que sobre a participação das elites de então muito já foi dito e publicado. Porém, se não demanda muita energia caracterizar as elites piauienses do início do século XIX, em relação às denominadas classes populares já requer uma maior reflexão, que faremos de forma mais detida no segundo capítulo.

Neste sentido, ao historiador acadêmico interessa mais ainda entender quais eram motivações dos segmentos sociais compreendidos como camadas populares, quais eram suas concepções de independência, quais eram suas expectativas com aquela tal Independência que estavam colocando em risco suas próprias vidas. Sendo vitoriosos, seriam reconhecidos pelos novos governantes? Teriam participação nas novas formas de governo? Suas vidas iriam vivenciar transformações? Certamente, muitas dúvidas ainda pairam no ar e as contribuições historiográficas originadas da academia se posicionam com propósitos de lançarem novos olhares.

Salvo prova em contrário, quem primeiro refletiu sobre a produção historiográfica em relação à participação popular no processo de independência no Piauí no meio acadêmico foi Bernardo Sá Filho em **“A participação popular questionada no processo de independência no Piauí”** publicado em 1993. Tendo como referência o conceito de participação popular de Juan Bodernave, para quem “participar é fazer parte, tomar parte, ou ter parte”, Sá Filho, após analisar as obras existentes sobre esta temática, afirma que os historiadores piauienses até então “[...] abordam o processo impregnando-o de um patriotismo” mas, que:

Durante todo o processo, o povo foi aliciado e aderiu ao movimento. Pegou em armas, obedeceu e executou ordens, mas não participou de nenhuma decisão. Não foi ouvido, nem a sua vida alterada, pois as estruturas econômicas e sociais, também, em nada mudaram após os acontecimentos. Por estas razões, o povo não participou conscientemente, do processo de independência no Piauí, pois não lhe foi dado o direito de decidir sobre a sua história (Sá Filho, 1993, p. 49).

Com doutorado em História, Professor do Departamento de História Universidade Federal do Piauí, Sá Filho se enquadra no perfil do historiador acadêmico da quarta fase e a inicia, quando além de fazer uma revisão historiográfica contemplando a temática da independência no Piauí, ainda instiga o debate ao questionar a participação popular neste processo de independência. O autor entende que “[...] as ideias emancipacionistas não eram

suficientes para formar uma consciência crítica da realidade socioeconômica, cuja estrutura baseava-se no latifúndio, no escravismo e nas oligarquias representadas pelas famílias abastadas das principais vilas ou cidades” (Sá Filho, 1993, p. 46). Segundo ele não poderia ser considerado participação popular “[...] defender uma causa que, em princípio, é de todos, mas quenão apresenta um projeto político que contemple interesses que não sejam dos setores dirigentes” (Sá Filho, 1993, p. 48).

De forma mais elaborada, procurando analisar a participação popular no processo de Independência e buscando perceber níveis de consciência política, Claudete Dias contribui em 1999 com a sua já citada tese de doutorado **“O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)”**. Sobretudo ao entender a “[...] indisciplina, insubordinação e desobediência das tropas em relação aos oficiais” como uma manifestação de “[...] participação dos grupos populares autônomos” entendendo como materialização de uma certa participação política (Dias, 1999, p. 231).

Na sequência da pesquisa de Claudete Dias e caminhando em direção ao bicentenário da independência do Brasil, nas primeiras décadas do século XXI tivemos um aumento significativo da publicação de teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de final de curso de graduação e artigos científicos da lavra de historiadores acadêmicos sobre esta temática. Dentre estes destacamos **“Jenipapo – riacho irrigado com sangue da esperança”** de Fonseca Neto, **“Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí ea exclusão dos grupos populares (1821-1823)”** de Marcelo de Sousa Neto, **“O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823”** de Johny Araujo e **“O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil”** de Pedro Vilarinho Branco, dentre outros.

Na historiografia acadêmica incluiríamos também as pesquisas desenvolvidas por historiadores dos estados do Maranhão e Ceará, cujas histórias se entrelaçam com as do Piauí. Não é possível compreender a evolução do processo histórico em torno da participação da província do Piauí na consolidação da independência do Brasil de forma desconectada da história do Ceará e do Maranhão e muito tem avançado tanto as pesquisas nos três estados, quanto a articulação dos seus historiadores em eventos e publicações oitocentistas. Hoje as facilidades tecnológicas de interação e compartilhamento de publicações possibilitam uma sintonia célere em relação aos avanços as pesquisas desenvolvidas pela comunidade acadêmica.

Com uma perspectiva regional e pesquisando sobre novos sujeitos históricos localizamos nesta quarta fase os estudos de João Paulo Peixoto Costa que, a partir de análises sobre o protagonismo dos povos indígenas na província do Ceará, estendeu-se até o Piauí, como

constatamos no seu artigo **“Mata que é corcunda! Os índios do Ceará na guerra de independência do Piauí”** (2017). O autor lança novas luzes neste debate ao procurardemarcar a atuação destes atores que até então eram citados de forma extremamente pejorativa pelos historiadores que o antecederam.

Ainda partindo de pesquisas realizadas inicialmente sobre o Ceará citamos **“Heróis da Solidão: Províncias do Norte (1817 a 1824)”** de Antônio Ivo Prudêncio, que amplia sua percepção tanto em termos cronológicos, já que inicia seus estudos a partir da Revolução pernambucana de 1817 e vai até a Confederação do Equador, quanto em relação às províncias estudadas, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão, já que Prudêncio defende a necessária compreensão das formas como os interesses se conectaram. O autor argumenta que há laços que unem os acontecimentos de 1817, 1822 e 1824, sendo que muitos os que lutaram contra os portugueses nas batalhas de consolidação da independência do Brasil, por terem ficado contra D. Pedro I na Confederação do Equador foram deliberadamente esquecidos pela historiografia da época, com desdobramentos até a contemporaneidade.

Destacamos as contribuições significativas para a compreensão do envolvimento das províncias do norte do Brasil no processo de independência produzidos por acadêmicos maranhenses, que ao pesquisarem a História do seu estado necessariamente incluem a História do Piauí, como observamos no artigo **“E depois da independência? Os ‘portugueses’ do Maranhão no império do Brasil”** de Marcelo Cheche e Roni Araujo.

O Piauí possui fortes laços históricos com o vizinho Maranhão, onde o rio Parnaíba não nos separa, nos une. Além dos historiadores maranhenses estabelecidos no Maranhão que estudam o Piauí, temos também os historiadores maranhenses que se estabeleceram no Piauí e que muito contribuem com a nossa historiografia, como os professores Fonseca Neto e Johny Santana de Araujo, ambos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e pesquisadores sobre a história do Piauí.

No segundo capítulo analisaremos as abordagens historiográficas e as fontes primárias relacionadas com a temática da participação do Piauí no processo de consolidação da independência do Brasil considerando-as como narrativas em construção, utilizando como base de análise os autores citados no primeiro capítulo, tanto os piauienses quanto autores de outros estados pelas razões anteriormente expostas, além de procurarmos entender como que um intenso processo de criminalização das classes populares foi estabelecido.

No Apêndice A sistematizo os autores comentados, localizando-os em suas respectivas fases historiográficas em forma de tabela, informando seus perfis, títulos publicados e ano da impressão, possibilitando observar como ocorreu a evolução das pesquisas e publicações nesta

área desde o final do século XIX até a contemporaneidade. Contribui para a compreensão desta divisão em fases, entender o contexto nos quais estas obras surgiram, sobretudo considerando momentos celebrativos, tais como o sesquicentenário e o bicentenário.

CAPÍTULO 2: CAMADAS POPULARES NO PROCESSO DE ADESAO DO PIAUÍ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: NARRATIVAS EM CONSTRUÇÃO.

“Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”.

Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês que passou pelo Brasil na primeira metade do século 19, resumia a impressão deixada por esse imenso Império.

De fato, no Brasil o Estado foi criado antes do surgimento da nação, do sentimento de brasilidade, mas, além disso, a princípio não havia nem mesmo o entendimento consensualizado do que fosse o Brasil. Somente retornando ao contexto da realidade da colonização portuguesa às vésperas da independência é que conseguimos entender a movimentação de tropas com milhares de combatentes de várias províncias do norte contra as forças do Major Fidié. Não havia um Brasil, havia “Brasis”, diferentes regiões com realidades próprias que formavam a colônia portuguesa na América do Sul.

Desta forma, tínhamos províncias que eram mais ligadas a Portugal que outras, áreas que desde a chegada dos portugueses vinham sendo exploradas economicamente pela metrópole, enquanto outras eram de exploração mais recente. As regiões mais próximas da capital, Rio de Janeiro, eram mais influenciadas pela sua localização que as regiões mais distantes. Enfim, não existia o “Brasil”, unificado, tal conhecemos hoje. Tínhamos uma composição na América portuguesa que mais lembrava peças de um mosaico, como bem interpretaram João Paulo Pimenta e István Jancsó no seu artigo **“Peças de um mosaico, ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira.”**

“Peças de um mosaico”, publicado em 2000, é considerado um marco na historiografia ao propor uma reabertura da discussão sobre a formação do Estado e da nação brasileiros no Oitocentos. A análise conceitual de Estado, Nação e Identidade Nacional foi apropriada para o entendimento desse “mosaico de diferenças” na construção da nação brasileira. A percepção de que no Brasil, a formação de um Estado e de uma nação só podem ser devidamente entendidas

por meio de dinâmicas identitárias que conectam dois mundos distintos e em tensão: um mundocolonial que se desagregava, e outro nacional, não propriamente em formação, mas em processo de gestação preliminar. Ou seja, há a necessidade de:

Compreender esse processo sob tal ótica permite iluminar várias de suas outras linhas de força, todas elas, de alguma forma, impactadas pela substantiva reconfiguração de poderes e pela eclosão de novos e variados projetos de organização política daquele Brasil português que, durante séculos, havia sido, na realidade, vários “brasis”; e que ao deixar de ser português para, paulatinamente, se tornar brasileiro, estava também

deixando de ser vários para se tornar – a despeito da diversidade inerente a todo e qualquer nação – um só (Sousa; Oliveira, p. 101, 2022).

Nos deteremos agora em compreender melhor uma das “peças” deste “mosaico”, o cenário do processo histórico que analisaremos: a província do Piauí no início do século XIX. Os territórios que formaram a Capitania de São José do Piauí, criada no século XVIII, são desdobramentos do processo de expansão colonial para o interior da colônia, desenvolvido com a propagação do criatório do gado bovino, da atividade predatória dos bandeirantes que faziam guerra e apreendiam indígenas que eram encaminhados ao trabalho escravo, bem como do incremento das ações de catequese dos povos indígenas, sobretudo dos jesuítas pelo sertão.

No interior na província os investimentos necessários para o incremento da atividade econômica eram reduzidos, não se exigia muita mão de obra e as fazendas se multiplicavam à medida que o gado se reproduzia e aumentava. Aliás, podemos até afirmar que os colonos, a rigor, não criavam gado na província do Piauí, o gado era quem se criava, naturalmente. Os investimentos eram essencialmente privados, feitos por fazendeiros já instalados na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, e interessados em expandir seus domínios no sertão, destacando-se os domínios da Casa da Torre,¹³ ficando a Coroa com a função de tão somente legitimar os domínios desses latifundiários nas áreas dominadas.

No século XIX configura-se como uma região detentora de um grande rebanho de gado que abastecia as províncias vizinhas, daí ser extremamente estratégico ter o controle desta província. Controlar o Piauí era controlar o fornecimento de alimento da região. Sendo a pecuária a atividade econômica mais destacada deste o início do povoamento, estava voltada sobretudo para o mercado interno, o que não significa dizer que não despertava interesses na metrópole. Jorge Caldeira defende que, mesmo com a condição de colônia, no Brasil criou-se um importante mercado interno integrado. No seu artigo **“O processo econômico”**, faz um percurso pelas atividades econômicas na virada do século XIX mostrando essa integração entre várias províncias, destacando que o mercado interno tinha sua importância nas vésperas da independência, que a metrópole não priorizava somente as exportações. Em relação ao Maranhão e ao Piauí, Jorge Caldeira relata:

A vasta região Nordeste, então principal centro exportador do Brasil, não se restringia ao mercado externo. Os negócios de exportação do litoral estavam entrelaçados à rede

¹³ Casa da Torre: sedeada na capitania da Bahia no século XVI e por quase 300 anos expandiu-se ao longo das gerações dos seus senhores por mais de 400 léguas na Região Nordeste do Brasil à custa de guerras contra os índios, com escravização destes para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar, nos engenhos de açúcar e nas criações de bois, cavalos e mulas (todos estes animais eram utilizados para transporte em pequenas distâncias e como força de tração nos engenhos).

comercial do interior do país. Partindo da fronteira com o vale amazônico, a primeira região assim caracterizada era a do Maranhão. A economia maranhense vivia em função das exportações de algodão – que no final do século XVIII e início do XIX representavam cerca de 75% do total exportado – e de arroz -, que representava algo em torno de 10% das exportações do período. Mas o sul do Maranhão e o interior do Piauí eram zonas pioneiras de outro longo circuito de atividades internas em expansão, também girando em torno do gado (Caldeira, 2011, p. 165).

Enquanto predominava a pecuária extensiva no território piauiense dos oitocentos, voltada para o mercado interno, uma elite no norte da província, capitaneada por Simplício Dias da Silva “[...] fizera-se exportador em larga escala, de gado e cereais; foi a Província que teve a primazia de ter as primeiras charqueadas no Norte do Brasil. Só com destino a Portugal existiam, antes e depois de 1808, 5 vapores encarregados de conduzir carnes e bois, em pé” (Brito, 2007, p. 66). E, necessariamente, o Piauí conectava as atividades do mercado interno (gado criado no interior da província) com o mercado externo (charqueadas que exportavam charque para vários países).

Analisando desta forma, é preciso reconsiderar o entendimento que apenas despertava interesse da metrópole as áreas produtoras de produtos exportáveis, desprestigiando as áreas voltadas para o mercado interno, que foi muito trabalhado na periodização da História do Brasil em “ciclos econômicos” que enfatizava a hegemonia dos produtos exportáveis (pau-brasil, açúcar, mineração e café) já que é possível perceber as conexões entre o mercado interno com o mercado externo, com dinâmicas bem intensas.

No início do século XIX a província do Piauí era habitada por fazendas bem distantes umas das outras e seu reduzido espaço urbano estava distribuído em apenas seis vilas: Parnaíba (norte), Parnaguá (sul), Marvão (leste), Campo Maior (centro-norte), Jerumenha (centro-oeste) e Valença (centro-leste). Oeiras estava no centro do território: a Mocha, sua primeira denominação, se torna vila em 1712 por ordem do rei D. João V. Elevado à condição de cidade com a denominação de Mocha, por Carta Régia de 19 de junho de 1761. Para que se tenha uma referência do feito, a vila de Fortaleza no Ceará foi elevada a cidade somente em 1823. Oeiras era na época a Capital da província do Piauí, a única do atual Nordeste não situada no litoral e a força da pecuária ajuda a compreender bem esta excepcional localização.

No contexto que antecedeu à emancipação política da colônia, o Piauí ocupava uma posição de relevo, tanto nos aspectos econômicos quanto militares, essencial para Portugal não perder de todo seus domínios na América do Sul.

[...] O Piauí teria muita importância neste plano, pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com o Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também era o Piauí o celeiro fornecedor de carne para essas Províncias.

Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contraofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse (Chaves, 2005, p. 29).

Fundamentava o plano de manter o norte do Brasil fiel a Portugal a própria configuração administrativa da colônia: “o governo português tinha criado duas regiões no século XVII: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil; assim, no século XIX, a nova colônia seria uma restauração, embora alterada no tamanho e na forma de ser possuída por Portugal (Brito, 2007, p. 67).

Enquanto isso, as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão possuíam vínculos mais firmes com Portugal, se comparado com outras regiões do Brasil e, portanto, resistiram muito a aderirem a independência proclamada por D. Pedro. Viam mais vantagens se continuassem ligadas à metrópole, sobretudo no aspecto comercial. Enquanto isso, na Bahia, Pernambuco e Ceará borbulhavam ideias emancipacionistas.

O major Fidié, portanto, estando no comando das armas na província do Piauí, estava encravado entre estes dois polos antagônicos das províncias do norte do Brasil. Com objetivo bem claro, Fidié, diante da iminente perda para Portugal do centro-sul do Brasil, faria de tudo para garantir que algumas províncias do norte do Brasil seguissem firmes como integrantes do Reino Unido a Portugal, condição instituída ainda em 1815. Esta diversidade de realidades regionais irá resultar em distintos processos de independência no Brasil.

Analisando nestas perspectivas, se tínhamos diversos “Brasis” enquanto éramos colônia de Portugal, os sete anos que fomos “Reino Unido a Portugal e Algarves” (1815-1822) tornaram a situação ainda mais complexa, portanto, constatamos que tivemos várias “Independências” no Brasil. Destaque sem nenhum ineditismo, considerando que ainda em 1925 Hermínio Conte, reivindicando a compreensão para as particularidades do processo de adesão do Piauí à independência proclamada por D. Pedro, chamava a atenção para este fato:

Inscrevamos nos livros – tratados e manuais – a glória nova da epopeia que lhes custou, exclusivo, o sangue patriótico. Brademos contra a mutilação da independência que se vê nas obras escolares e ensinemos completo o ciclo emancipador, como o ordenam a verdade e os fatos históricos: Ypiranga – Pirajá – Jenipapo – Caxias. Se na Independência o Sul apenas fez uma evolução, o Norte foi preciso fazer uma revolução. No Sul a Independência foi Te – Deum, beija-mão, aplauso, luminária, flores, fitas e proclamações. No Norte sítio e trincheira, fome e peste, sangue e morticínio... Aqui a adesão; lá a guerra... (Conde, 2007, p. 138).

As províncias do sul tiveram a presença próxima de D. Pedro no processo de ruptura com Portugal, não houve significativos enfrentamentos com as tropas portuguesas, do grito de “Independência ou morte” praticamente não viram a morte. Já as províncias do norte, distantes

geograficamente do imperador e perigosamente próximas do major Fidié, de suas baionetas e seus canhões, tiveram que recorrer à guerra e, definitivamente, não se faz guerra sem o povo.

Verticalizando um esforço de compreensão sobre estes “brasileiros” que o Major Fidié enfrentou em Campo Maior no Piauí e posteriormente em Caxias no Maranhão, identificamos combatentes das províncias do Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Maranhão (Dias, 2023, p. 249) numa composição bastante heterogênea em termos de origens regionais e enquanto oriundos de diferentes classes sociais e seus distintos interesses. Termo inclusive utilizado em dois textos que tratam sobre esta temática: “**A plebe heterogênea da independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824)**” de Tyrone Apollo Pontes Cândido (2018) e “**A horda heterogênea**” de Igor Gomes Santos (2021).

Importante pensar o que motivou os integrantes desses grupos a saírem dos seus diferentes locais de origem para um enfrentamento incerto. Esta percepção regional sobre a Batalha do Jenipapo se justifica devido à participação de todos esses sujeitos, não tendo razão de ser a apropriação dela utilizando tão somente o critério geográfico em relação ao enfrentamento militar. Esse tipo de pensamento minimiza a insatisfação que corria por todos os locais do nordeste, exigindo um desapego desse sentimentalismo local, para ganharmos em termos históricos, porque assim poderemos perceber um povo insatisfeito e disposto a lutar, em diferentes lugares da região.

Debrucemos nossos olhares em direção às abordagens feitas em relação a este povo que compôs as tropas de brasileiros das províncias do norte, que andaram léguas para enfrentarem o exército de Fidié. Uma massa heterogênea engajada por motivações diversas, desde a expectativa de receberem os respectivos soldados, numa época em que dinheiro era algo muito raro e muito necessário para estes pobres homens, passando por recrutamentos forçados de uns e sinceras expectativas de melhoria de vida para outros.

A historiografia vem trabalhando ao longo dos últimos dois séculos com documentos que foram escritos sobre eles e não por eles em sua maioria, o que contribuiu para diferentes interpretações, com diferentes intenções. No entanto, da participação dos membros das elites daquela época restaram farta documentação escrita. Em relação a quem não era destinado pela historiografia tradicional o papel de “heróis”, lhes foi destacado desde muito as suas virtudes numa forma curiosamente antagônicas. Vieira da Silva os classificou como “homens rudes, mas de boa-fé, de boa índole”. Odilon Nunes (2007, p. 86) afirmou que “O patriotismo não poderia ser atributo dos vaqueiros daquele século. Mas, a bravura, e também a honradez, na conceituação daqueles homens, ainda eram virtudes admiradas, e aqueles que as possuíam ainda eram amados e respeitados.”

Dentro das tentativas de procurar compreender a natureza dos heróis independentes, indo além do mero destaque dos seus atributos, Abdias Neves, enveredando pelas teorias deterministas que vinham desde o final do século XIX construindo concepções sobre as causas que resultam em determinados perfis humanos, vincula a acomodação dos piauienses às suas origens associadas à ocupação do Piauí pela pecuária:

O criador – o fazendeiro – para auferir todo o resultado de sua simples empresa, tinha, apenas, que cruzar os braços e ceder à fatalidade das circunstâncias. Não era preciso a sua intervenção. Nenhum esforço se lhe exigia. E como por toda parte abundavam frutas, sobrava caças, e serpeavam os rios piscosos, a luta pela vida não tinha grandes exigências e o homem amolentado pelo calor, perdia pouco a pouco, os traços de seu caráter de origem. De irrequieto, corajoso, aventureiro e esforçado, fizeram-no o calor, a facilidade dos meios de subsistência e a vida monótona das fazendas um temperamento morno, um caráter passivo, um tipo indolente (Neves, 2006, p. 264-265).

Já em relação aos cearenses Abdias Neves destacou a capacidade de iniciativa, de liderança, que eles teriam sido fundamentais no envolvimento dos piauienses nas guerras pela independência, já que

Entusiasmo verdadeiro pela causa da separação não o tinham os piauienses. O piauiense não se entusiasma. Arroubos, impulsos apaixonados ele os não tem, máxime pelas ideias novas. O passado absorve-o, as tradições e a rotina o manietam. Vinha alistar-se? Vinha arrastado pelo exemplo dos cearenses que, em bandos, chegavam além-Serra Grande (Neves, 2006, p. 166).

Agora, se por um lado houve de fato o que Abdias Neves fala em ter sido necessário para alguns piauienses terem sido “arrastados pelo exemplo dos cearenses”, o que dizer das centenas de piauienses que lutaram ao lado do português Major Fidié contra as tropas brasileiras? Estamos falando de piauienses oriundos das camadas populares que lutaram, mataram e morreram ao lado de Fidié, já que ele chegou sozinho ao Piauí, contou com os militares da própria província para defender os interesses de Portugal, que, segundo Odilon Nunes (2007, p. 96), “[...] soube incutir no ânimo de seus comandados a convicção de que se batiam pela legalidade contra a rebeldia e traição.”

Muitos destes soldados piauienses a serviço de Fidié desertaram o longo dos trajetos percorridos a cada enfrentamento. As forças nacionais incessantemente procuravam fazer com que eles mudassem de lado, viessem reforçar as fileiras das tropas que defendiam os interesses do Brasil, mas muitos eram convencidos por Fidié que seriam vencedores, que reforços viriam de Portugal, que eles seriam punidos caso desertassem. Sobre estes, assim se pronunciou a Junta de Governo do Piauí:

Estes piauienses são sem dúvida criminosos porque, depois da batalha de Campo Maior, e, mesmo antes, não ignoravam os sentimentos da sua Província, e quantos meios couberam nos limites da possibilidade esgotamos para chama-los a nós e vê-los isentos da Companhia do seu corifeu, que tão astuto se mostrou em arrastá-los ao precipício, porém jamais conseguimos: as sugestões dos inimigos do Brasil puderam mais e nós tivemos o desprazer de ver a uns prisioneiros com o Fidié e outros o abandoná-lo já quando o consideraram reduzido à última extremidade (*apud* Chaves, 1998, p. 410).

Mas, apesar de tudo, o ofício da Junta ao Sr. José Joaquim Carneiro de Campos, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Império, conclui de forma generosa: “[...] nós os conservamos em liberdade, excluídos unicamente dos exercícios de seus postos, sem que os mandássemos processar, esperando que S. Majestade Imperial se sirva decidir da sorte destes desgraçados, que este Governo recomenda à clemência do mesmo augusto Senhor” (Chaves, 1998, p. 410). Por este prisma, observemos a heterogeneidade de posições políticas dentro da província do Piauí, muito além das interpretações monolíticas da historiografia predominante.

Já para setores da pragmática elite brasileira o que importava era saber, ao final, quem iria assumir o controle do poder local, quem iria garantir a manutenção de prerrogativas que vinham tendo desde os tempos coloniais. Contanto que continuassem exercendo seus poderes e mantivessem suas fortunas, podiam até se envolverem e de fato se envolveram em movimentos ditos “patrióticos”, mas sempre priorizando a defesa das suas propriedades e objetivando o controle político local.

Agora, para os independentes oriundos das camadas populares, “anônimos e sem rosto” como afirma Claudete Dias, voluntários ou remunerados, civis ou militares, a Independência surgia como uma aurora de possibilidades. Quem não tinha e nunca teve nada ou quase nada durante mais de três séculos, acalentou sonhos de melhoria da sua condição de vida. Os escravizados sonharam com liberdade, indígenas sonharam com o fim das perseguições e com a posse das suas terras, os lavradores sem-terra de maneira geral sonharam em ter terra, os vaqueiros do gado dos outros sonharam em ter seu próprio gado, enfim, a enorme parcela dos empobrecidos lutavam contra as variadas ferramentas de coerção para o trabalho e nutriam expectativas.

É plausível crermos que não existia o entendimento de nação, nacionalidade brasileira, de identidade nacional no início do século XIX, já que surge com a Independência e seus desdobramentos. No entanto, em relação ao debate sobre a participação popular neste processo, que é questionado por alguns, Fonseca Neto (2010) afirma: “Ora, conteúdo popular tem, sim, porque ‘nos povos’ do Brasil latejou os sentidos de uma independência como sinônimo de

liberdade, da ex-colônia, e de sua gente.” Evidentemente que precisamos considerar os limites possíveis para cada época e para cada indivíduo e procurarmos perceber as variadas formas e intensidades de participação popular.

Para uma temerosa Junta governativa do Piauí em relação à fuga das camadas populares quanto ao roteiro previamente definido pelas elites no que diz respeito ao que todos deveriam entender sobre o que era uma “Independência”, assim ela se manifestou:

Aos povos, fazendo-lhes ver que a independência não é uma anarquia, não é a extinção dos europeus residentes no Brasil, não é um absoluto medo de obrar furiosamente com escândalo das leis, abuso do direito natural e por uma separação de governo [...] É a união e tranquilidade entre os povos, obediência às autoridades, observância das Leis e temor a Deus e amor ao próximo é o que sustenta a ordem social.¹⁴

Na leitura que Claudete Dias em sua obra fez sobre a movimentação das camadas populares no contexto do pós Jenipapo, teria se manifestado os ressentimentos acumulados por séculos. Desta forma, ficava incompreensível para os “povos” aceitarem em derrotar tão somente Fidié e cumprirem as leis que estavam em vigor e se curvarem diante das “novas” autoridades administrativas e militares. Desconsiderando a pluralidade de pensamentos da época e até mesmo o entendimento que então vigorava sobre o que era ser denominado “português”, Claudete Dias (1999) entende que, para os “povos”, independência era expulsar os portugueses e ter leis próprias.

O povo que não tinha terra e tinha fome, agora tem armas e munições. As elites locais os armaram para garantirem seus interesses no enfrentamento contra o Major Fidié. Não que esta realidade lhes interessasse, sabiam dos riscos que estavam correndo ao armarem o povo: até onde iriam obedecer aos seus comandos? O que garantiria que aquelas baionetas que estavam hoje apontadas para o Fidié amanhã não estariam apontadas para eles mesmos? Até que ponto os interesses em relação à Independência eram comuns? Uma vez derrotado Fidié, como desarmar o povo?

Mas, o risco precisava ser corrido, a diminuta elite não tinha como enfrentar as tropas de Fidié e nem era prudente arriscar a própria vida nestas empreitadas. Quem bem o diga Simplício Dias e João Cândido de Deus e Silva, que após proclamarem a adesão da Parnaíba à independência e ao saberem do deslocamento das tropas de Fidié para o norte da província acharam mais adequado se refugiarem estrategicamente no vizinho Ceará.

¹⁴ Ofício da Junta de Governo do Piauí ao coronel José da Cunha Lustosa, Arquivo Público do Piauí. Série independência, Livro 7, 4 de abril de 1823

É neste contexto que localizamos, na análise de Fonseca Neto, a “adesão não comportada” de Campo Maior à Independência proclamada por D. Pedro, se comparada com as adesões de Parnaíba e Oeiras. O povo, mesmo mal armado, sem treinamento militar, transformados da noite para o dia de vaqueiros em guerreiros, sem um estratégico comando, sem provavelmente muita clareza em relação ao que iam enfrentar fez o que fez em Campo Maior naquele 13 de março de 1823. Imaginem se tivessem algum preparo para a guerra, alguma mínima estratégia, algum mínimo comando! As elites locais, por um lado, comemoraram as mudanças dos planos do major português, que não segue em frente, em direção a capital Oeiras, mas por outro lado começaram a imaginar que um possível “inimigo interno” estaria sendo despertado no bojo das guerras pela Independência.

Fora assustador aos olhos das elites o destemor dos combatentes do Jenipapo, praticamente autolancados ao confronto com as forças fidielinas. Às forças reordenadas no signo das adesões comportadas a Pedro I, caso típico da Junta auto aclamada em Oeiras em 24 de janeiro, cabia o papel de apascentar as gentes prevenindo explosões ainda maiores, inclusive das senzalas, dos roceiros sem-terra, da vaqueirama sem pasto, da afro e indíodescendência em geral, meio rarefeita porém suscetível ao apelo e imperativo da luta na hora extrema (Fonseca Neto, 2010, p. 58).

A Batalha do Jenipapo aconteceu próximo à vila de Campo Maior, a meio caminho entre Oeiras e Parnaíba, onde estavam exatamente as duas maiores forças econômicas e políticas do Piauí das primeiras décadas do século XIX: Simplício Dias na Parnaíba e Manuel de Sousa Martins em Oeiras. Ambas disputavam poder na província e tiveram suas “proclamações” de adesão à Independência: Parnaíba em 19 de outubro de 1822 e Oeiras em 24 de janeiro de 1823. Enquanto uma força destemida de brasileiros enfrentavam o exército de Fidié com suas onze peças de artilharia, Simplício Dias tinha fugido para Granja no Ceará e Manuel de Sousa Martins estava assombrado em Oeiras temendo as represálias depois da sua proclamação, sobretudo ao saber que Fidié estava vindo em direção à capital (Chaves, 1998, p. 90).

No tumultuado período posterior à Batalha do Jenipapo observa-se um vazio de autoridade na província do Piauí. As velhas instituições metropolitanas de comando administrativo e militar estavam se desintegrando e as novas instituições da nação que surgia ainda estavam na fase embrionária. Esta situação impactou as elites locais que não queriam que a nova realidade ameaçasse seus privilégios, ao tempo em que oportunidades foram criadas para segmentos sociais que até então não eram considerados manifestarem seus interesses.

Uma rotatividade de comando nas vilas contribuía para que a autoridade não se consolidasse. Em Campo Maior, por exemplo, palco do mais importante enfrentamento em torno da adesão à Independência no Piauí, em poucos meses houve uma intensa alternância de

comando. Iniciando com o Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, nomeado por Fidié para defender a Vila quando da passagem das tropas para Parnaíba. Com as deserções após a queda de Piracuruca e a notícia da vinda de forças do Ceará, o coronel Rabelo abandona Campo Maior e segue para o Maranhão. Na sequência, os que lutam pela independência assumem o comando militar da vila, com o Capitão Luís Rodrigues Chaves, seguido por Capitão Alexandre Nereu, Tenente Simplício José da Silva, Tenente Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco e Tenente João Rebelo Cardoso.

Nesta instabilidade observada na vila de Campo Maior, administrada por militares, chamou a atenção do Monsenhor Chaves o despreparo do seu juiz, José Marques Freire, que oscilou da omissão quando deveria agir e de algumas ações desastradas quando resolveu agir. A Junta de Governo de Oeiras se inquietava com a postura do juiz de Campo Maior, pois dele não podiam esperar muitas iniciativas:

Tendo-se feito tão público em toda esta Província os horrorosos e desumanos procedimentos de assassínios, roubos, motins e outros que a maldade de alguns habitantes de Campo Maior e de outras Províncias que para aí se tem regressado, é para admirar que V. Mercê não tenha devassado e feito prender semelhantes malvados sem se lembrar que fica responsável por semelhante falta como a que tem ocasionado a multiplicação de semelhantes delitos com que se tem arruinado termo dessa Vila. V. Mercê além da responsabilidade em que está pela sua omissão, também deve remunerar os danos que por causa de sua relaxação a semelhante respeito tem causado. (Ofício do Comando da Barra do Poti para a Junta de Governo do Piauí, *apud*. Chaves, 1998, p. 342).

Ao analisar aquele contexto sob o prisma das reações do juiz de Campo Maior, Chaves enfatiza o papel das instituições, do empenho em manter a legalidade, não compreensão pelo fato de não ter devassado os acusados, não procurando entender as motivações múltiplas para a execução destes atos em um momento marcado por muitas transformações. Caminhou-se mais comodamente pelo caminho da criminalização e repressão.

Fortalecia o vazio de autoridade a nível de província a disputa entre as elites de Oeiras e Parnaíba, às vezes não explicitadas mas percebida, tal como na proclamação da adesão da vila da Parnaíba antes e sem informar a então capital, Oeiras, ou na “honrosa lista das pessoas que mais se distinguiram nas lutas da independência nesta província”, nomeando-as como heróis da independência no Piauí, sem citar nenhuma da Parnaíba, encaminhada no final de dezembro de 1823 ao Rio de Janeiro pela Junta de Governo sediada em Oeiras (Dias, 1999, p. 254). Em um contexto no qual as elites disputavam prestígio entre si, reivindicando protagonismos no processo de independência, as camadas populares se insurgem e, de alguma forma, ocupam espaços. Neste sentido, André Machado (2022), citando Sérgio Guerra Filho, argumenta que no

transcorrer das guerras pela independência o “inimigo interno” era mais temido que o “inimigo externo”

Sérgio Guerra Filho retoma uma preciosa correspondência do então governador da Bahia às vésperas da expulsão das tropas portuguesas dessa província. O que Guerra Filho realça é que o governador deixava claro que a sua maior preocupação não era a expulsão dos portugueses, o que ele sabia que era uma questão de tempo. A grande preocupação exposta na correspondência era o dia seguinte após a expulsão dos portugueses: como controlar a população que estava agitada? Como garantir a ordem social (Machado, 2022, p. 23).

Consideremos que esta “população que estava agitada” estava armada, o que aumentava as preocupações das elites provinciais e dentre as “agitações”, uma das que causava muitos temores era a insubordinação e indisciplina da tropa. Os chefes militares dos independentes, por sua vez, diante de atos de insubordinação e indisciplina da tropa são indiferentes. Uma real desorganização militar onde fazia falta as duas principais colunas de qualquer instituição desta natureza: a hierarquia e a disciplina.

É neste quadro caótico pós Batalha do Jenipapo que procuraremos entender uma rotulação que passou a pesar nos ombros dos independentes de forma extremamente pejorativa: de “guerreiros heroicos” passaram a ficar conhecidos como “saqueadores” , “assassinos”, “facinorosos”. De qualquer forma, a retirada de Fidié para o Maranhão não resultou em paz para os proprietários da região de Campo Maior:

Em vários pontos havia “muita gente reunida” que praticava furtos e assassinatos de europeus, por vingança, de acordo com as informações de um oficial ao tenente comandante Simplicio José da Silva, sobre um *“assassinato a sangue frio e de caso pensado e rixa velha no local Tapera do Poti, distrito de Campo Maior, sendo a vítima arrancada de sua casa pedindo compaixão e sua mulher chorando com uma santa nas mãos.”* Esse ato foi comandado por “adeptos da quadrilha do famoso ladrão Vicente Bezerra” – formada por João Nunes e os filhos Manoel, João, Felipe, Felix e os gêmeos Paulo e Raimundo, chamados de “facinorosos ladrões de gado” (Dias, 2023, p. 238-239, grifo do autor).

No Brasil Colonial, os termos “facinorosos” e “facciosos” eram usados para se referir a indivíduos considerados criminosos, rebeldes ou perturbadores da ordem. Essas designações eram frequentemente aplicadas a pessoas envolvidas em motins, conflitos ou ações violentas que desafiavam a autoridade colonial. A Inquisição também perseguia aqueles que eram vistos como ameaças à ortodoxia religiosa, rotulando-os como facinorosos.

Dependendo de quem fala e escreve, é preciso contextualizar sobre o conceito de facinorosos e facciosos utilizados neste período estudado, pois quem assim era designado lhe era atribuído a autoria de algum crime e, via de regra, não havia sido proporcionado a eles as

garantias do Estado Democrático de Direito: a ampla defesa e o contraditório. Desta forma, houve o que podemos chamar de criminalização e também uma forma de condenação social, de tanto massificado que foram estas rotulações.

A atuação das camadas populares, além do script elaborado pelas elites provinciais no processo das lutas pela independência, aconteceu nas províncias que enfrentaram as forças portuguesas e uma série de pesquisas tem contribuído para desmistificar dois entendimentos que tiveram muita força durante muito tempo. Primeiro, que a independência do Brasil foi um processo pacífico, um “divórcio amigável” nos dizeres de Oliveira Lima (1997, p. 184), sem muitos enfrentamentos. Segundo, que as elites tiveram total protagonismo no processo de independência do Brasil, relegando às camadas populares os papéis de figurantes, sem entendimento próprio do que estava acontecendo, totalmente man pulados. As pesquisas recentes tem lançadas muitas luzes nestes debates, mostrando novos entendimentos.

Neste sentido, estudando esta conjuntura na província do Grão Pará e focado em novos ângulos de análise, Adilson Brito (2008, p. 171) assim interpreta a dinâmica política daquele momento, quando as elites paraenses temiam as instabilidades políticas que se estabeleciam:

[...] a multidão sem freios partiu para saquear o depósito de armamentos e munições, o que seria feito a golpes de machado, se não fosse parte dos soldados de linha, leais à Junta e ao comandante Grenfell, terem afastado a turba com terçados e tiros de mosquete para o alto. No dia seguinte, logo de manhã, os mesmos machados foram usados por magotes de soldados que tomaram as ruas do centro comercial, para derrubar as portas das lojas e de algumas casas de negociantes europeus e promover uma onda de saques, “insultando mesmo os Brasileiros” e proferindo insistentes “Vivas ao Imperador – Morram os Europeus”. Um pelotão de sessenta homens fardados comandava “os maiores roubos e estragos”. A situação estava na iminência de fugir ao controle, visto que a tropa paga era insuficiente e grande parte dela estava entre os “revolucionários.”

Ainda estudando a província do Grão Pará oitocentista, André Machado observa o processo de criminalização das camadas populares que se estabelece, sobretudo registrado na documentação oficial da época e que será utilizado como base pela historiografia, algo que será também observado nas outras províncias que foram palcos de conflitos

A primeira das características a ser salientada é que os levantes que se espalharam por todo o Grão-Pará eram expressões da luta política que se travava na província. É importante que isto seja sublinhado, pois os adversários dos rebeldes frequentemente descreveram estes acontecimentos nos documentos oficiais, posteriormente usados pela historiografia, como decorrentes de simples banditismo quando se tratava de papéis que deviam circular publicamente, ainda que expressassem opinião bem diferente quando se tratava de correspondências de circulação restrita entre as autoridades, fontes que neste caso foram menos utilizadas pelos historiadores (Machado, 2006, p. 248).

Sobretudo nestas províncias onde aconteceram as guerras pela independência e conflitos no período regencial a historiografia tem avançado muito na busca da compreensão sobre a participação das camadas populares. No Maranhão, Elizabeth Sousa Abrantes e Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus destacam a omissão da historiografia tradicional em relação a esta participação, marginalizados da sociedade daquela época, marginalizados pela historiografia de tempos posteriores, ao tempo em que celebra os estudos recentes que sobre esta temática:

A participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1823-1841) no período pós-independência foi omitida pela historiografia tradicional, em uma tentativa de consolidar a imagem de que as camadas populares não passavam de rebeldes, desordeiros, vadios, bandidos, dentre outros adjetivos de conotação pejorativa. Esses grupos de indivíduos ficaram à margem da história, esquecidos pela historiografia. No entanto, estudos recentes apontam uma nova leitura sobre a participação popular nas lutas políticas do Maranhão pós-independente, a exemplo dos estudos do historiador Matthias Assunção que abordam as lutas políticas no período pós-independência, com destaque para a Balaiada, também conhecida como Guerra dos Bem-te-vis. Esta última denominação era devido o envolvimento de membros do partido liberal na revolta e da influência do ideário liberal nas reivindicações dos rebeldes oriundos das camadas populares (Abrantes; Mateus, 2021, p. 126).

Na província do Ceará as camadas populares reagiram com firmeza diante do recrutamento forçado para a composição da tropas independentes que se articulavam para combaterem no Piauí as tropas do major Fidié. E sendo forçado, é claro que o recrutamento não chegava até os homens da elite cearense. Tyrone Apollo Cândido comenta os desafios que os comandantes tiveram que superar para reorganizarem as tropas antes de seguirem do Ceará para o Piauí, fazendo com que os povos entrassem “nos seus deveres de subordinação”:

No Crato, a então mais populosa vila da província, e de onde esperava-se o recrutamento dos maiores contingentes de soldados, deu-se um verdadeiro levante “de homens pardos e pretos de que abundam aqueles lugares”. Filgueiras e Tristão de Alencar, em ofício, informavam haver ali “mais de 2000 cabras em armas e prontos a praticar as maiores hostilidades, tendo já perpetrado roubos e dispostos a instalar um governo a seu molde”. Aquele que foi qualificado como um “estado anárquico” constituiu-se em problema de grandes dimensões, a ponto de um conselho militar composto pelos “oficiais de estado maior do exército” ter sido convocado para deliberar sobre a crise. Decidiu-se então que a expedição só partiria para o Piauí após a prisão dos cabeças da sedição, medida julgada indispensável para fazer os “povos flutuantes iludidos das vilas” de Jardim, Lavras e Crato entrarem “nos seus deveres de subordinação” (Cândido, 2018, p. 36).

Enquanto isso, na capitania de Sergipe Del Rey neste contexto da independência tem sua autonomia em relação à Bahia ratificada por D. Pedro, dando origem à província de Sergipe e simultaneamente lutando contra os portugueses. No entanto, chama atenção algo inusitado para o início do século XIX: D. Pedro nomeia para o cargo de secretário da província de Sergipe

o advogado baiano Antônio Rebouças, com muito prestígio junto ao governo central em muito por conta da sua atividade em defesa da independência na província da Bahia. Além do fato de Rebouças ser baiano era também mulato, o que despertou muitas animosidades junto a elite de Sergipe, como bem relata Edna Maria Matos Antonio:

A situação de hostilidade criada entre o novo secretário e a elite regional relacionava-se ao fato nada desprezível de Rebouças ser mulato, com posicionamentos ideológicos acirrados e bastante conhecido pela defesa irrestrita das ideias liberais e pela intensa atividade política. Tinha prestígio junto ao governo central por causa de sua marcante participação no movimento de adesão ao projeto de Independência. Atuando na vila baiana de Cachoeira, ficou conhecido em todo o país pelos serviços patrióticos então prestados à emancipação do Brasil. Porém, na composição do governo da Bahia, ressentiu-se com Francisco Montezuma, seu aliado nas lutas contra os portugueses – e que teria usurpado o seu lugar de secretário da junta de governo daquela província. Condecorado no Rio de Janeiro e gozando de consideração junto ao imperador, Rebouças foi nomeado para o cargo de secretário da província de Sergipe (Antonio, 2012, p. 204).

Para a branca elite sergipana era uma afronta o secretário da sua província ser um mulato e não ser sergipano. Rebouças foi acusado de ser abolicionista, de estar influenciando os escravizados do Sergipe a se tornarem livres, algo que definitivamente não constava na programação dos latifundiários de Sergipe, posto que, para muitos, a ruptura com Portugal já bastava. Rebouças termina renunciando ao cargo e retornando a Bahia.

Igor Gomes, em **“A horda heterogênea: Resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1853)”**, trata sobre a complexidade da sociedade oitocentista nas províncias da Bahia, realidade semelhante às demais do atual nordeste naquela época e ao analisar especificamente os denominados grupos sociais subalternizados identifica como na prática ocorria o processo de criminalização, exemplificando com os recrutamentos forçados:

[...] a principal forma de restrição da liberdade do livre era a criminalização e suas múltiplas formas de prender e de restringir a mobilidade. Os criminalizados, ao fugir, por exemplo, do recrutamento e burlarem a lei, viraram criminosos, e as cadeias, até o momento em que as autoridades decidissem o que fazer, ou julgar os “delituosos”, eram suas estadias. Nas cadeias, novas comunidades se formavam, ainda que momentaneamente, para planejar, fugir, atacar, vingar e roubar (Santos, 2021, p. 27).

Avanços conceituais em relação à independência, ou às independências do Brasil, são possíveis de vislumbrarmos ao nos determos especificamente e com profundidade nas pesquisas sobre como este processo se desenvolveu em cada província. Sérgio Guerra Filho, ao estudar as lutas pela independência na Bahia, propôs a distinção entre dois “patriotismos” antagônicos, apesar de não formalmente apresentados desta forma e de não serem reconhecidamente

inimigos, estando em permanente conflito: um das elites, outro popular. Através do chamado patriotismo popular se propunham a ir bem além do que defendia o patriotismo da elite. De novo, um estudo sobre as províncias relatam o “inimigo interno”:

[...] as elites tiveram no povo um inimigo interno. Tiveram como problemas as insubordinações, civis e militares, das camadas livres e libertas pobres, além de escravos e populações indígenas. Este contingente popular, herdeiro de uma tradição rebelde, produziu, durante a guerra, espaços de atuação política onde pôde, se não construir uma independência radical, democrática e popular, ao menos demonstrar sua insatisfação com a manutenção dos privilégios de classe que não compartilhavam (Guerra, 2004, p. 94).

Precisamos esclarecer inicialmente de quem estamos falando: trata-se de uma multidão de combatentes formada por piauienses e cearenses, em que qualquer generalização é por demais inadequada e injusta. Pelo que se percebe, independentemente dos projetos políticos que eles tinham, havia um entendimento por parte de quem comandava que os combatentes deveriam lutar, submeterem-se às mais rigorosas privações, enfrentarem os adversários no campo de batalha, correrem risco de vida e esperarem pacientemente o recebimento dos soldos prometidos.

Caso a paciência dos combatentes se acabasse, a indiferença dos comandos militares se avolumasse, caso crescesse a vontade de retornarem para casa sem a sensação de que tudo foi em vão e resolvessem por conta própria a forma de serem ressarcidos, rapidamente deixarão de ser “heróis” para serem “bandidos”. Por vezes o jogo foi virado em favor tanto das Juntas de Governo do Piauí quanto a do Ceará. Aqueles que se comprometam em retribuir tanto sacrifício com dinheiro e cargos, não honraram suas palavras e ainda se vitimizaram, estavam sendo atacados por “criminosos”, de aliados de outrora se tornaram inimigos.

E o “pagamento” muitas vezes nem era buscado nas Juntas Governativas, nem acesso aos seus membros os independentes tinham, provavelmente o contato que tiveram fora com algum recrutador que precedia a tropa sertão adentro e com os próprios comandantes. Decorrencia desta realidade, no Piauí, a vila de Campo Maior foi palco de muitos conflitos, antes e depois da Batalha do Jenipapo, já que era um lugar de passagem das tropas que chegavam na província, passavam para o Maranhão durante o cerco a Fidié e no retorno deles para suas regiões de origem. A riqueza da região desde os primórdios da ocupação era o gado e a província era uma importante fornecedora deste produto para seus vizinhos. A Junta governativa do Piauí chegou a proibir o comércio de gado com o Maranhão na época do cerco a Fidié como forma de dificultar os planos do inimigo.

Proibidos de vender gado para o Maranhão restou aos fazendeiros piauienses o comércio

interno, seriamente abalado pela situação de instabilidade que reinava no Piauí do início do século XIX. Milhares de combatentes se movimentando em constantes chegadas e partidas precisavam de carne para se alimentarem, fazendas foram saqueadas tanto pelos soldados de Fidié quanto pelos independentes, e a estes buscavam se misturar os bandidos ladrões de gado que já existiam bem antes das batalhas pela independência. Para uma melhor compreensão destes acontecimentos, em relação aos sentidos políticos destas ações pelas camadas populares, exige intensificar o estudo e a análise da documentação da época.

Em relação aos rebanhos de cavalos nas fazendas piauienses a situação também ficou bastante grave. A pecuária nesta província era extensiva, portanto, muito necessário era ter bons cavalos para campear o gado sertão afora. Contudo, numa situação de guerra, naquela época a finalidade das cavalgaduras era bélica, muito utilizadas para o deslocamento das tropas e nos combates com o inimigo. As tropas de Fidié e as dos independentes demandavam muitos cavalos. Houve dificuldade para a Junta de Governo do Piauí abastecer de cavalos o exército de Filgueiras, alguns que eram doados eram tão magros que não tinham condições de viajar.

O plano de Manuel de Sousa Martins de fugir com o cofre de Oeiras para o Crato no Ceará foi comprometido pela inexistência da quantidade necessária de cavalos, e os soldados que retornavam para o Ceará após o cerco de Caxias demandavam cavalos para concluírem suas viagens de retorno. Enfim, em algumas fazendas “nem sementes deixaram”, que assim naquela época também designava os animais que dariam sequência ao rebanho (Chaves, 1993, p. 107).

A redução do rebanho de cavalos se espalhava pelo Piauí e afligia outras vilas além de Campo Maior, como em Valença onde “[...] houve fazendas donde se retiraram, por vezes, sessentae setenta cavalgaduras e sendo há pouco necessário remeter quinhentos bois para o exército queestá além de rio, os vaqueiros de algumas fazendas não puderam campear” (Neves, 2006)

Analisando a subtração de cavalgaduras pelos independentes que retornavam para suas residências, muitos sem terem recebido os soldos prometidos, é plausível que compreendamos que se tratava de uma questão de pura necessidade. Era o meio de transporte da época e não tinham como comprá-los nas circunstâncias em que se encontravam. No entanto, mais uma vez os nacionais foram colocados na mesma vala comum de meros saqueadores.

Agravando todas estas mazelas já descritas, o Piauí ainda sofria naquele momento que aconteceu os enfrentamentos com Fidié os efeitos de uma rigorosa seca, que em tempos de paz já resultava em muita fome e privações para o povo sofrido, teve todo o seu potencial ampliado com os desdobramentos das batalhas:

A seca e a guerra passavam sobre o Piauí em um consórcio íntimo, abatendo fortunas, destruindo gados, desertando povoações. Apesar dos esforços de alguns comandantes, não se conseguiria restabelecer a ordem, e os ataques à propriedade corriam parilha com os homicídios. Quem pudera, emigrara, fugira à sanha dos ladrões e à faca dos assassinos (Neves, 1907, p. 213)

Já não bastassem as adversidades costumeiras que há séculos vinha enfrentando o interior do Piauí, as secas periódicas, a completa ausência de ações do governo, a ponto de bem resumir esta realidade um antigo ditado popular da região: “o melhor governo é um bom inverno”. Um bom inverno tudo resolvia e não adiantava esperar alguma ajuda do governo. Pois este “consórcio íntimo” da seca com a guerra resultou em mais empobrecimento para os piauienses, sobretudo os que tinham pequenos rebanhos. A “Independência” para eles, na prática, significou mais pobreza. Pouco importavam as notícias que eventualmente chegavam sobre as vitórias dos independentes no Maranhão em relação às tropas de Fidié, o que eles estavam vendo era que suas condições econômicas se deterioravam a cada dia.

As despesas das batalhas contra Fidié aumentavam assustadoramente, a todo momento chegavam homens das províncias vizinhas dispostos a lutarem, mas tudo isto tinha um custo e além da relatada perda de gado e de cavalos também havia os “empréstimos” efetuados pela Junta de Governo do Piauí, que utilizavam de ardis para convencer os proprietários, costumeiramente faltando com a verdade, da forma como descreve Abdias Neves:

Nessas ocasiões, fazia o Governo temporário verdadeiras derramas, cobrando, sob a fórmula suave e enganadora de um pedido de empréstimo, sem prazo, um imposto onerosíssimo, cada vez de mais penosa realização. Tomava-se dinheiro sob as mais belas promessas de grandes juro, garantindo-se o pagamento para quando, ultimada a guerra, se levasse ao Imperador a conta de tudo. A munificência imperial seria, com certeza, bastante larga para cobrir todos aqueles imensos sacrifícios. Tomavam-se cavalos sob os mesmos protestos ilusórios (Neves, 1907, p. 297).

Inicia com Abdias Neves uma historiografia que cria a versão dos fazendeiros como vítimas e dos populares como baderneiros saqueadores. Em relação aos fazendeiros a vitimização é maximizada, teriam sido subtraídos nas suas riquezas pela Junta Governativa, pelas tropas de Fidié e pelas tropas dos independentes. Enquanto isso, a atuação das camadas populares neste contexto foi criminalizada, tanto pela Junta Governativa, quanto pelos fazendeiros e, perpetuada através da produção historiográfica do final do século XIX e de praticamente todo o século XX, em desconfortáveis abordagens evidenciadas por ambiguidades.

Com a capitulação de Fidié em Caxias, os objetivos das elites locais estavam atingidos, precisavam rapidamente desarticular a Delegação Expedicionária, o povo tinha que ser

desarmado, já tinham corrido riscos demais. Além do mais, se continuassem mobilizados era necessário manter os pagamentos dos soldos – a conta só aumentava. E se os independentes resolvessem avançar nas suas reivindicações específicas? Se resolvessem ampliar suas pretensões emancipatórias para além da vitória sobre as forças de Fidié? Uma arma na mão potencializava questionamentos e se no início dos confrontos era possível afirmar que eles eram destreinados para a guerra, após meses de combate tinham aprendido lutando, na prática. A dispersão foi muito difícil para aqueles combatentes, como relata Claudete Dias (1999, p. 254):

Com as energias esgotadas, e padecendo de doenças infecciosas, mortes, prisões e abandono pelo próprio comando militar, as forças que se engajaram nas lutas e combates encararam a dura realidade da dispersão e do retorno ao cotidiano. E, para completar a crítica situação, ainda passaram para a História como indisciplinadas, ignorantes, desordenadas ou mera “massa de manobra” ou “bucha de canhão”. Devido à característica de sua composição heterogênea e por ser numerosa, constituiu-se em uma multidão anônima e sem rosto que pegou em armas para conquistar a independência no Piauí e no Maranhão.

Neste percurso historiográfico podemos identificar abordagens com diferentes perspectivas em relação especificamente à participação popular no processo de adesão da província do Piauí à Independência proclamada por D. Pedro. “Sertanejos transformados em soldados”, “multidões transformadas em exército”, “recrutas alistados ao primeiro oferecimento de serviços”, “bisonhas ordenanças” e outras expressões que remetem para uma visão ampla, de uma tropa, predominaram nas primeiras publicações. Nomes e rostos destacados e perpetuados era de quem tinha poder econômico, político e militar, dos que “conduzem” a História. Aos que são “conduzidos”, seus nomes e rostos foram encobertos pela densa poeira do tempo.

Na disputa de narrativa histórica, uma forma de dignificar os feitos de alguns é exatamente desqualificar os feitos de outros. O protagonismo de Simplicio Dias, João Cândido de Deus e Silva e Manuel de Sousa Martins fica mais evidente diante dos desafios que tiveram de enfrentar, tanto nos momentos das batalhas quanto nos períodos anteriores e posteriores. A “coragem” destes homens em proclamarem a adesão do Piauí à Independência anunciada por

D. Pedro, na concepção deles, se igualava ou mesmo superava a coragem dos anônimos que enfrentaram os canhões de Fidié. Já os combatentes, de “heróis da batalha” passaram a “indisciplinados”, “desertores”, “saqueadores” e “assassinos”, numa perigosa generalização.

Os sem rosto e sem nome também eram, na sua maioria, sem escrita, não deixaram textos para a posteridade que expusesse seus pensamentos, suas concepções sobre a Independência que se formava. Nos textos escritos sobre eles predomina a visão das elites e dos

governos da época. Na historiografia mais recente surge um debate sobre os níveis de consciência política das camadas populares que participaram deste processo.

Contrapondo-se a Bernardo Filho, Marcelo de Sousa Neto, no artigo **“Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)”**, identifica diferenciados níveis de consciência política:

Entretanto, considerar a participação popular nas lutas pela Independência no Piauí apenas pela ótica do aliciamento, que conduziu e deturpou o entendimento e os interesses, é mutilar um conjunto complexo de relações, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão de outras possibilidades de desmembramentos sócio-históricos do evento. A consciência das transformações operadas no Brasil manifestou-se em graus diferentes entre os diversos grupos sociais e mesmo no interior de cada um destes. No entanto, todos possuíam ciência de seus interesses (Sousa Neto, 2022, p. 09).

Historiadores vinculados à academia buscam como que diante do projeto hegemônico de independência (obediência a D. Pedro, respeito às autoridades administrativas e militares, legalidade, respeito ao direito de propriedade, destacadamente a propriedade dos grandes proprietários, disciplina militar, subordinação aos oficiais, manutenção da ordem social) surgem vozes destoantes, que dizem “não”. Estes “indivíduos rebeldes” que ousam cobrar os soldos prometidos e não pagos, que ousam desejar que a Independência traga mudanças para muitos e não apenas para poucos, logo serão considerados uma “ameaça à tranquilidade e ordem pública”.

Percebe-se que autonomia em tempos de guerra tem nomes: “indisciplina” e “insubordinação”, punidas com extremo rigor. As elites provinciais estavam temerosas com

a autonomia desses grupos, encarada como indisciplina ou desobediência pelas autoridades, as deserções e os atos de violência contra os europeus, denunciados como crimes, arruaças, insultos, assassinatos e roubos, denotam, com efeito, uma das formas de participação social que fugia ao controle das forças militares e governamentais (Dias, 2023, p. 234).

Tratava-se de uma forma de participação social que fugia ao controle dos donos do poder, que só recorreram ao recrutamento daqueles populares diante da pura necessidade, de não terem tido outra forma de enfrentamento das tropas de Fidié. A desobediência aos comandos, o não cumprimento das determinações governamentais foram interpretadas como graves atos de desobediência, de “indisciplina” que com a evolução dos atos insubordinados geraram o que foi rotulado de “anarquia”.

Quando as tropas substituíram o imperial “Independência ou Morte!” pelo popular e

perigoso “Morram os marinheiros!”, a ruptura com Portugal passou a ter outros contornos. A “morte” que D. Pedro afirmara de forma genérica no “grito do Ipiranga” agora tinha destinatários – os portugueses e em muitas outras situações, não apenas os portugueses, mas os que tinham posses, de maneira geral. Sem dúvida, se materializava uma concepção divergente de Independência, considerando que para as elites provinciais o alvo bastaria ser apenas o major Fidié. Esta forma de participação social fugia ao controle das forças militares e governamentais. Wilson Brandão tinha enxergado aqui o que ele denominou de “ódio plurissecular do brasileiro ao português”, quando os que aqui viviam ainda não se identificavam como “brasileiros” e também não é possível afirmar que no Brasil havia este “ódio plurissecular” em relação aos portugueses.

Para o então governo da província do Piauí era mais conveniente nivelar todos aqueles atos como crimes contra a vida e contra a propriedade privada, valores jurídicos que deveriam ser respeitados e, portanto, seus atores deveriam ser duramente condenados. A “ordem social” estava ameaçada! Porém, naquele pós Batalha do Jenipapo, era preciso contextualizar para melhor entender. Procurando compreender o que pode ter acontecido há duzentos anos atrás, imaginemos os sentimentos que afloraram em grupos de brasileiros que tiveram familiares e amigos mortos pelas tropas do major português Fidié no dia 13 de março de 1823, que se dirigem à cadeia da vila de Campo Maior e executam os portugueses que lá estavam detidos, e depois saem em caçadas humanas pelas fazendas e o critério utilizado foi ter posses, indistintamente, brasileiros e portugueses ricos foram saqueados.

Subtraindo os ladrões de sempre, consideremos os brasileiros que nunca tinham furtado ou roubado algo de alguém e que naquele pós Batalha, com a clara consciência ou sentimento daqueles que vinham sendo martirizados por décadas, vítimas de séculos de exploração do seu trabalho em prol do enriquecimento de abastados latifundiários e que resolveram também fazer justiça com as próprias mãos em termos patrimoniais, aquela “Independência” deveria ser uma oportunidade aproveitada de alguma forma por quem nunca foi considerado pelos que sempre estiveram à frente do poder. A este respeito, estudando o mesmo período, primeiras décadas do século XIX e trabalhando as camadas populares nos sertões da Bahia, convém considerar a análise de Igor Santos (2021, p. 360):

Várias visões de liberdade inspiram as ações dos fora da lei; desde aquelas dos escravizados em fuga, passando pela tentativa de lutar contra o senhor e o trabalho impostos pela expropriação que sofrem os indígenas, mas também a liberdade do desertor que incorre nas ações armadas para viver, além dos homens livres e pobres que veem sua liberdade todo o tempo ameaçada pelas imposições senhoriais do Estado. Mas é possível perceber, mesmo naquelas formas de ações armadas mais atreladas aos senhores de terras e animais, uma negociação velada de liberdades e uma

acomodação que os insere como sujeitos de/e com direitos, ainda que conquistados na contramão do Direito.

Em “**A horda heterogênea: resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1835)**”, Igor Gomes Santos penetra em uma trilha desafiadora, procurando compreender melhor quem são e o que pretendem estes que foram denominados de “bandidos”, oriundos das camadas populares que emergem em momentos conflituosos. Por ter estudado uma realidade semelhante à nossa tanto em termos regionais quanto em lapso temporal, esta pesquisa tem muito o que contribuir, considerando, sobretudo, o que o autor alerta:

Cabe aos historiadores, e demais cientistas sociais, enxergarem os fios soltos das práticas autônomas dos grupos sociais subalternos em meio a uma sociedade, e cultura, que produziu diversas evidências dos grupos sociais dirigentes e tentar puxar a linha do novelo até se deparar com a prosa insurgente dos subalternos (Santos, 2021, p. 358).

No contexto tumultuado das primeiras décadas do século XIX, os processos históricos das províncias do nordeste do Brasil se conectam. João Paulo Peixoto Costa, na sua tese de doutorado “**Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**”, ao pesquisar a temática indígena tendo a província do Ceará como território delimitado de estudo, também estudou as incursões empreendidas por estes povos na província do Piauí nos tensos momentos de enfrentamento das tropas conduzidas por Fidié. Ao analisar as abordagens historiográficas sobre a atuação dos indígenas que vieram do Ceará para o Piauí e as associações que foram feitas entre eles e os saques que aconteceram na região de Campo Maior, inferiu que:

A análise dos saques e depredações promovidas pelos índios não indica apenas que suas ações eram motivadas por autonomia. Os índios não faziam o que queriam – já que se viram impelidos a deixar o Piauí – mas não foram impedidos de voltar quando podiam e nem de caracterizar o inimigo de maneira particular. Como vimos no relato do juiz José Marques Freire, os “corcundas” já não eram apenas os naturais de Portugal, mas todos aqueles que tivessem “bens”, contrariando a assertiva de Abdias Neves. Claudete Dias afirma que, após as batalhas, “os delitos eram cometidos, em várias vilas piauienses, exatamente contra europeus e brasileiros, contanto que fossem proprietários.” A autora não consegue responder, entretanto, qual era “o significado ou a razão dos delitos” e por que as violências passaram a atingir os nascidos no Brasil (Costa, 2018, p. 310).

Em relação aos demais autores, João Paulo Costa destaca o bairrismo e o racismo no texto do Monsenhor Chaves, ao se referir de forma pejorativa em relação às tropas dos cearenses de maneira geral que chegaram a Campo Maior, “uma invasão desastrosa”, e especificamente quanto aos indígenas cearenses como uma “calamidade que o Ceará nos mandou naquela hora”,

que eles não teriam feito “[...] outra coisa senão roubar, com toda aquela cara de bestas que Deus lhe deu” (Chaves, 1993, p. 30). Termos fortemente preconceituosos foram utilizados pelo Monsenhor historiador ao se referir aos indígenas, chegando a chamar o comandante deles de “imbecil”, no episódio do cerco feito à casa do capitão Alexandre Nereu aos gritos de “morra que é corcunda”.

Analisando os trabalhos mais recentes, João Paulo destaca que para Johny Araújo os pobres “foram seduzidos pelo discurso nacionalista” das elites, em um tempo que o entendimento de nação estava vinculado aos limites provinciais. Não concorda com Claudete Dias que afirma que houve um “patriotismo” unindo grupos sociais e étnicos tão diferentes, já que “[...] ainda que estivessem do mesmo lado, nem todos combatiam pela mesma “pátria” ou em prol dos mesmos objetivos. Os significados da guerra, da independência, das identidades e do futuro eram múltiplos” (Costa, 2018, p. 305).

Sobre os desertores, Claudete Dias visualiza no Piauí como participação popular, caracterizando como uma discordância em relação ao projeto oficial de Independência. Numa visão maniqueísta, quem abandonasse as tropas convocadas para enfrentar as forças de Fidié não era patriota, tinha fugido do dever de defender o rompimento com Portugal, não estava comprometido com o surgimento da nova nação, eram “[...] facciosos contrários à causa da independência”. Não se cogitava motivações outras, o que pesava era que:

As muitas deserções estavam causando desassossego dos verdadeiros constitucionais que vivem assustados por facciosos de que o mundo está cheio. Vivemos no maior desassossego por diabólicas notícias opostas à nossa causa [...] donde nasce o meu maior temor e apesar de fazer diligências para serem capturadas – o melhor modo de dar conta desta tarefa senti-me incapaz, pois falta-me luzes e das 50 praças restam 30 por deserções.¹⁵

Sobre as deserções, Monsenhor Chaves (1993, p. 119) já tinha se manifestado antes em uma análise sob o prisma militar afirmando que “[...] por causa da falta de pagamento de soldos a indisciplina lavrava em toda parte e as deserções se multiplicavam” e evidenciava que “[...] não se poderia castigar soldado algum pelo crime de deserção se não se lhe pagava o soldo no tempo devido. Não há soldado que não careça de soldo.” Claudete Dias (1999, p. 234) avança ao analisar as deserções não no âmbito militar, mas como uma materialização de participação popular, de discordância política em relação aos rumos que a Independência estava tomando.

Para Claudete todas as formas de insubordinação em relação às autoridades

¹⁵ Ofício assinado por José da Cunha Rabelo para a Junta do Arquivo Público do Piauí. Fundo Documental, Livro 3, 1823

administrativas e militares, também identificadas como indisciplina, seriam manifestações de participação popular. As insubordinações eram exatamente de membros das camadas populares em relação aos membros das elites locais, que estavam acostumados a serem obedecidos por séculos. A recusa em obedecer, em se subordinar, era algo nada comum naquele tempo. Perigosas circunstâncias aquelas, em que uma arma na mão fazia toda a diferença.

Fonseca Neto (2010) seguiu nesta abordagem iniciada por Claudete Dias ao analisar os ganhos que “Contingentes intencionados num sentido de liberdade, mas mobilizados por razões e para cumprirem papéis diferentes desse de aprender que as mudanças que interessariam à sua vida é tarefa sua, propriamente, e que se consegue de arma na mão”, contribuindo para consolidar esta vertente de pesquisa, que tem ainda um enorme campo a ser explorado.

Sobre os sonhos e projetos libertários heterogêneos que estavam em disputa, explícita ou implicitamente, nas tumultuadas primeiras décadas do século XIX, reflete Fonseca Neto, abordando as percepções sobre liberdade. Quais as liberdades que estavam em jogo?

O que está em jogo no leito do Jenipapo naquela manhã-tarde de 1823 são esses sonhos e projetos libertários. Não é a liberdade de que falavam os chefes palacianos sob as ordens de Manuel de Sousa Martins (estes eram calculados adesistas); mas a liberdade do trabalhador contra o estado de escravidão, a favor da possibilidade de acessar a terra que nas repúblicas lhes ocorria que pertencessem a todos e não somente àqueles que eram amigos do rei (como era a regra) (Fonseca Neto, 2010, p. 23).

Em 2011 Antônio Ivo Cavalcante Prudêncio publica “**Heróis da Solidão: Províncias do Norte (1817 a 1824)**” com duas importantes contribuições. Primeiro, foca suas análises sobre os conceitos que foram elaborados por historiadores piauienses clássicos em relação aos independentes cearenses que lutaram contra as tropas de Fidié. Prudêncio argumenta contra as generalizações que foram feitas desde o princípio, destacando a necessidade de compreender melhor a complexidade daqueles sertanejos.

O autor considera injustas muitas das acusações que são feitas tanto em relação aos independentes (indisciplina, roubos, assassinatos...) quanto aos comandantes das tropas, sobretudo em relação à polêmica exigência de pagamento dos soldos pelos cearenses para a Junta de Governo do Piauí. Considerando a composição das tropas, Prudêncio (2011, p. 285) afirma:

Gente simples e trabalhadora que saiu do lar, deixando a família numa espera sem tempo. Rumo a guerra contra os portugueses levaram um brilho no olho com a esperança de vencer e viver, mas um coração carregado de certeza que a partida era sem regresso. A voz sertaneja é muda na boca sedente, maltratada pelo sol e a miséria deste chão amado, mas os gestos foram as melhores respostas para dizer a grandeza deste povo.

A outra contribuição desta obra são as relações que o autor faz entre os acontecimentos de 1817 a 1824 nas províncias do norte do Brasil, identificando uma relação entre eles. Da Revolução Pernambucana de 1817 a Confederação do Equador, destacando os combates contra Fidié no Piauí e Maranhão em 1823, Prudêncio visualiza a permanência e consolidação de algumas ideias e lideranças. A semente da liberdade teria sido plantada no Pernambuco de 1817, “terra inflamada”, nos dizeres nordestino, com tradição de rebeliões durante todo o período colonial.

Buscando entender as razões pelas quais as batalhas contra Fidié foram esquecidas pela historiografia tradicional localizada, sobretudo, no sul do país desde o século XIX até um período relativamente recente, Prudêncio defende que este ocultamento teve início logo no primeiro reinado. Parte das lideranças das províncias do norte que lutaram contra as tropas de Fidié em 1823, atendendo aos interesses de D. Pedro I em eliminar as resistências à sua proclamação de independência, lutarão contra o mesmo D. Pedro I em 1824.

A dissolução da Assembleia Constituinte, seguida da outorga da Constituição de 1824 deixou claro o autoritarismo do imperador. As fortes ligações do mandatário com os interesses portugueses provavam que a Independência estava incompleta, revitalizando antigas aspirações separatistas e republicanas. Desta forma, os aliados de D. Pedro I em 1823 se tornaram adversários em 1824, como foi o caso do juiz João Cândido de Deus e Silva, chegando a ser preso pelo seu envolvimento com a Confederação do Equador.

Personagem curiosa o juiz João Cândido, que reflete as manifestações das contradições e conveniências daquele período histórico. Inicialmente o magistrado se posicionou na defesa do rei de Portugal, D. João VI, na sequência se associa a Simplicio Dias e proclamam a adesão da vila da Parnaíba à independência do Brasil proclamada por D. Pedro. Depois, insatisfeito com as posturas do rei, passou a militar na Confederação do Equador, movimento separatista e republicano.

Não abordando em suas análises um corte cronológico desde 1817, até porque foram poucas as repercussões deste movimento no Piauí, mas considerando as relações das batalhas pela independência no Piauí de 1823 com a Confederação do Equador (1824) e a Balaiada (1838-1841), Claudete Dias, Fonseca Neto e Marcelo de Sousa Neto destacam a participação popular neste processo, observando sobretudo na Balaiada um amadurecimento do engajamento que houve em 1823. Os independentes retornam aos campos de Batalha, já que a Independência não resultou em mudanças concretas nas suas vidas. Não tinham mais por que ter esperança. Constataram que os donos do poder no período colonial continuaram em suas posições no Brasil nação. Simplicio Dias seguia firme aumentando seu cabedal na região da Parnaíba e Manuel de

Sousa Martins iria governar o Piauí por longos vinte anos.

Enquanto isso, aqueles que enfrentaram as baionetas e os canhões de Fidié tiveram ao longo destes duzentos anos diferenciados tratamentos, de “guerrilheiros bisonhos” a “valentes e indisciplinados”, de “rudes devotados à causa pátria” a “assassinos e ladrões”. De tal forma que precisamos pesquisar ainda mais para compreendermos melhor sobre o que pensavam e o que moviam aqueles que foram tão importantes e sacrificados para que o Brasil seja o que é hoje.

Em um dos primeiros registros pós Batalha do Jenipapo, escreve em Campo Maior o juiz José Marques Freire no dia 26 de março de 1823, informando à Junta de Governo do Piauí a situação caótica da Vila, destacando que ele mesmo e vários vereadores estiveram na batalha, suas preocupações com os saques que estavam ocorrendo, suas dificuldades para contê-los e punir os culpados:

No dia 13 do corrente março, chegou perto desta Vila o intruso Fidié com seu exército. Tropas do Ceará combateram-se de parte a parte com mortandade da gente que chegaria a mais de cem pessoas, ficando no campo vitorioso o dito Fidié, este ataque eu fui presente com vários camaristas, não ficando guarnição alguma na Vila pelo acontecimento desgraçado, retirou-se a tropa e todo o mais povo desta Vila, deixando seus cabedais os quais foram roubados, a cujos procedimentos não me foi possível dar providência alguma por não ter forças que rebatesse povos absolutos, estes mesmos procedimentos se está praticando no vacuum e cavalgar, sem recear e à força estão furtando.¹⁶

Neste mesmo ofício o juiz de Campo Maior informa que se encontra de autoridades na vila somente ele e “o vereador Luís de Sousa Bustamante Sá e Meneses, sem saber dos mais, escrivães e meirinhos, porque não corriam do ataque, tudo pegou em armas e com a retirada que houve ainda não são aparecidos.” Ou seja, duas semanas após o combate, a maioria das autoridades locais ainda não tinham retornado para a Vila, tamanho era o medo.

Pelo ofício citado percebemos também que os “saques” tiveram início logo após a batalha em Campo Maior. As pessoas de posses abandonaram a Vila temendo as tropas de Fidié e saíram de casa praticamente com a roupa do corpo, deixando abandonados seus bens e sem autoridade que tivesse condições para que “rebatesse povos absolutos”, no dizer do juiz José Marques.

Dois meses depois, em outro ofício do mesmo juiz de Campo Maior, datado de 7 de maio de 1823, encontramos um detalhamento importante sobre as ações relatadas que não tinha sido citado no ofício anterior: “Esta villa ficarão todas as casas abertas. Para arrombarem as portas e roubaram tudo, assim estavam fazendo por fora alguém possuía alguns bens, e bastara

¹⁶ Ofício do Juiz José Marques Freire para a Junta de Governo da província do Piauí, documento 35, página 61 do Livro 04 da Série Independência, Arquivo Público do Piauí.

ter alguma couza, para ser corcunda e ser logo roubado.”¹⁷ Ou seja, as energias do povo não estavam apenas canalizadas contra os portugueses, mas sim direcionada aos ricos da época, aos que tinham posses e que há muito tempo os exploravam, enquanto isso o acuado juiz lamentava “não havendo força militar, comopoderia a justiça fazer couza alguma?”.

Com a chegada do tenente Simplício José da Silva em Campo Maior, assumindo o controle militar da Vila ele procura reprimir a onda de saques, como podemos identificar no texto do ofício datado de 10 de maio de 1823, informando punição severa para quem fizerem roubos. Vamos à leitura de um trecho do ofício e observemos mais uma informação interessante sobre as tensões daquele momento:

[...] que parte das pessoas habitantes deste distrito tinham extraviado bens alheios, huns por serem dessa conduta, outros pelo vocábulo que corria entre as pessoas sedes serem comuns e querendo eu atalhar desses insultos não precisando castigar a todos, mandei fazer um Edital como verás V. Excias fazendo isto até que apresente tem 29 bilhetes de pessoas que confessam terem morto gados alheios e estão prontos a pagarem, isto só em Estanhado, nesta Vila e quantos não estarão no Poti destes roubadores que ainda não deram parte comissionado a conter em toda freguesia por ainda não ter chegado a notícia deste Edital, veja Vossa Excia restado em este Distrito logo que findar os oito dias da publicação. O Edital fará prender rigorosamente todos quantos fizeram roubos ou forem denunciados por outros, estou sendo.....muito a quem castigar. Além dos presos que foram demitidos acham-se mais 8 nesta cadeia ladrões, matadores, que os conservarei até findar os 8 dias para fazer maior licença. Acha-se o juiz tirando as devassas dos presos que foram para essa cidade, principalmente Vicente Bonzão e Hermígio de Torres a ver se assim (?) merecem serem fuzilados, que sem um exemplo destes não terás sossego na cidade.¹⁸

Quando o tenente Simplício informa que pessoas em Campo Maior “tinham extraviado bens alheios, huns por serem dessa conduta, outros pelo vocábulo que corria entre as pessoas rudes dos bens serem comuns”, revela uma argumentação das camadas populares para fundamentar os atos, o entendimento que os bens eram comuns. Certamente, a elite local ficou bastante temerosa com as camadas populares divergindo do até então consensualizado respeito à propriedade privada.

Se estavam defendendo que os bens eram comuns, podemos inferir que estavam associando ao fato deles terem participado de forma significativa da construção destas riquezas, portanto não estavam “saqueando”, estariam se apropriando de algo que pertencia a todos. Acrescido a esta percepção em relação aos bens, aconteceram iniciativas que refletem um nível de estratégia de luta por parte daqueles grupos sociais como também podemos perceber no

¹⁷ Ofício do Juiz José Marques Freire para a Junta de Governo da província do Piauí, documento 26, página 44 do Livro 04 da Série Independência, Arquivo Público do Piauí.

¹⁸ Ofício do Tenente Simplício José da Silva para a Junta de Governo da província do Piauí, documento 27, página 39 do Livro 04 da Série Independência, Arquivo Público do Piauí.

ofício do Juiz José Marques “Nessa ocasião que roubaram os moradores desta villa levarão todo papel, que havia e até o presente não se tem podido achar por parte alguma papel para poder tratar dos casos acontecidos e dar com presteza todas as participações.”¹⁹

Além da subtração dos objetos de valor tido como comuns, o juiz de Campo Maior lamenta terem levado todo o papel que havia, desta forma ele não tinha como prestar as informações “com presteza” para a Junta de Governo do Piauí. Ao eliminarem todo o papel da Vila estava sendo eliminado também o meio pelo qual era feito as comunicações entre as autoridades, divulgado os Editais, registrado os crimes cometidos, feitas as intimações para depor, ou seja, inviabilizava os atos administrativos, policiais e judiciais.

Estas fontes primárias que nós fizemos referência até aqui estão disponíveis no Arquivo Público do Piauí, numa coletânea de documentos oficiais enviados para e recebidos da Junta de Governo da província do Piauí, inseridos na Série Independência, com dez volumes. Em 2024, com a publicação de **“As cartas da guerra da independência no Piauí – 1822-1824”** de Johny Santana de Araújo e Gracivalda Matos Albano novas contribuições sobre este período histórico vieram a lume. Trata-se de uma coletânea de cartas que estavam sob a custódia do museu Ozildo Albano, que se referem à guerra de independência no Piauí e no Maranhão. Segundo os autores da publicação:

As cartas são um fragmento da sociedade e revelam as dores e as dificuldades de montar um exército, falam das relações de amizade, de concessões, de coragem, covardia, de medo, entrega, de sublevação, de revolta, de organização e desorganização, banditismo, altruísmo, alteridade, abnegação, estoicismo, desapego, ganância, arbitrariedades, crimes, mas também o simples desejo de viver, falam inclusive da seca que assolava essa região disputada e das relações sociais no mundo da escravidão, paradoxo de quem buscava libertação (Albano; Araujo, 2024, p. 43).

Estas missivas retratam um clima de guerra em que todos os homens estavam obrigatoriamente convocados para lutarem, com pesadas consequências para “quem tiver condições de pegar em armas e não se apresentarem serão considerados inimigos da nossa santa causa, como tal serão punidos rigorosamente”²⁰ Os textos das cartas recentemente publicadas ratificam este clima de guerra, como podermos perceber neste ofício da Junta Governativa Provisória, datado em 16 de março de 1823:

¹⁹ Juiz José Marques Freire para Junta de Governo do Piauí, Arquivo Público, Série Independência, v. 4, p. 44, 1823

²⁰ Ofício do Tenente Simplício José da Silva para a Junta de Governo da província do Piauí, documento 25, página 38 do Livro 04 da Série Independência, Arquivo Público do Piauí.

[...] A pátria está em perigo, cumpre salvá-la para não sermos submergidos com ela. Cuidado, e muito cuidado em socorrer as passagens, pois que muito se deve temer ataques por parte de Pastos Bons, e de Caxias principalmente pelo Porto de Bom Jardim. Os presídios devem ter comunicação amiúde uns com os outros para se socorrerem mutuamente. Reúna Vossa Senhoria gente sem exceção de vaqueiros, que as circunstâncias não permite dispensar-se ninguém. [...] (Albano; Araujo, 2024, p. 67).

Estas cartas confirmam também a participação de filhos dos fazendeiros nas guerras pela independência no Piauí, confirmando a heterogeneidade das tropas nacionais, sem termos como perceber através da documentação como estes jovens se relacionavam com os demais membros que eram oriundos das camadas populares e de que forma poderia intervir nos rumos das batalhas. Certamente não comungavam da ideia que os “bens eram comuns”.

Nas cartas recém publicadas percebemos relatos de pais que temiam não voltar a verem seus filhos, como esta enviado pelo Sr. Antônio Jozé Alves de Castro para o Capitão Raimundo de Oliveira Falcão:

Amigo e Senhor. Vão os meus dois filhos que são meus pés e mãos, principalmente o Gaudino. Como Vossa Mercê sabe o desamparo que fico pelo estou a rogar aja os tomar na sua Proteção e Amparo, fazendo de conta que são seus filhos, e que todo o benefício que puder fazer a eles quando o não reconheça pela modernice e falta de civilização serei eu o responsável, toda a vida confessarei o benefício recebido assim espero da sua honra, ficando pronto por tudo quanto for deva merecer vir, e pedindo a Deus pela boa felicidade de Vossa Mercê e de todos a quem desejares saúde, para que com ela serem restituídos aos seus Quarteis e que Deus vos guarde por muitos anos. Perperi, 19 de Abril de 1823 (Albano; Araujo, 2024, p.72).

Somadas às aflições dos pais dos filhos que tinham ido para a guerra, havia muitas dificuldades de comunicação naquele início do século XIX, como podemos constatar nesta carta de Francisco Massimo Queiroz também para o Capitão Raimundo de Oliveira Falcão datada de 3 de julho de 1823, que deseja saber se seu filho Luiz Placido está vivo ou morto. Nesta carta fica também documentada a participação de escravos nos combates, pois o fazendeiro informa que enviou dois dos seus escravos, Manoel e Domingos, juntamente com seu filho:

[...] rogo a Vossa Senhoria aja de me fazer o favor deixar recomendado os Amigos de Vossa Senhoria o meu filho Luiz Placido de Queiroz afim de olharem por ele sendo que seja vivo, na entrada que Vossa Senhoria pretendem fazer na dita Villa e juntamente dois negros Manoel e Domingos, de cujo favor lhe ficarei sumariamente agradecido a Vossa Senhoria, também rogo a Vossa Senhoria queira mandar solução da minha recomendação que fiz ao nosso Capitão Mor respeito ao dito filho Luiz, pois desejo saber se é vivo ou se é morto para ter um alívio grande. [...] (Albano; Araujo, 2024, p. 102).

Este conjunto de cartas havia pertencido ao Capitão mor João Gomes Caminha, um antepassado da família de Gracivalda Albano, uma das autoras da citada publicação e que foram

cuidadosamente guardadas pela família de geração em geração por mais de duzentos anos. Esta descoberta nos faz imaginar quantos outros preciosos acervos são possíveis de existirem e que estão à espera da catalogação e transcrição paleográfica que muito contribuirão para futuras pesquisas sobre a História das guerras pela independência no Piauí.

CAPÍTULO 3: SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA: O PROTAGONISMO POPULAR NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Referenciado no Capítulo 1, das finalidades, inciso I do Artigo 1º do Regimento Geral do ProfHistória, “o mestrado profissional é direcionado à reflexão sobre a experiência prática, visando à elaboração de novas técnicas, processos e a aplicação conhecimentos, tecnologias e resultados científicos na solução de problemas em seu ambiente de atuação profissional” (Piauí, [201-?]). Esta dissertação tem como ponto de partida nossa experiênciaprática de docente e a aplicabilidade dos conhecimentos produzidos através das pesquisas nas atividades em salas de aula. É da essência do mestrado profissional, é o que dá pleno sentido à sua existência.

O ProfHistória, desde sua implantação em 2014, tem contribuído para “[...] gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas variadas formas de representação do passado” (Piauí, art. 21, [201-?]) com as dissertações dos egressos disponibilizadas no site,²¹ à disposição de professores e professoras de História da Educação Básica, tanto como possibilidades de aprofundamento teórico em diversas temáticas, quanto como contribuições práticas em relação ao magistério propriamente dito.

Nesta perspectiva de conhecimento gerado que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da área de História, trataremos neste capítulo especificamente do produto de intervenção pedagógica resultante desta pesquisa. Fundamentado nas reflexões empreendidas, propomos o planejamento de uma sequência didática temática de aulas sobre a participação das camadas populares nas guerras pela independência do Brasil, desmistificando o entendimento de que a ruptura com Portugal aconteceu de forma pacífica, um mero acordo entre as elites daquela época, associado às manifestações das camadas populares neste processo e o posterior processo de criminalização que se estabeleceu, dialogando com a independência do Brasil e a memória pública em torno dela.

Como afirmei no início do primeiro capítulo desta dissertação, nossa pesquisa partiu de inquietações surgidas ao longo da nossa experiência como professor de História em relação a uma temática, que para nós, piauienses, é muito cara: a participação do Piauí no processo de independência do Brasil. Sempre nos pareceu incongruente a relevância desta temática para os piauienses especificamente, para os brasileiros de maneira geral e a sua quase ou total ausência nos currículos escolares, nos livros didáticos e nas nossas aulas de História. Acrescido a estas lacunas, o consequente desconhecimento por parte da sociedade de maneira geral.

²¹ Disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/>.

Entendemos que, a partir da disseminação deste conhecimento sobre o Piauí e a independência do Brasil nas salas de aula, irá reverberar para fora dos muros das escolas. A Educação é o ponto de partida das transformações, indiscutivelmente, e nosso mister esta compreensão, que devemos ir muito além da mera transmissão de conhecimentos. Precisamos estimular os nossos alunos a pensar, a compreender como chegamos até aqui.

Neste contexto precisamos refletir sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, que vem impactando a realidade educacional brasileira desde a sua implantação em 1998. O ENEM surge com o objetivo de reconhecer as possíveis falhas no currículo dessa fase escolar dos estudantes e indicar os caminhos para as mudanças previstas para melhorar a qualidade da educação no país, desde então. Ocorre que, além destas pretensões avaliativas do Ensino Médio, ele passou também a ser utilizado como porta de acesso às universidades públicas no Brasil. Desta forma, as escolas passaram a se adequar ao formato das provas do ENEM, procurando melhor preparar seus alunos para este certame. Assim sendo:

O ENEM ocupou o lugar dos principais vestibulares do país, e passou a orientar as propostas curriculares definindo os conteúdos abordados nas salas de aula, assim entende-se que a exigência das diretrizes que amparam o exame, interfere diretamente na possibilidade de lograr êxito quanto à parte diversificada, haja vista que fatores como a carga horária, o despreparo dos professores e quiçá o desinteresse dos alunos por conteúdos que não são contemplados pelo ENEM, geram um descompasso na aplicação da LDB 9394/96, que prevê uma parte diversificada para o currículo, mas no entanto deixa-a de fora do exame que averigua a qualidade do Ensino Médio (Hernandes, 2012, p. 20).

Dos conteúdos que não são contemplados pelo ENEM temos os conhecimentos locais e regionais, como por exemplo a História, a Geografia e a Literatura. Apesar da relevância do ENEM, no nosso caso específico, desde a sua implantação temos regredido no ensino e aprendizagem da História do Piauí, da Geografia do Piauí e da Literatura do Piauí.

Acrescente-se a esta realidade o pragmatismo dos nossos discentes, diante de uma enorme quantidade de conteúdos para estudarem e do tempo exíguo. Terminam priorizando o que é mais cobrado nas provas do ENEM, resultando numa preocupante realidade, especificamente em relação aos conhecimentos históricos, já que dedicam muitos esforços na aprendizagem de realidades muito distantes, norteados pelas delimitações da prova que irá possibilitar o acesso à universidade.

Em 2004, a vinculação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) concedendo bolsas em universidades privadas, popularizou mais ainda o ENEM, já que o estudante contemplado pelo PROUNI é pré-selecionado pela sua pontuação neste exame, se tornando cada vez mais um processo de seleção no Brasil, contemplando tanto universidades públicas

quanto privadas. Impossível ficar alheio a estas realidades educacionais. Neste contexto,

O ensino de História fica “aprisionado”, no entendimento de muitos profissionais, que ficam inseguros em selecionar outros conteúdos, que não aqueles já tradicionalmente abordados e que são contemplados pelo ENEM, por temerem o fracasso de seus alunos e alunas nessa avaliação. Sendo assim, os professores e as professoras, mesmo se não analisarem essa avaliação, tornam-se, de certa forma, seus reféns, pois, os conteúdos exigidos pelo ENEM são aqueles selecionados pelas editoras para serem contemplados nos livros didáticos (Gomes; Marchetto, 2015, 545).

Se o ENEM se popularizou rapidamente na sociedade, já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), instituídos no ano de 1997, não tiveram a mesma notoriedade, a despeito da sua importância didática e metodológica e repercussões no ENEM. Os PCNs influenciam indiretamente os conteúdos que são abordados neste exame, pois fornecem uma base para a construção dos currículos escolares e a preparação dos alunos para essa avaliação nacional.

Os PCNs informam que eles resultaram de amplo debate e discussão entre educadores, especialistas e representantes dos sistemas de ensino em todo o país. Os PCNs são compostos por diferentes documentos organizados por áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, entre outras. Esses referenciais têm como objetivo orientar o trabalho docente, norteando as atividades realizadas em sala de aula e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

Os PCNs estão alinhados com as competências e habilidades esperadas dos estudantes. Essas competências também são avaliadas no ENEM. Portanto, os conteúdos trabalhados com base nos PCNs contribuem para o desenvolvimento dessas habilidades. Os PCNs também destacam competências transversais, como pensamento crítico, argumentação, interpretação de textos e resolução de problemas. Essas habilidades são essenciais para o sucesso no ENEM, pois o exame valoriza não apenas o conhecimento factual, mas também a capacidade de aplicar conceitos de forma contextualizada.

Localizamos nos PCNs uma nacionalização dos conteúdos de História, que reverberam no ENEM, em detrimento do estudo da História local e regional, apesar da abertura que é dada em tese para se trabalhar estas temáticas. Na prática ocorre um

Privilegiamento dos conteúdos de História nacional, conectados à História Geral por relações de contexto. Os PCNEM, bem como os PCN para o Ensino Fundamental, não escondem sua intenção nacionalizadora, de formação de identidade comum aos brasileiros, postura que é inerente a uma política pública que retoma, após quase 70 anos, o papel centralizador do Governo Federal na legislação sobre os currículos, e que nacionaliza a avaliação da sua aplicação. A nacionalização não pode ser definida a priori como positiva ou negativa, porque essa avaliação depende dos valores do sujeito bem como das múltiplas variáveis do contexto no qual ele se efetiva. Mas essa advertência também serve para identificarmos a faca de dois gumes que se coloca

diante de nós. A nacionalização via educação pode tanto preparar as consciências para guerras por mercado quanto mobilizar populações por sua independência. Resta perguntar para que é que seguiremos centrados numa estruturação dos conteúdos com base na ideia de nação, a quem isso serve; trata-se de mais um dos consensos decretados sem discussão e que tende a ser tomado como dado da realidade (Cerri, 2004, p. 220).

Este debate a nível de academia já vem acontecendo há algum tempo, chamando a atenção dos historiadores em relação aos impactos do ENEM para o ensino da História local.²² Eldan Soares dos Reis (2024) em **“A influência do ENEM no ensino de história do Piauí (2008 a 2019)”** analisa esta temática lembrando que devido à presença do conhecimento de História do Piauí no conteúdo programático dos vestibulares das principais universidades do estado, Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí, até 2010 e 2011, respectivamente, as escolas públicas e privadas mantinham a disciplina de História do Piauí. Esta realidade será transformada quando a UFPI e a UESPI,

Ao aderirem ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que adota a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção, essas universidades foram progressivamente extinguindo seus vestibulares. O que acabou impactando no ensino da História do Piauí. A maioria das escolas particulares acabou retirando a história regional da grade curricular do ensino médio, considerando a ausência deste conteúdo na prova do ENEM, em uma demonstração bastante clara de que o foco dessas escolas é a preparação do aluno para “conquistar” uma vaga nas universidades públicas (Reis, 2024, p. 154).

A nível nacional se estabeleceu um processo de debate e reflexão que buscou compreender as origens de toda esta realidade. Destacamos a realização do “Ciclo de Debates BNCC de História nos estados: o futuro do presente”, evento de extensão interinstitucional disponibilizado na página do curso de Especialização em História da Bahia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, disponível para acesso no endereço eletrônico.²³ O evento resultou na publicação de um livro com um conjunto de textos,²⁴ que fornece um primeiro olhar panorâmico sobre o processo de implementação da BNCC nos estados. O livro é composto por textos que analisam os documentos curriculares de 19 estados, dentre eles o Piauí.

“Um currículo para resgatar “histórias silenciadas”: apontamentos sobre a BNCC no Piauí e as perspectivas para o ensino de História”, de Felipe Ribeiro, trata sobre o Currículo Piauí, documento que estabelece uma nova estrutura curricular para a Educação Básica, pública

²² Sobre os impactos do ENEM no ensino de História Regional ver: Cerri (2004); Gomes; Marchetto (2015); Silva (2017); Guimarães; Brito (2024); Reis (2024).

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCDv9FDb9BWFxUGwRj3P7g>

²⁴ FERREIRA, Ângela Ribeiro *et al.* (org.). **BNCC de História nos estados: o futuro do presente**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

e privada, em todo o estado, particularmente nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Elaborado pela SEDUC-PI, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 22 de dezembro de 2017.

Ribeiro contextualiza esta discussão recorrendo à Constituição Federal de 1988, artigo 26, que determina que currículos para o Ensino Fundamental e Médio deveriam ter uma “[...] base nacional comum, que seria “complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Ribeiro, 2021, p. 391). Explica ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, estabeleceu em sua meta 7, dedicada ao fomento da qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, a implantação de uma “[...] base nacional comum dos currículos” (BRASIL, 2015, p. 115).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, implantada em 1996, é um marco legal que orienta a educação no Brasil, estabelecendo diretrizes para a formação de cidadãos e o desenvolvimento do sistema educacional.

Toda esta estruturação da educação brasileira e de seus currículos, intensificada na década de 1990, se deu a partir de uma perspectiva formativa que visa estabelecer habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem, sendo em grande parte mantida e aperfeiçoada nas primeiras décadas do século XXI, a despeito das inflexões políticas à frente do governo federal no período. A BNCC, cujo debate se encaminhou no século XXI, foi pensada como um desdobramento deste referido processo, sem se configurar como uma substituição dos PCN's e DCN's (Ribeiro, 2021, p. 393).

Muito necessário este percurso resgatado por Ribeiro para que, nós professores, possamos compreender os aspectos da prática docente que muitas vezes questionamos, como, por exemplo, os conteúdos trabalhados em sala de aula. O que é destacado e o que é silenciado, tem suas origens nestes documentos oficiais que regulamentam, orientam a educação no Brasil. Ocorre que, muitas vezes, há um caminho de via dupla em que os docentes não procuram compreender melhor e participar de forma efetiva da elaboração destas normatizações e as Secretarias de Educação não oportunizam as condições para que esta participação dos docentes aconteça.

A publicação da primeira versão da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental já proporcionou tensões desde o início entre as entidades que agregam os profissionais de História, como a Associação Nacional de História (ANPUH), se manifestando de forma contrária, destacando que “a principal crítica estava concentrada na ênfase à história

nacional contida na primeira versão, em detrimento de outros conteúdos curriculares” (Ribeiro, 2021, p. 395). Percebe-se que a ausência de diálogo com as entidades representativas docentes permeou os processos de elaboração destas diretrizes. Ribeiro (2021, p. 399) observa que em relação ao denominado Currículo Piauí

Não foram mencionadas contribuições de entidades representativas docentes, nem de grupos de pesquisa ou cursos universitários que têm o ensino de História como objeto de estudo. A perspectiva explicitada no Currículo Piauí é de que essa participação docente – seja da Educação Básica ou do Ensino Superior – só será consumada ao longo de seu processo de aplicação.

Analisando mais especificamente os conteúdos relacionados à História, o Currículo Piauí afirma que “Existem muitos fatos e acontecimentos históricos no Piauí que ficaram esquecidos nos currículos praticados, isso é notado no grande desconhecimento dos educandos do Ensino Fundamental sobre seu próprio estado e município” (Silva, 2020, p. 272). Esquecidos e silenciados foram os termos utilizados em relação à História do Piauí nos currículos escolares de até então. Neste sentido, o Currículo Piauí reproduziu as sete competências específicas indicadas na BNCC e acrescentou mais uma: “8. Construir uma identidade piauiense através da contextualização das contribuições do Piauí no processo de formação Histórica do Brasil” (Silva, 2020, p. 273).

Apesar dos avanços no texto do Currículo Piauí em relação a um compromisso manifestado em relação a incluir a aprendizagem sobre a História do Piauí, Felipe Ribeiro conclui sua interpretação avaliando que

Nesta análise inicial que apresentamos sobre o Currículo Piauí, a questão mais premente se refere às frágeis conexões com o “chão da escola” ao longo dos debates, sobretudo no que tange a uma participação mais efetiva de professores e professoras, bem como de grupos de pesquisa, cursos de licenciatura e pós-graduações dedicadas ao ensino (Ribeiro, 2021, p. 407).

Entendemos que é exatamente esta desconexão com o chamado “chão da escola” que compromete sobremaneira a plena execução dos currículos definidos, a despeito da sua relevância. A forma como é apresentada as normatizações, sem o engajamento dos docentes, sem se sentirem pertencendo ao processo de transformações que estão ocorrendo, termina sendo compreendida muitas vezes como uma espécie de imposição das Secretarias de Educação, Estadual e municipais e quem está em sala de aula sabe o quanto isso pesa na implementação de qualquer alteração na forma de lecionar. Definitivamente há uma distância significativa entre os currículos propostos e os currículos executados, como bem destaca Cerri:

A atividade educativa desenvolvida na sala de aula é uma realidade que o currículo (entendido como a orientação da atividade dos professores cristalizada num documento ou conjunto de documentos) influencia, mas não governa. Entre o currículo prescrito e o aprendizado do aluno interpõem-se fenômenos (como o currículo oculto e os condicionamentos específicos de cada escola e de cada sala) que produzem o currículo realizado, distinto daquele se prescreveu. Um dos fatores que condiciona a efetivação do currículo é a avaliação externa à escola. Nesse sentido, é de longa data que os exames vestibulares vêm se comportando como o principal organizador do currículo do Ensino Médio, e nesse campo, aos poucos o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM vem ganhando um espaço expressivo (Cerri, 2004, p. 214).

Observa-se, portanto, uma espécie de caminho reverso. Da Base Nacional Comum Curricular, considerada como referência tanto para a elaboração de currículos estaduais, como o Currículo Piauí, quanto para a definição dos conteúdos cobrados pelo ENEM, reside uma contradição. Enquanto a LDB, a BNCC, os currículos estaduais e municipais na sua maioria possibilitam a inclusão de conteúdos relacionados com a História regional, na prática ocorre uma hegemonia de temáticas históricas consideradas nacionais em função das abordagens do ENEM, que se materializa nas suas provas. Ocorre uma espécie de pragmatismo educacional: leciona-se o que é cobrado no ENEM, e tudo que estiver fora destes parâmetros, como a História regional, é excluído. Estudar para quê, se não cai no ENEM? É o que muito ouvimos dos nossos alunos e alunas nas salas de aula. Uma junção perigosa, o desinteresse dos discentes sobre as temáticas que eles não consideram relevantes com a postura de alguns docentes, já que

não se pode negar a margem de autonomia que o professor constrói, em processos de resistência que vão desde a crítica aberta até a “negligência” com o processo educativo, passando pelos mais variados graus de fingimento, pelos quais consegue parecer, diante do olhar burocrático, que está a fazer o que lhe determinam, quando efetivamente está a fazer o que entende como correto (Cerri, 2004, p. 218).

Mas, porque tanta reflexão sobre os conteúdos trabalhados no Ensino Médio, se a temática sobre as lutas pela independência no Piauí de acordo com o Currículo Piauí está incluída nos Objetos do Conhecimento relativo ao 8º ano do Ensino Fundamental? (Anexo B). Levantamos aqui uma tese que observamos e nos preocupa. Considerando a importância que o ENEM vem tendo e seus impactos nos conteúdos trabalhados nas últimas séries da Educação Básica e que o Ensino Fundamental antecede e prepara os alunos para ingressarem no Ensino Médio, não podemos permitir que ocorra uma espécie de contágio no Fundamental da desvalorização do estudo sobre a História regional, já caracterizada na fase posterior.

Precisamos ficar atentos a esta dinâmica, já que no Ensino Fundamental é exatamente onde nós professores podemos e devemos trabalhar com nossos alunos conteúdos relacionados

com a História regional, respaldados, inclusive, por toda uma série de documentos que tratam sobre currículo e motivados por algumas mudanças que estão acontecendo em nosso estado, mesmo que lentamente. Neste sentido, destacamos o anúncio feito pelo Instituto Federal do Piauí que no vestibular 2024 haverá a inclusão das disciplinas de Literatura, Geografia e História do Piauí no conteúdo programático do processo seletivo para ingresso em cursos superiores. As questões regionais no Vestibular abordarão conteúdos como a estrutura colonial e lutas pela independência no Piauí, Caracterização Geoambiental e Dinâmicas socioeconômicas recentes da região. Já é um excelente estímulo.

Outro fator que também colabora para valorizar o ensino da História local nos municípios é a instituição de leis neste sentido, como na Lei Orgânica do município de Campo Maior “Art. 123. Torna-se obrigatório o Ensino de História, Geografia de Campo Maior e Educação Ambiental na rede de ensino público e particular do Município nas 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª ano do ensino fundamental” (Campo Maior, 1990). A nível de Piauí, desde 1993 vigora a lei Nº 4588, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História do Piauí nas escolas de “primeiro grau”, nomenclatura anterior do Ensino Fundamental.

Celebramos também a inclusão nos livros didáticos utilizados no 8º ano do conteúdo sobre as guerras pela independência que aconteceram nas antigas províncias. Ilustro com o que é adotado pela Secretaria Municipal de Teresina, “**História: Sociedade & Cidadania**” de Alfredo Boulos Júnior (2022), que faz esta referência, contribuindo para divulgá-las a nível nacional. Contudo, cabe aos professores e professoras de História fazerem aprofundamentos desta temática, pois em apenas duas páginas, com muitas ilustrações, o autor faz referência às guerras que aconteceram em seis províncias: Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Cisplatina, como podemos observar no Anexo C.

Logo, na abertura do capítulo 9 do livro do Alfredo Boulos, que trata sobre as guerras pela independência, é proposto uma série de questionamentos que suscita os alunos a refletirem sobre sua história local: “Você sabia que houve lutas pela independência em outras partes do Brasil, além da Bahia?”, “No seu estado também ocorreram lutas pela independência?” (Boulos Júnior, 2022, p.162). É muito provável que um número significativo de alunos em todo o país manifeste desconhecimento sobre estas lutas pela independência que aconteceram no seu próprio estado e nos demais. Para complementar as informações deste capítulo, o autor disponibilizou na página 164 um link de uma matéria em relação à nossa Batalha do Jenipapo.²⁵ *Nossa* porque envolveu piauienses e cearenses, *nossa* porque seu desenlace repercutiu em

²⁵ O GRITO no Jenipapo de Independência ou Morte. 2015. Vídeo (12min 04s). Publicado pelo canalLegislativo PI. Disponível em: <https://youtu.be/dxgtkCypUaA>. Acesso em: 28 julho 2024

manter a unidade territorial do Brasil.

Ao evidenciarmos as possibilidades favoráveis para trabalharmos a História regional, procuramos nos apegar ao que contribui para desenvolvermos atividades nesta linha, e apresentamos uma proposta de intervenção pedagógica nesta direção. Por opção, buscamos não focar nas limitações, nos aspectos que dificultam nossas atividades docentes, de não nos deixarmos ficar na condição de reféns dos limites que nos apresentam, que são muitos e não vamos nos deter aqui neles.²⁶

3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA - “O PROTAGONISMO POPULAR NA FORMAÇÃO DO BRASIL”

Entendemos que estudar o protagonismo popular na formação do Brasil envolve um conjunto de dimensões da História, permitindo um leque de possibilidades. Estamos falando de História local, sobretudo no caso do Piauí onde tivemos um confronto entre as forças nacionais e as de Portugal na Batalha do Jenipapo em Campo Maior no dia 13 de março de 1823. Estamos falando de História regional, já que as guerras pela consolidação da independência no Nordeste envolveram a participação de piauienses, cearenses e maranhenses em combates que se iniciaram no Piauí e tiveram término em Caxias, no Maranhão, com a rendição do major português Fidié. E estamos falando também de uma concepção mais larga da História, a História da independência do Brasil, pois a unidade nacional estava em jogo. Era intenção de D. João VI continuar mantendo as províncias do norte sob seu império.

Estas três dimensões da História permitem que a nossa proposta de trabalho seja adaptada às realidades locais, pois tivemos guerras pela independência no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, com maior ou menor intensidade, com características em comum e distintas. Acrescentando a abordagem da dimensão nacional da consolidação da independência naqueles estados nos quais não tiveram confrontos bélicos. É uma História que a todos deveria interessar.

Nesta atividade há o propósito não apenas de informar que aconteceram as guerras pela independência do Brasil, numa concepção conteudista, mas refletir sobre o protagonismo popular na formação do Brasil, buscando despertar o interesse pelo estudo da História e o engajamento dos nossos alunos no processo de ensino e aprendizagem associado às lutas do

²⁶ Limitações em relação a ministrar aulas de História local e regional que devem serem vistas como desafios a serem superados: inexistência de material didático específico, exigir mais dos professores no sentido de se qualificarem para ministrarem as aulas, poucas aulas disponibilizadas por semana, pragmatismo dos discentes em relação a estes conteúdos não serem cobrados no ENEM, dentre outras.

povo brasileiro.

A importância do estudo da história local nas escolas está na tentativa de fazer com que o aluno reaprenda e valorize a história de sua sociedade e de sua própria história, mostrando que o mesmo é partícipe da história, tornando também este ensino importante para sua vida, desconstruindo assim a ideia de que o ensino da história não lhe diz respeito, pois não está ligado a ele, rompendo, portanto, a forma de ensino tradicional de memorização sistemática de datas e fatos para a construção de um estudo participativo e investigativo por parte do professor e do aluno, reafirmando a importância e a necessidade da interação escola e comunidade, pois desta forma incentivará a reconstrução histórica da mesma (Lima, 2011, p. 10).

Diante das limitações observadas nos livros didáticos de História ao pouco contemplarem ou não contemplarem de forma alguma a História regional, optamos por elaborarmos uma proposta de sequência didática ou pedagógica em relação a esta temática, por ser uma eficiente metodologia de ensino e aprendizagem, que proporciona visualizar os passos a serem percorridos na construção da aprendizagem, fundamentado em um planejamento que ilumine todo o percurso.

Iniciamos fazendo a distinção entre sequência didática e o plano de aula, tendo em mente que muitos os confundem na prática cotidiana da escola. Podemos considerar a sequência didática como uma estratégia pedagógica que tem como objetivo resolver dúvidas e dificuldades, aprofundar conhecimentos adquiridos ou reforçar os mesmos. Já o plano de aula é um documento, que planeja tudo que será trabalhado no tempo de duração de cada aula, incluindo as sequências didáticas usadas na mesma, caso haja.

A sequência didática tem as atividades elaboradas e desenvolvidas de forma sequencial e gradativa, do mais simples para o mais complexo ou, do conhecido para o desconhecido. Com essa estratégia, os professores esperam dar mais sentido ao ensino, já que cada sequência é personalizada para seus alunos e suas características específicas. Isso contextualiza e aplica o que é ensinado, melhorando a qualidade da aula e o engajamento dos alunos.

Propomos uma sequência didática composta por quatro aulas, tendo como origem da reflexão no **primeiro encontro** uma contextualização sobre o Brasil na época da independência, como estavam organizadas as províncias em termos territoriais, político e econômico. Nesta primeira aula procuraremos desmistificar alguns entendimentos já bem enraizados quanto os conceitos de “Brasil”, “pátria”, “brasileiros”, “portugueses” e “independência”. Há duzentos anos, a compreensão quanto aos significados destes termos era bem distinta ao compararmos com hoje em dia.

Na **Aula 2** procuraremos evidenciar o protagonismo popular nas guerras pela independência do Brasil, a despeito do relevo que é dado para a liderança das elites provinciais.

Aqui serão abordadas as guerras nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia. Em todas as províncias, onde houve enfrentamentos com as tropas portuguesas, havia significativa participação das camadas populares. Neste aspecto será interessante abordar estes processos históricos permitindo que os discentes se identifiquem através da história destes combatentes.

“O Piauí nas guerras pela independência do Brasil” será o tema da **Aula 3**. Aqui trataremos especificamente da participação do Piauí neste processo histórico, destacando os aspectos em comum com as demais províncias e o que teve de específico. Esta terceira aula poderá ser adaptada nos outros estados que também tiveram enfrentamentos com forças portuguesas, inserindo a História local.

Na **4ª aula**, denominada “Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência - abordaremos o processo de criminalização das camadas populares no bojo das guerras pela independência. Após participarem ativamente dos combates contra as forças lusitanas houve uma série de turbulências nas províncias onde houve batalhas. Não por acaso, em todas elas se observa pela documentação oficial da época, a utilização de termos pejorativos em relação às camadas populares, tais como facinorosos, facciosos, hordas de ladrões assassinos, dentre outros similares.

Um maior detalhamento da Sequência didática temática está no Apêndice B, possibilitando que seja executada utilizando recursos bem acessíveis para a realidade de infraestrutura da maioria das nossas escolas. Acreditamos, desta forma, estarmos contribuindo para um maior aprofundamento do conhecimento sobre estas páginas da nossa História, muito rica de possibilidades, mas tão negligenciada na prática. Acreditamos que todos nós, professores e professoras de História somos agentes destas transformações.

REFERÊNCIA

- ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. Dos independentistas aos balaio: a participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1823-1841). **Revista TEL**, Irati, v. 12, n. 1, p. 122-136, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/19658>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- ALBANO, Gracivalda Matos; ARAUJO, Johny Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí (1822-1824)**. Teresina: Cancioneiro, 2024.
- ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. **Clio: Revista de pesquisa histórica**, Recife, v. 33, n. 2, p. 29- 48, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24527>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil. **Humana Res**, Teresina, v. 1, n. 5, 2022. p. 82-100, jan./ago. 2022.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Brasil**. Teresina: FUNDABI, 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2015.
- BRITO, Buggyja. O Piauí e a Unidade Nacional. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cíneas. **O Piauí e a Unidade Nacional**. Teresina: FUNDABI, 2007. p. 51-110.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. São Paulo: FTD, 2022.
- CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p. 161-203.
- CAMPO MAIOR. Lei Orgânica Municipal. Nós, representantes do povo, investidos de poderes constituinte, continuadores de nossa tradição de luta e heroísmo herdados... **Diário Oficial**, Campo Maior, 1990.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A plebe heterogênea da independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824). **Almanack**, Guarulhos, n. 20, p. 194-215, dez 2018.
- CERRI, Luís Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 213-231, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200010>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **Apontamentos biográficos e outros**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CONDE, Hermínio. Independência no nordeste. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cineas. **O Piauí e a Unidade Nacional**. Teresina: FUNDAPI, 2007.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí**. Teresina: APL/FUNDAC, 2010. v. 2.

COSTA, João Paulo Peixoto. Mata que é Corcunda! Os índios do Ceará na guerra de independência do Piauí. **Revista Habitus**, Goiânia, Brasil, v. 14, n. 2, p. 243-262, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/hab.v14.2.2016.243-262>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra**: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). Teresina: EDUFPI, 2018.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaíos e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. 3. ed. rev. Atual. Teresina: EDUFPI, 2014.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da independência do Brasil**: aspirações e manifestações, naturezas e formas de lutas das populações do Piauí – 1789-1850. 2. ed. Teresina: Editora e Livraria NovaAliança, 2023.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da História**: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

FERREIRA, Ângela Ribeiro *et al.* (org.) **BNCC de História nos estados**: o futuro do presente. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

FONSECA NETO, Antônio. **Jenipapo**: riacho irrigado com sangue da Esperança. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 2010.

FREITAS, Clodoaldo. O Fidié. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, ano 6, p. 135-146, 24 jan. 1923.

FREITAS, Clodoaldo. O Fatalismo. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, ano 8, n. 9, set. 1925.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária fortuna d'um soldado portuguez, oferecida ao público pelo brigadeiro Fidié**. Lisboa: Typ. de Alexandrina Amelia de Salles, 1850.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária fortuna de um soldado português**. Teresina: FUNDAPI, 2006. (Coleção Independência, v. 4).

GALVES, Marcelo Cheche; ARAÚJO, Roni Cesar Andrade de. E depois da Independência?:

Os “portugueses” do Maranhão no Império do Brasil. **Revista Ágora**, Vitória, v. 33, n. 1, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37716>. Acesso em: 21 jun. 2024.

GUIMARÃES, Athos Matheus da Silva.; BRITO, Adilson Junior Ishihara. Enem, performatividade e desmemoriamiento regional/local na história escolar. **Educação**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. 1-27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/71505>. Acesso em: 28 jul. 2024

GOMES, Fabrício; MARCHETTO, Suellen. O ENEM e o ensino de História: reflexões a partir dos resultados do Colégio Estadual Farroupilha. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59809>. Acesso em: 10 maio 2024.

GOMES, Igor Santos. **A Horda Heterogênea: Resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1853)**. Niterói: Eduff, 2021.

GOMES, Laurentino. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 2010.

GUERRA, Iara. **Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

HERNANDES, Jesusney Silva. **A física nas questões do novo Enem**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de história das ideias**, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_11. Acesso em: 20 jul. 2024.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MACHADO, André Roberto. Um acordo impossível: o papel das guerras na independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825). **Almanack**, Guarulhos, n. 31, p. 1-32, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463331ef00722>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MACHADO, André Roberto. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)**. 2006. Tese (Doutor em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13072007-113011/publico/TESE_ANDRE_ROBERTO_ARRUDA_MACHADO.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

MIRANDA, Reginaldo. Lourenço de Araújo Barbosa. **Entretextos**, Teresina, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/lourenco-de-araujo-barbosa>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

LIMA, Cristiano Bento de. **A Importância do Ensino de História Local nas Escolas**. Webartigos, [S.l.], 11 maio 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-ensino-da-historia-local-nas-escolas/65870>. Acesso em: 28 set. 2017.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007.

PIAUÍ. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral do ProfHistória**. Teresina, [201-?]. Disponível em: <http://site.profhistoria.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Regimento-Geral-do-ProfHistoria.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PRUDÊNCIO, Antônio Ivo Cavalcante. **Heróis da solidão**: Províncias do Norte (1817 a 1824). [s.n.]: Fortaleza. 2011.

QUEIROZ, Teresinha. A Historiografia da independência no Piauí. **Informe Econômico**, Teresina, v. 24 n. 2, ano 13, nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/2209>. Acesso em: 15 mar. 2024.

QUEIROZ, Teresinha. A História da independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações. **Humana Res**, Teresina, v. 1, n. 5, 2022. p. 59-81, jan./ago. 2022. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/121>. Acesso em: 15 set. 2024.

QUEIROZ, Teresinha. **Do singular ao plural**. Recife: Bagaço, 2006. p. 141-170.

REIS, Eldan Soares do. A influência do ENEM no ensino de história do Piauí (2008 a 2019). **Humana Res**, Teresina, v. 6, n. 9, p. 150-169, jan./jul. 2024. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/214/153>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RIBEIRO, Felipe. Um currículo para resgatar “histórias silenciadas”: apontamentos sobre a BNCC no Piauí e as perspectivas para o ensino de História. In: FERREIRA, Ângela Ribeiro *et al.* (org.) **BNCC de História nos estados**: o futuro do presente. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 387-411.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. **Revista Cadernos de Teresina**, Teresina, v. 7, n. 1, p. 45-49, ago. 1993.

SANTOS, Igor Gomes. **A horda heterogênea**: resistência delituosa dos subalternos na formação do estado nacional, Bahia (1822-1853). Niterói: EDUFF, 2021.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. **Jenipapo**: riacho irrigado com sangue da esperança. Teresina: CCOM, 2010.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 2022.

SILVA, Carlos Alberto Pereira da *et al.* **Currículo Piauí**: um marco para a educação do nosso estado: Educação Infantil, Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

SILVA, Francineia Pimenta e. **O ENEM e o ensino de História**: o lugar da história local no ensino médio. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

SOUSA, Luís Carlos Albano Duarte. **Mestiços e Corcundas**: visões das independências no Piauí (1820-1840). 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

SOUSA, M. A. S. de; OLIVEIRA, N. de C. G. de. Entrevista com o Prof. Dr. João Paulo Pimenta (USP). **Politeia - História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 2, p. 99-106, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/12911>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOUSA NETO, Marcelo de. Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42416>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade**: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

APÊNDICE A – FASES DA HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE

Escrita Instituinte			
Autor	Breve perfil	Livros e artigos	Impressão
João José da Cunha Fidié	Militar português, governador das armas do Piauí e liderou as tropas de Portugal na luta contra os piauienses na Batalha do Jenipapo (1823).	Vária Fortuna de um soldado português.	1850
José Martins Pereira de Alencastre	Presidente das províncias de Goiás (1861 a 1862) e de Alagoas (1866 a 1867). No Piauí foi promotor público em Oeiras.	Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí.	1857
Luís Antônio Vieira da Silva	Advogado, político, Presidente da Província do Piauí (1869 a 1870).	História da Independência da Província do Maranhão.	1862
Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco	Educador, jornalista, biógrafo, político, servidor público e comerciante.	Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí.	1879
Pereira da Costa	Advogado, jornalista, e político, foi Secretário de Governo do Piauí (1884).	Cronologia Histórica do Piauí.	1909
Escrita Revisionista			
Autor	Breve perfil	Livros e artigos	Impressão
Abdias Neves	Advogado, juiz, jornalista, senador (1915-1924), membro da Academia Piauiense de Letras.	A Guerra do Fidié.	1907
Anísio Brito	Odontólogo, professor, jornalista, membro da Academia Piauiense de Letras.	Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. O Piauí, Teresina, a. 34, n. 686, 23ago. 1923c. O Piauí no centenário da Independência, Teresina, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí	1923

Clodoaldo Freitas	Escritor, advogado, um dos fundadores da Academia Piaui-ense de Letras.	O combate do Jenipapo. Revista da Academia Piauiense de Letras, Teresina, a. 6, p. 107, 24 jan. 1923c.	1923
Hermínio Conde	Oftalmologista, escritor, mem- bro da Academia Piauiense de Letras.	Cochrane, falso libertador do Norte! Ensaio histórico sobre a independência no Piauí e no Maranhão. São Luís: Teixeira, 1929.	1925
Esmaragdo de Freitas	Advogado, desembargador, membro da Academia Piauiense de Letras.	O Visconde da Parnaíba.	1947
Carlos Eugênio Porto	Médico, Chefe do Serviço Nacional de Malária do Piauí e membro da Academia Piauiense de Letras.	Roteiro do Piauí	1955

Historiografia moderna

Autor	Breve perfil	Livros e artigos	Impressão
Odilon Nunes	Professor, autodidata, membro da Academia Piauiense de Letras.	Pesquisa para a História do Piauí –Vol. 01.	1966
Wilson de Andrade Brandão	Advogado, professor universi-tário, escritor, deputado estadual pelo Piauí, membro da Academia Piauiense de Letras.	História da Independência no Piauí.	1973
Monsenhor Joaquim Chaves	Padre, professor e membro da Academia Piauiense de Letras.	O Piauí nas lutas da Independência do Brasil.	1975
Bugyja Britto	Poeta, crítico, historiador, jorna- lista, advogado, membro da Academia Piauiense de Letras.	O Piauí e a Unidade Nacional.	1976

Historiografia acadêmica

Autor	Breve perfil	Livros e artigos	Impressão
Bernardo Pereira de SáFilho	Doutorado em História, Profes- sor do Departamento de História Universidade Federal do Piauí.	A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. Revista Cadernos de Teresina, Teresina, v. 7, n. 1, p. 10-15, ago. 1993.	1993
Claudete Maria Miranda Dias	Doutorado em História, Profes- sor do Departamento de História Universidade Federal do Piauí.	O outro lado da história: o processode independência no Brasil visto pelas lutas no Piauí: 1789-1850.	1999

Tanya Maria Pires Brandão	Doutorado em História, Professor do Departamento de História Universidade Federal de Pernambuco.	Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. CLIO: Revista de pesquisa histórica, Recife, v. 20, n. 1, 2002, p. 133-140.	2002
Fonseca Neto	Doutorado em História, Professor do Departamento de História Universidade Federal do Piauí.	Jenipapo: riacho irrigado com sangue da Esperança.	2010
Gabriella Furtado Furquim	Jornalista, com projeto apresentado na UNB para obter o título de bacharel em Jornalismo.	Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de Independência do Piauí.	2011
Maria Dione Carvalho de Moraes	Doutora. Universidade Federal do Piauí – UFPI.	Trilhas da tradição oral da batalha do jenipapo, em Campo Maior-PI: diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial	2011
Maria do Amparo Alves de Carvalho	Professora do Curso de Arqueologia da UFPI. Possui doutorado em História com pesquisa em Arqueologia Histórica pela PUCRS.	A batalha do jenipapo no contexto das lutas pela emancipação política no norte do Brasil.	2016
João Paulo Peixoto Costa	Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil	Mata que é corcunda! Os índios do Ceará na guerra de independência do Piauí	2016
Pedro Vilarinho Castelo Branco	Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí.	Entre ofícios, decretos e nomeações: a construção do Estado imperial na província do Piauí (1823-1825).	2020
		O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil	2022
		O processo de emancipação política e a criação da ordem imperial no Piauí.	2023
Marcelo de Sousa Neto	Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).	Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823).	2022
Johnny Santana de Araújo	Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2009). Professor da Universidade Federal do Piauí e Membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil,	O Piauí no processo de independência: contribuição para a construção do império em 1823. Clio: Revista de pesquisa histórica, Recife, v. 33, n. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015.	2015

	sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(IHGB).	O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-182. In: Nilsângela Cardoso Lima. (Org.). Páginas da História do Piauí colonial e provincial. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2020, v. 1, p. 69.	2020
		O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823.	2022
		“Prestar o seu serviço a bem da santacauza da nossa independência”: A província do Piauí no processo de emancipação política do Brasil 1821-1823.	2023
		O exército patriota do Ceará e Piauína guerra de independência no Maranhão, 1823. Reescrevendo histórias do Brasil : conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte(séculos XVIII e XIX) / Organizadores: Eduardo França Paiva ... [el al]. – Belo Horizonte : Caravana, 2023. p. 515-526	2023
		Varia Fortuna de um Soldado Português: A Construção da Imagem do Major João José Da Cunha Fidié na História do Imagem do Major João José Da Cunha Fidié na História do Piauí(1907-1979) In: Antônio Alexandre Isidio Cardoso, Davi Avelino Leal. (Org.). Independências e sociabi- lidades nos Brasis (Coleção Sertões dos Brasis; v.1). 1ed.Teresina: EdUESPI, 2023, v. 1, p. 9-241.	2023
		Batalha do Jenipapo no contexto da regência escolar: Memórias de um povo. In: Maria Vitória Barbosa Lima; Iraneide Soares da Silva. (Org.). Historiografia e ensino em perspectiva decolonial. 1ed.Teresina: EdUESPI, 2023, v. 2, p. 197.	2023

		<p>QUE “10.000 HOMENS MARCHA[RÃO] NA DIREÇÃO A PIAUHI”: Leornado Castelo Branco e João Candido de Deus e Silva na formação da Expedição do Ceará em Auxílio do Piauí e Maranhão 1822-1823 In: Elizabeth Sousa Abrantes; Pedro Vilarinho Castelo Branco; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus. (Org.). A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí. 1ed.São Luis: Editora UEMA, 2023, v. 1, p. 289</p>	2023
		<p>As cartas da Guerra da independência no Piauí (1822-1824).</p>	

APÊNDICE B – SEQUÊNCIA DIDÁTICA TEMÁTICA

CÉSAR ROBÉRIO SOARES DO MONTE

**O PROTAGONISMO POPULAR NA FORMAÇÃO
DO BRASIL
(SEQUÊNCIA DIDÁTICA)**



Imagem: Batalha do Jenipapo – 13 março de 1823 – Campo Maior (PI) - (ArtesPaz)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	81
UM CONVITE À REFLEXÃO.....	83
AULA 01 – O Brasil na época da independência.....	86
AULA 02 – O protagonismo popular nas guerras pela independência do Brasil.....	90
AULA 03 – O Piauí nas guerras pela independência do Brasil.....	97
AULA 04 – “Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência	100

APRESENTAÇÃO

Prezados professores e prezadas professoras, este planejamento é fruto de uma pesquisa que teve como um dos seus objetivos a construção de uma sequência pedagógica para o ensino de história acerca do protagonismo popular na formação do Brasil. Trata-se de um material histórico-didático desenvolvido para turmas do 8º ano do ensino fundamental, o que não impede a realização das atividades com outros níveis de ensino, já que, considerando a relevância da temática, a realização do trabalho com a proposta pode ser adaptada.

O título original da pesquisa é **“Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí**. Essa pesquisa foi produzida através do Programa de Pós-graduação em Ensino de História – **ProfHistória**, da Universidade Estadual do Piauí.

Esta atividade materializa um dos objetivos do ProfHistória, que é contribuir com os profissionais de História que atuam na Educação Básica, disponibilizando um produto de intervenção pedagógica que possibilite através deste compartilhamento uma série de reflexões sobre o protagonismo popular na formação do Brasil, numa ampliação do entendimento desta temática por parte dos discentes.

Ao elaborarmos uma sequência didática catalisando todo o percurso da pesquisa que resultou na conclusão desta dissertação, nós, docentes/mestrandos, associando a experiência que temos de sala de aula com as leituras e reflexões que fizemos ao longo do mestrado, fazemos o caminho de volta. Oriundos da educação básica, bem sabemos dos limites e das possibilidades da nossa atividade docente. E, ao tratarmos especificamente sobre a História regional, nos deparamos com uma série de desafios.

Bem que muitos docentes têm o firme propósito de estimular nos jovens discentes o interesse por conhecer mais os processos históricos que se desenvolveram no passado em nosso estado, atualizado com as mais recentes produções historiográficas. De início há uma série de carências, desde o exíguo tempo que é disponibilizado pelo conteúdo programático da 8ª série para discutir a participação do Piauí no processo de independência do Brasil até a praticamente inexistência de materiais didáticos que possam ser utilizados como instrumentos de estudo.

Um dos dilemas de quem leciona são os materiais didáticos, que nos fazem lembrar aquele antigo adágio popular: “ruim com eles, pior sem eles”. Contudo, a criatividade e iniciativa de professores e professoras da Educação Básica tem resultado em experiências interessantes que precisam ser conhecidas e replicadas, muitas vezes indo além do livro didático.

Espero contribuir com a prática docente de colegas professores e professoras de História, grupo no qual eu me incluo, porque também implementarei esta sequência didática em minhas aulas no Ensino Fundamental e aguardo críticas e sugestões que venham a aprimorar nossa proposta de trabalho, que, com algumas adaptações, também poderá ser utilizada em outros estados que também foram palco da participação popular nas lutas travadas pela consolidação da independência, na formação do nosso país.

Sigamos em frente, acreditando que a mudança começa a partir de cada um de nós!

César Robério Soares do Monte
(profcesaroberio@gmail.com)

UM CONVITE À REFLEXÃO...

Vamos primeiro contextualizar nossa proposta de sequência pedagógica intitulada “O protagonismo popular na formação do Brasil”, entendendo a formação do Brasil nação, a partir de 1822. Portanto, como se deu o protagonismo popular na estruturação de um país “independente” na América do Sul que tinha sido colônia de Portugal por mais de 300 anos?

Considerando as abordagens historiográficas que se consolidaram por muito tempo e reverberaram nos manuais didáticos, no Brasil a transição da condição de colônia para país independente teria sido um processo majoritariamente tranquilo, sem significativos confrontos totalmente conduzido pelas elites econômicas e políticas, desconsiderando qualquer protagonismo das camadas populares.

No entanto, recentemente novas luzes sobre este processo histórico têm contribuído para desmistificar estes dois entendimentos: ao invés de uma transição pacífica tivemos nas províncias do norte do Brasil uma série de batalhas entre nacionais e tropas lideradas por portugueses, e nestes confrontos houve uma significativa participação das camadas populares.

Por ocasião do bicentenário da “proclamação da independência” se intensificaram uma série de artigos, dissertações e teses que já vinham sendo produzidas em torno desta temática, suscitando novas compreensões, evidenciando novos sujeitos históricos, como, por exemplo as camadas populares, de uma forma que a historiografia tradicional não tinha observado. No processo de aproximações sucessivas em relação ao contexto do início do século XIX, quando aos poucos o Brasil vai deixando de ser colônia e passando a se constituir como nação independente, houve outras “guerras” de disputas de narrativas.

Na proporção que pesquisas são divulgadas em torno das guerras pela independência do Brasil nas então províncias do Grão Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, aquele entendimento de que a independência do Brasil foi um “desquite amigável” cai por terra. Se no sul do Brasil o grito de “Independência ou Morte” do D. Pedro não resultou em morte, nas províncias do norte foi bem diferente. No norte houve o martírio, as dores e os sofrimentos que, apropriados pelas elites locais, se transformaram em heroísmo patriótico. Tinham lutado e morrido pela defesa da nação! Tropas brasileiras derrotaram tropas portuguesas e consolidaram a independência.

Numa aproximação maior em relação àquele contexto, que somente as pesquisas com rigor histórico podem vislumbrar, constatamos que os conceitos que temos hoje de Brasil, brasileiros, pátria, portugueses e independência possuíam há duzentos anos atrás entendimentos totalmente diferentes. O Brasil no período colonial era tão desconectado uma região da outra, com enormes distâncias, que seria mais razoável falarmos em “Brasis”. Sendo assim, não é

adequado afirmarmos que as tropas dos nacionais lutaram na defesa do “Brasil” enquanto nacionalidade consolidada.

Em relação aos termos brasileiros e portugueses, naquele momento turbulento da ruptura com Portugal, não estava necessariamente ligado ao local de nascimento da pessoa. Se alguém mesmo tendo nascido em Portugal, mas morasse no Brasil e fosse a favor da independência, passava a ser considerado um “brasileiro”, ou seja, a favor da causa do Brasil. Situação semelhante, se alguém nascido no Brasil fosse a favor da manutenção dos laços que nos uniam a Portugal era considerado “português”, a favor da causa da união do Reino Unido.

Quanto a “pátria”, para quem vivia no Brasil oitocentista, poderia apenas designar seu local de nascimento. Desta forma, para quem nascia no Piauí, sua pátria era o Piauí; quem nascia em Minas Gerais esta província era sua pátria. Vigorava uma concepção local de pátria e não algo mais amplo que envolvesse todo o território nacional.

E, por último, como falar em independência do Brasil em 1822 se desde 1815 o Brasil passou a ser considerado Reino Unido a Portugal e Algarves? Foi estabelecida uma nova condição jurídica para a ex-colônia por D. João VI por força das determinações do Congresso de Viena no contexto de reestruturação da organização política-administrativa da Europa após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte. O fato de o Brasil fazer parte do Reino Unido fora, inclusive, argumento para os brasileiros que se manifestaram contrários à independência.

Desta forma, merece uma reflexão a afirmativa repetida de que “brasileiros patrióticos lutaram contra os portugueses em prol da independência do Brasil”. Que brasileiros? Qual pátria? Que portugueses? Qual independência? Qual Brasil? No atual momento, no estágio em que se encontram a evolução da historiografia sobre estas temáticas, não podemos mais continuarmos lecionando reproduzindo em sala de aula conceitos e interpretações que não mais dão conta da complexidade deste processo histórico.

Uma vez ampliada nossas percepções sobre a conjuntura da independência do Brasil percebemos as tensões internas entre os nacionais que afloraram simultaneamente ao enfrentamento contra as tropas portuguesas e posteriormente na formação da nova nação. Conflitos entre elites locais, como aconteceu na província do Piauí, entre as elites parnaibanase as elites da então capital, Oeiras, disputando o protagonismo nos acontecimentos; e entre estas elites e o não menos temido “inimigo interno”, o povo.

Mas, como o povo brasileiro poderia ser visto pelas elites naquele momento como uma espécie de inimigo interno? Porque, para as camadas populares, independência não significaria tão somente o rompimento dos laços que uniam o Brasil a Portugal. O povo queria mais. Enquanto os interesses eram em comum, eliminar as tropas portuguesas, as elites e o povo se

articularam dentro do campo das conveniências recíprocas. Mas, quando começaram a surgir as deserções, os saques das fazendas dos ricos fazendeiros, portugueses e brasileiros indistintamente, as lutas pela independência passaram a ter outra fase.

Ao lermos as pesquisas produzidas em relação às lutas pela independência nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia observamos que simultaneamente ou logo após a derrota das tropas portuguesas, as elites locais enfrentaram o “inimigo interno”, o povo que tão bravamente lutara contra as forças metropolitanas e que fora submetido a um vigoroso processo de criminalização, denominados de facinorosos e termos pejorativos correlatos.

Com a pretensão de debatermos todas estas questões, propomos a presente Sequência Didática, para ser trabalhada em turmas do 8º ano do Ensino Fundamental, estruturada numa série de quatro aulas, com as seguintes temáticas:

- **Aula 01 - O Brasil na época da independência**
- **Aula 02 - O protagonismo popular nas guerras pela independência do Brasil**
- **Aula 03 - O Piauí nas guerras pela independência do Brasil**
- **Aula 04 - “Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência.**

OBJETIVO GERAL

Estimular novos olhares sobre a história e memória da independência do Brasil a partir da perspectiva do protagonismo das camadas populares nas batalhas que aconteceram nas províncias entre as tropas nacionais e as tropas portuguesas, tentando ainda romper com narrativas de uma História dominante que exatamente exclui estes segmentos marginalizados da sociedade, quando evidenciam tão somente as ações das elites locais.

AULA 01 – O Brasil na época da independência

OBJETIVOS

- Compreender a configuração territorial do Brasil no contexto da proclamação da Independência.
- Entender a conjuntura política que vigorava nas vésperas da independência do Brasil.
- Analisar textos que tratam sobre o entendimento dos termos “Brasil”, “brasileiros”, “portugueses”, “pátria” e “independência” nas primeiras décadas do século XIX.

METODOLOGIA

Análise cartográfica dos mapas do início do Século XIX, estabelecendo comparações com o mapa político do Brasil atual e interpretação de trechos de artigos que tratam sobre conceitos que vigoravam neste contexto histórico, seguido de debates na sala de aula e resolução de questões.

AVALIAÇÃO

Demonstração de interesse através da participação proativa com perguntas e respostas e resolução das atividades propostas.

DESENVOLVIMENTO

O professor de História apresenta dois mapas para a turma, um do Brasil do início do século XIX e outro do Brasil atual. Na sequência, encaminha uma leitura histórica-cartográfica comparativa entre os dois mapas, solicitando que os alunos percebam quais transformações aconteceram e quais características permaneceram ao longo de duzentos anos.

As unidades administrativas do Brasil evoluíram de capitânicas no período colonial para províncias no período monárquico e, por último, estados. Desta forma, no período em que o Brasil estava transitando de colônia portuguesa para nação independente, migrava de capitânicas para províncias.



Fonte: <https://aprovatotal.com.br/mapas-brasil/>. Acesso em 29 julho 2024

De início, o professor pode comentar sobre a mudança do eixo econômico do Brasil que aconteceu com mais ênfase na segunda metade do século XVIII, impulsionado pelas atividades mineradoras, deslocando do litoral do nordeste (açúcar) para o centro-sul da colônia (mineração). Desta forma, ao analisarmos o mapa do século XIX compreende exatamente a este momento de transição, que trará uma série de ressentimentos, sobretudo na elite nordestina. A mudança da capital, de Salvador (Bahia) para o Rio de Janeiro é sintomática destas mudanças de importância regional.

Chama a atenção no mapa do século XIX a extensa área da província do Grão-Pará, os contornos da província de Pernambuco entrando pela província da Bahia, a inclusão da Cisplatina. Deve ser destacada ao analisar o mapa o quanto que o Grão-Pará e o Maranhão tinham mais contato com Portugal que com o Rio de Janeiro, então capital do Brasil. As correntes marítimas favoreciam as viagens para a metrópole, fortes laços econômicos cimentavam estas relações.

Analisando o mapa do Século XIX associado ao fato de ter havido reação à independência nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, percebe-se que estas províncias estavam no norte do Brasil, reforçando a tese de que o rei de Portugal, D. João VI, diante da inevitabilidade da ruptura do Brasil, visava garantir a manutenção dos domínios lusitanos no norte.

O professor deve destacar a importância econômica do Piauí naquela época, associada à forte tradição pecuária, sendo esta província uma importante fornecedora de carne bovina para a região. Manter o Piauí fiel a Portugal era algo estratégico naquele contexto.

O debate em torno destes recursos cartográficos possibilitará uma contextualização espacial do Brasil do início do século XIX, contribuindo para uma melhor compreensão do processo histórico relacionado com as batalhas pela independência, que resultaram na manutenção da unidade territorial do novo país.

ATIVIDADE

A título de avaliação de aprendizagem, podemos solicitar que os alunos respondam questões relacionadas às temáticas que foram discutidas na primeira aula. Sugerimos as questões abaixo.

- 1) Em 1808 houve algo inédito na realidade do mundo colonial, a transferência das cortes portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro. Após ser pressionado por vários interesses D. João VI resolve deslocar a sede do poder lusitano de Portugal para o Brasil. Explique quais foram as motivações para esta decisão e quais impactos podem ter causado no processo de independência do Brasil.

- 2) Comente alguns fatores que contribuíram para que as províncias do Grão-Pará e do Maranhão não terem aderido de imediato à proclamação da independência do Brasil por D. Pedro em 1822.

- 3) Explique a importância economicamente estratégica da província do Piauí no contexto da proclamação da independência do Brasil.

AULA 02 – O protagonismo popular nas guerras pela independência do Brasil

OBJETIVOS

- Compreender como se manifestou a participação popular nas guerras pela independência do Brasil e as reações a estas participações.
- Analisar as abordagens que os livros didáticos adotados nas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental em relação às batalhas pela independência nas províncias brasileiras.

METODOLOGIA

Análise de artigos e livros didáticos adotados em turmas do 8º ano em relação às batalhas pela independência do Brasil, procurando identificar como é feita esta abordagem e destacando os aspectos que são evidenciados e os que foram silenciados em relação à participação das camadas populares.

AVALIAÇÃO

Demonstração de interesse através da participação proativa com perguntas e respostas e resolução das atividades propostas.

DESENVOLVIMENTO

Sugerimos como subsídio para a **Aula 02** o artigo “**Os protagonistas da independência do Brasil**”, publicado na revista “Ciência & Cultura” da SBPC.²⁷ Os alunos devem ler e depois debater sobre a participação das camadas populares neste contexto das lutas pela independência. Como poderão perceber, o artigo citado, apesar de ser extraído de uma publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, não exige uma capacidade de compreensão além da esperada dos nossos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. Sobretudo por ser um dos propósitos da SBPC divulgar ao máximo os avanços da ciência em todas as áreas.

Ao trabalharmos com a análise deste artigo pelos alunos, estaremos contribuindo para que entendam as necessidades e possibilidades que temos para estudarmos e aprendermos além dos livros didáticos, da necessidade de ampliarmos nossa percepção com novos olhares sobre uma mesma temática.

Pretende-se aqui despertar nos alunos o entendimento que a independência do Brasil de

²⁷ <https://revistacienciaecultura.org.br/?p=1446> Acesso em: 29 de julho de 2024.

forma alguma se restringiu a iniciativas tão somente das elites brasileira, que, insatisfeitas com seus interesses contrariados, resolve romper os laços que nos uniam a Portugal. Através do texto sugerido, ou outro texto que o professor entender mais conveniente, novas perspectivas sobre este momento emergirão, compreendendo a existência de outros sujeitos históricos.

Na sequência, buscaremos compreender como este debate, que se inicia nas academias, chega ou não até nossas salas de aula, onde a principal referência que temos sobre conteúdos a serem estudados é o livro didático, para o bem e para o mal. Para percebermos estes contrapontos, organizamos a turma em grupos e disponibilizamos cópias das páginas de três livros didáticos adotados em turmas do 8º ano do Ensino Fundamental, retiradas de capítulos que tratam sobre as batalhas pela independência no Brasil e solicitamos que eles leiam e, a luz do debate que fizemos anteriormente sobre os protagonismos na independência do Brasil, anotem os aspectos que são comuns aos três textos e quais as lacunas percebidas.

Como sugestão para esta atividade, indicamos três destes livros didáticos, mas, a título de comparação seria interessante trabalhar também com o livro didático que já é adotado na própria escola onde a aula está sendo ministrada. Desta forma, será a visão de quatro obras sobre a mesma temática, enriquecendo mais ainda a atividade.

Sugestão 01 – Livro: “Araribá Mais História”, Ana Cláudia Fernandes, Editora Moderna, p. 124, 2018

NEM TODOS QUERIAM A INDEPENDÊNCIA

Logo após a independência, D. Pedro enfrentou uma grande resistência interna. Nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina, militares e altos funcionários portugueses se opuseram à independência do Brasil, aliando-se às Cortes.

No município de Campo Maior, no Piauí, por exemplo, ocorreu a Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823 – data que se tornou um marco na história desse estado. Na luta, piauienses apoiados por maranhenses e cearenses combateram as tropas portuguesas, comandadas pelo governador João José da Cunha Fidié.

O movimento teve forte caráter popular, mas as tropas do governador João Fidié venceram o conflito e fizeram cerca de 500 prisioneiros. Porém, após a batalha, um grupo de sertanejos invadiu o acampamento militar dos portugueses e apreendeu armamentos, munições e dinheiro. Além disso, muitos soldados desertaram. Assim, João Fidié se viu obrigado a retirar-se do Piauí e seguir para o Maranhão, onde foi preso e mandado de volta a Portugal.

Na Bahia, a guerra contra as tropas portuguesas contou com o apoio de oficiais ingleses. As batalhas contra as forças portuguesas tiveram ampla participação popular. Nesse conflito, destacou-se Maria Quitéria, que se vestiu de soldado e se alistou voluntariamente no exército brasileiro.

O conflito terminou em 2 de julho de 1823, com a vitória das forças inglesas e imperiais. E essa data passou a ser comemorada como o Dia da Independência da Bahia.

No Maranhão e no Pará, a vitória do império também contou com a participação de forças inglesas. No Pará, cerca de 250 rebeldes, entre civis e soldados, morreram asfixiados em um navio. A unidade territorial do império foi definida apenas no final de 1823, quando a resistência das províncias foi vencida.



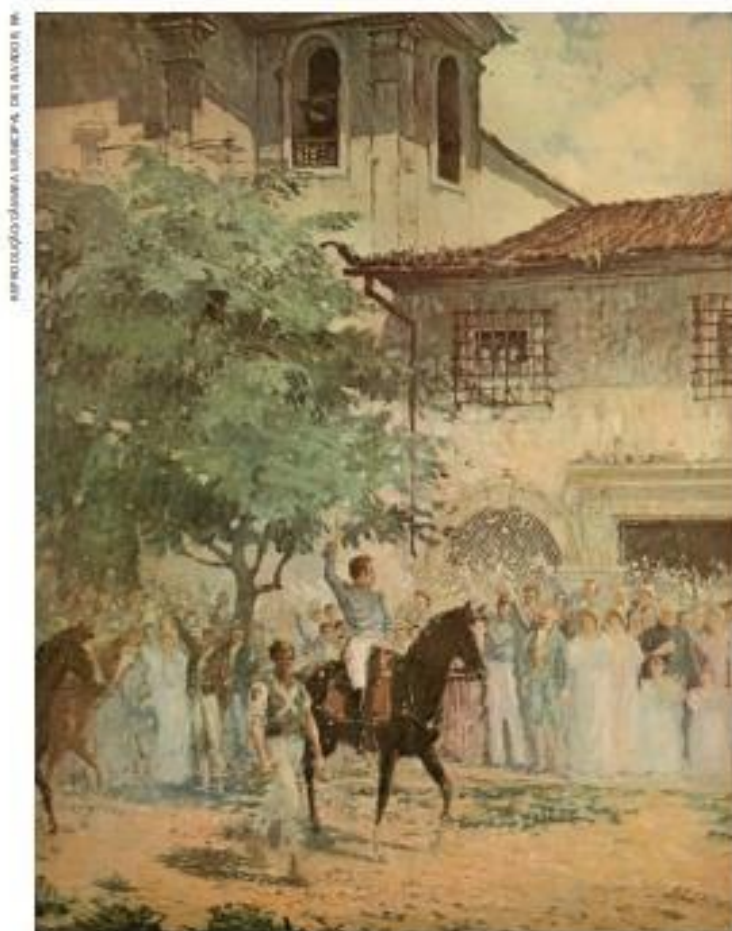
FAILUTTI, Domenico. *Maria Quitéria*. 1920. Óleo sobre tela, 2,5 m x 1,5 m. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo. Vestida como soldado, Quitéria lutou no batalhão dos “Voluntários do Príncipe D. Pedro”, participando de muitos combates. Em 2 de julho de 1823, entrou com o exército na cidade de Salvador e foi homenageada pela população.

Sugestão 02 – Livro: “Jovens Sapiens – História.” Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini, Scipione, p. 206- 207, 2022.

As guerras de independência

Os portugueses não aceitaram passivamente a independência do Brasil. Muitos deles que viviam no Brasil, principalmente comerciantes e oficiais militares, apresentaram forte resistência à independência política declarada por D. Pedro I.

Tropas portuguesas e brasileiras se enfrentaram em diferentes batalhas nas guerras de independência, que aconteceram entre 1822 e 1823, sobretudo nas províncias da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Grão-Pará.



Para enfrentar a resistência dos portugueses, o governo brasileiro comprou armas e navios de guerra e contratou oficiais europeus para treinar e comandar as tropas brasileiras. Na Bahia, por exemplo, as tropas portuguesas foram expulsas em 1823. Essa pintura representa o Exército brasileiro entrando em Salvador, após a expulsão das forças portuguesas.

◀ **Entrada do Exército Libertador**, de Prisciliano Silva. Óleo sobre tela, 300 cm x 150 cm, 1930.

Sujeito em foco

Maria Quitéria

Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853) era filha de um fazendeiro do interior da Bahia. No início dos conflitos de independência, disfarçada de homem, ela se alistou no Exército com o nome de Medeiros. E passou a integrar o Batalhão nº 3 de Caçadores do Exército Pacificador, comandado pelo major José Antônio Silva Castro.

De acordo com os relatos da época, Maria Quitéria teve importante participação nos combates, conquistando o respeito dos demais soldados mesmo depois que sua verdadeira identidade foi revelada.

Maria Quitéria, de Domenico Failutti. Óleo sobre tela, 253,5 cm x 155 cm, 1920.



[...]

O major permitiu que Maria Quitéria continuasse no Batalhão, já que possuía habilidades destacáveis com armas de fogo. Ela tinha 30 anos na época. Em março de 1823, um registro de Portaria do Governo Provisório da Vila de Cachoeira mostra que o Major pediu ao Inspetor dos Fardamentos, Montarias e Misteres do Exército que enviasse “saiotes, e uma espada” para que ela fosse devidamente fardada como mulher.

[...]

HENRIQUE, Guilherme. Quem foi Maria Quitéria, mulher que se vestiu de homem para lutar na Independência do Brasil. **BBC News Brasil**, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59953275>. Acesso em: 18 maio 2022.

Após a guerra, D. Pedro I a condecorou com a insígnia da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul.

Sugestão 03 – Livro: “História – Escola e Democracia.” Flávio de Campos, Regina Claro, Miriam Dolhnikoff. Moderna, p. 143, 2018.

Independência: resistências e guerras

Em várias regiões do Brasil, tropas lusitanas e divisões entre os grupos dominantes provocaram resistências à Independência, como no **Grão-Pará** e **Maranhão**.

No **Piauí**, a Junta de Governo defendia os interesses da Metrópole. Em agosto de 1822, devido ao movimento pela Independência que crescia na província, o governo português empossou o major José da Cunha Fidié como Governador das Armas do Piauí. Mesmo com a sua presença ocorreram ataques às guarnições militares e manifestações separatistas. Em janeiro de 1823, com a chegada das notícias da proclamação em 7 de setembro, ampliou-se a adesão ao movimento no Piauí.

A batalha decisiva aconteceu às margens do Rio Jenipapo, a 13 de março de 1823. Cerca de 2 mil combatentes precariamente armados eram liderados por militares que haviam aderido à causa da Independência. As tropas leais à coroa reuniam mais de 11 mil soldados.

Apesar da vitória das forças portuguesas, os embates contra as tropas do major Fidié ocorreram até a derrota do comandante português em 1823.

Na província **Cisplatina**, a situação era diversa. Invadida em 1816 e anexada à América portuguesa em 1821, a Independência brasileira acirrou ainda mais a disputa pelo controle da região com a elite de Buenos Aires. Em 1828, após a guerra entre Brasil e Argentina, surgiu a República do Uruguai.

Mas a principal guerra ocorreu na **Bahia**, entre junho de 1822 e julho de 1823. A contestação à dominação portuguesa manifestada pela Revolta dos Alfaiates de 1798 ainda estava presente. Tropas compostas de portugueses leais a Dom Pedro I e voluntários de diversos grupos sociais (homens livres pobres, libertos e escravizados) ofereceram aos combates contra as forças portuguesas o caráter popular ausente no “Grito do Ipiranga” de 7 de setembro de 1822. Apesar da precariedade dos equipamentos das forças baianas, as tropas portuguesas foram definitivamente derrotadas e na madrugada de 2 de julho de 1823 um desfile da vitória tomou as ruas de Salvador. Uma vitória popular festejada todos os anos na Bahia.



Fonte: Elaborado com base em CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas Histórico do Brasil. São Paulo: Scipione, 1993.



O artista representou os momentos iniciais das lutas pela Independência da Bahia ocorridos na vila de Cachoeiras em junho de 1822.

O primeiro passo para a Independência da Bahia, ocorrido em Cachoeiras, Antônio Paimas. Óleo sobre tela, c. 1931.

Na análise das abordagens dos livros didáticos sobre esta temática podemos orientar que observem quais são as províncias que são mais citadas, por quais razões é dado mais ênfase a umas províncias que em relação a outras, quais são as imagens que são inseridas. Podemos indagar por quê umas imagens são mais evidenciadas que outras, são inseridos mapas ou não, são sugeridas fontes alternativas para enriquecimento do conhecimento, como é abordado a questão da participação popular nestes enfrentamentos. Enfim, estes e outros encaminhamentos possibilitam uma análise crítica por parte dos alunos e possibilitam conhecer mais.

ATIVIDADE

A título de avaliação de aprendizagem, podemos solicitar que os alunos respondam questões relacionadas às temáticas que foram discutidas na primeira aula. Sugerimos as questões abaixo.

01. Ao analisarmos as abordagens dos livros didáticos sobre as guerras pela independência no Brasil, observamos alguns aspectos, tais como o destaque que é dado a algumas províncias, a ênfase a algumas personagens nacionais que participaram dos combates, a participação de oficiais europeus e a referência à participação das camadas populares. Considere um destes aspectos anteriormente citados e comente as abordagens que são construídas nos três livros em análise.

02. Com base na leitura e análise dos livros didáticos propostos nesta atividade comente como foi abordado a questão dos protagonismos nas guerras pela independência nas províncias do Brasil.

AULA 03 – O Piauí nas guerras pela independência do Brasil

OBJETIVOS

- Compreender como podemos inserir a participação da província do Piauí no processo de independência do Brasil.
- Analisar os interesses que estavam em jogo nas articulações em torno da adesão do Piauí à independência proclamada por D. Pedro.
- Identificar os protagonismos observados em torno da adesão do Piauí à independência do Brasil.

METODOLOGIA

Leitura e análise da publicação do Congresso Nacional “A Batalha do Jenipapo no processo da Independência no Brasil”,²⁸ seguida pela exibição do documentário sobre a Batalha do Jenipapo produzido pela TV Assembleia,²⁹ subsídios para um debate sobre a participação do Piauí nas batalhas pela independência.

AVALIAÇÃO

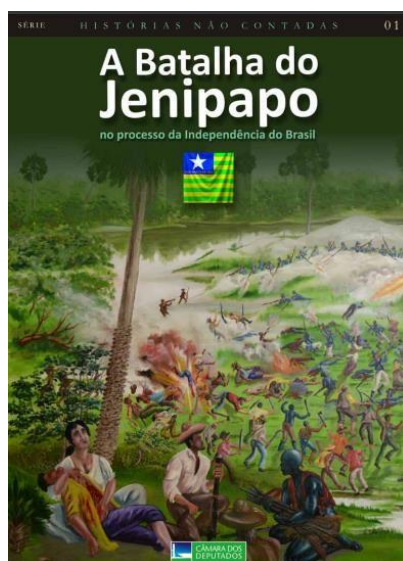
Demonstração de interesse através da participação proativa com perguntas e respostas e resolução das atividades propostas.

DESENVOLVIMENTO

Em 2014 houve uma exposição no Congresso Nacional em Brasília sobre a Batalha do Jenipapo, inserida na série “Histórias não contadas”, com uma série de painéis sobre este enfrentamento e sua importância para a manutenção da unidade nacional, que resultou numa publicação que é possível ser acessada clicando na imagem abaixo.

²⁸ Publicação disponível no endereço eletrônico <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>, acessado em 30 de julho de 2024.

²⁹ Documentário em vídeo disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=QQ0YX3O5Pco>, acessado em 30 de julho de 2024.



O professor pode orientar o acesso à publicação em PDF acima para que os alunos façam uma leitura prévia e anotem os pontos principais, o que lhe chamou mais atenção. Pode dividir a turma em grupos, providenciar a impressão de algumas cópias e encaminhar que leiam analisem as imagens, procurando entender como repercutiu na província do Piauí a proclamação da independência do Brasil e como foi o respectivo processo de adesão.

Na sequência, o professor exibirá o documentário sobre a Batalha do Jenipapo produzido pela TV Assembleia, vinculado à Assembleia Legislativa do Piauí, com duração de 29 minutos. O acesso ao documentário está possível clicando na imagem abaixo.



Após a leitura do texto e de terem assistido ao documentário sobre a Batalha do Jenipapo o professor pode encaminhar uma reflexão sobre este processo histórico, comparar o texto com o documentário, observar os aspectos que foram enfatizados ou suprimidos, relacionar com os conhecimentos que já tinham sobre esta temática, procurar identificar como a participação popular foi evidenciada, quais as conexões que podemos fazer com o processo de independência a nível regional e nacional, dentre outros pontos que a temática possibilita.

ATIVIDADE

A título de avaliação de aprendizagem, podemos solicitar que os alunos respondam questões relacionadas às temáticas que foram discutidas na primeira aula. Sugerimos as questões abaixo.

01. Qual era a importância da província do Piauí no contexto da proclamação da independência do Brasil?

02. No dia 13 de março de 2023 o site G1 divulgou uma matéria com o seguinte título: **Batalha do Jenipapo: único conflito armado pela independência do Brasil completa 200 anos.**³⁰ Com base nos seus conhecimentos, esta afirmativa procede? Justifique sua resposta.

03. Comente as formas de participação das camadas populares no processo de adesão da província do Piauí à independência do Brasil.

³⁰ Matéria disponível no endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/03/13/200-anos-da-batalha-do-jenipapo-o-sangrento-embate-entre-portugueses-e-brasileiros-no-sertao-do-piaui.ghtml> acessada no dia 30 de julho de 2024.

AULA 04 – “Heróis da pátria” e “facinorosos” – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência

OBJETIVOS

- Compreender como se estabeleceu um processo de criminalização das camadas populares na província do Piauí logo após os combates com as tropas portuguesas no contexto da adesão à independência do Brasil.
- Analisar as tensões internas na província do Piauí entre as elites locais e as camadas populares, consideradas por aqueles como o “inimigo interno” na conjuntura pós independência.
- Refletir sobre as percepções que contemporaneamente vigoram sobre a participação do Piauí na proclamação da independência.
- Estabelecer possíveis relações entre o processo de criminalização das camadas populares no contexto das guerras pela independência do Brasil com a criminalização dos movimentos sociais contemporâneos.

METODOLOGIA

Leitura e análise de postagem do jornal da época, “O Conciliador”, datado de 1823 e leitura e análise de uma versão reduzida do artigo “Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)” de Marcelo de Sousa Neto, seguido de um debate entre os alunos e correção de questões.

AVALIAÇÃO

Demonstração de interesse através da participação proativa com perguntas e respostas e resolução das atividades propostas.

DESENVOLVIMENTO

O professor iniciará a aula entregando cópia de um trecho de uma matéria postada no jornal maranhense “O Conciliador”, edição 185, publicada em 1823 onde faz referência aos “facciosos” piauienses em um contexto onde a província do Maranhão ainda era um reduto dos portugueses, e Fidié resistia o quanto podia ao cerco de Caxias pressionado por tropas de piauienses e cearenses.

Necessário destacar que não havia jornais no Piauí naquela época. Desta forma, os

registros de imprensa que temos são da lavra de jornais maranhenses, como “O Conciliador”, de nítida postura na defesa dos interesses lusitanos, daí a conotação pejorativa na matéria analisada.

Viz. Sabemos por varias participações, que os preceiros facciosos da Provincia do Piauhuy e os seus contrades, que habitão nos Distritos leuitrophes do Maranhão, emprégão todos os meios da seducção, e da mentira para levar ávante os seus depravados projectos: por isso tem espalhado, que a Cidade da Bahia foi entrada pela caterva, chamada Exército de Labatut: tambem para irritar os facciosos do Piauhuy dizem, que o celebre Leonardo de Carvalho Castello-branco, e os dois emissarios que se prendêrão na Villa de São Bernardo da Paranaíba, serão ja enforcados nesta Cidade. Cumpre-nos pois contradizer essas fabulosas noticias, affiançando que a Cidade da Bahia existe governada pelo inclito General Madeira, como he constante por noticias que nesta Cidade se recebêrão por hum Brigue Americanno, que fundeu a 12 do corrente, e sahio a 13 de Março do Porto da Bahia, onde todos os dias se esperava a grande Expedição de Portugal, com a qual se dará hum golpe decisivo em todos os rebeldes daquela Provincia, e talvez nos de todo o Brazil.

Quanto aos tres prezos do Piauhuy, tambem he falso o que dizem os infames: o celebre Leonardo foi remettido para Lisboa, e os seus dois camaradas estão na calceta, onde deviaõ jazer todos os sequases do despotismo anlico.

Jornal “O Conciliador” – Ed.185 – 1823

Na sequência o professor deve encaminhar a leitura do artigo “Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821- 1823)” de Marcelo de Sousa Neto. Compartilhamos uma versão reduzida do artigo, em duas páginas, para facilitar a leitura e compreensão. Dividir a turma em grupos, solicitar que leiam o artigo proposto observando as tensões entre as elites dominantes e as camadas populares, manifestada no processo de criminalização que ocorreu, vinculando com a sempre necessária luta dos que são explorados, em busca de melhores condições de vida.

“Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)” de Marcelo de Sousa Neto.

Foi a vila de Campo Maior que se tornou o principal centro de operações dos independentes e, em 13 de março de 1823, tornou-se palco do maior e mais sangrento combate

pela independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo, quando cerca de dois mil sertanejos resistiram às forças portuguesas.

Assim, contra tropas portuguesas treinadas e bem municadas, levantaram-se forças piauienses e cearenses, sob o comando do capitão cearense Luís Rodrigues Chaves, compostas, em sua maioria, de vaqueiros e homens do campo, armados com precárias ferramentas, motivados por interesses que lhes eram próprios e à espera da recompensa que nunca veio.

As forças portuguesas, por sua superioridade militar, saíram vitoriosas da batalha de 13 de março, batalha que se estendeu das 9 às 14 horas. No entanto, perderam a maior parte de sua bagagem de guerra, tomada de assalto pelas forças independentes, o que deu um novo direcionamento aos eventos que se seguiram, por impedir novas ações das forças portuguesas e mesmo a marcha para Oeiras. Somam-se a isso as deserções de parte de suas tropas, de nascidos na colônia, descontentes em combater contra oponentes com os quais compartilhavam laços de parentescos ou amizade, em nome da Coroa estrangeira. Isso evidencia como o sublunar sofre influências do imprevisto, bafejado pelo acaso, como defende o historiador Paul Veyne (1998). O comandante português, diante das baixas sofridas de soldados, recursos financeiros e equipamentos, além de ameaçado pela intensa movimentação de tropas em Campo Maior, foi obrigado a reagrupar forças e buscar reforços. Desistiu de invadir a Vila e iniciou marcha com suas tropas para Estanhado, às margens do rio Parnaíba, e de lá refugiou-se no Maranhão que se mantinha fiel a Portugal, montando acampamento em Caxias.

[...] As forças cearenses, assim como boa parte das forças piauienses, eram compostas por uns poucos militares e muitos homens simples, sobretudo vaqueiros e homens do campo com pouco ou nenhum conhecimento militar. Muitos deles se engajaram nas tropas independentes em troca de pagamento.

Mesmo com muitos piauienses e cearenses compondo as forças independentes por acreditarem na causa brasileira; para muitos outros, fazer parte destas forças representava uma oportunidade de trabalho, em uma região de poucas perspectivas, aliado à esperança de recompensas maiores ao final das lutas.

[...] Após o final das lutas, para a população empobrecida que compunha a maior parcela das tropas independentes restava pouco a comemorar. Aos comandantes militares prestavam-se todas as honras e glórias. Ao brigadeiro Sousa Martins, por exemplo, a Junta de Governo encaminhou ofício ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, pedindo sua promoção ao posto de Marechal-de-Campo, por seus serviços prestados ao Maranhão e por ter feito “ressoar nesta cidade [Oeiras] as vozes da independência do Brasil, que estavam abafadas, e aclamar o senhor dom Pedro I por nosso imperador, no memorável dia de 24 de janeiro” (COSTA, 1974,

p. 336).

Encaminhou, ainda em 22 de dezembro, uma relação de pessoas que mais se distinguiram por seus serviços nas lutas pela Independência na Província. Nessa lista destacam-se membros das famílias Sousa Martins e Araújo Costa (COSTA, 1974), indicando não somente a presença, mas sua influência na Província. Deve-se ressaltar que não constava na lista nenhum nome da Vila de Parnaíba.

Aos combatentes, restavam todos os lamentos e o esquecimento. Seus nomes não figuraram em listas de heróis. Em muitos casos, “ao contrário seus nomes estão em outras relações, a de criminosos, ladrões e facinorosos” (DIAS, 1999, p. 347), revelando, além do silêncio de seus destinos, o esquecimento de seu trabalho. Como resalta Dias,

[...] depois de assegurada a independência com o imperador as tropas são deixadas à sua própria sorte, perdendo totalmente o controle em atos de violência ‘demaldade, insultos e latrocínios’ destruindo fazendas, roubando cavalos, gado e o armamento. [...] Uma vez que sabendo da importância de sua participação na guerra teriam que obter algum benefício e como ele não viera viram-se na necessidade de atacar fazendas para se alimentar e roubar cavalos para montaria (1999, p. 342).

O governo ignorou as tropas. Ignorou a gente humilde que atendeu ao chamado das poderosas famílias da Província, fazendo aflorar profundas mágoas e ressentimentos. Convocados para lutar pela causa brasileira, os combatentes esperavam o justo reconhecimento do trabalho feito e que não veio. Assim, os roubos e atos de violência ao final das lutas demonstram que as opções feitas por aquela população se pautavam na espera da retribuição. Era hora, então, de minimizar os prejuízos. A guerra continuava, mas agora com inimigos não declarados.

SOUZA NETO, Marcelo de. Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2022.

ATIVIDADE

01. Como podemos compreender a instalação de um processo de criminalização das camadas populares no contexto do processo de adesão da província do Piauí à independência do Brasil?

- 2) Em que medida podemos associar os fatores que contribuíram para alimentar expectativas, que impulsionaram as lutas das camadas populares no enfrentamento das tragédias portuguesas em 1823 com os anseios e lutas das camadas populares de hoje em dia? Acrescentando também as formas das elites reagirem tanto no passado quanto no presente.

ANEXO B – CURRÍCULO PIAUÍ: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL



HISTÓRIA ANOS FINAIS – 8º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise	(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.	Revolução Francesa e seus desdobramentos.
	(EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas e sua importância para a independência do Brasil.	Rebeliões na América portuguesa: as conjurações mineira e baiana.
Os processos de independência nas Américas	(EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões.	Independência dos Estados Unidos da América. Independências da América Espanhola.
	(EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais e reconhecer a participação negra no processo de independência do Brasil no Piauí.	A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti. Os caminhos até a independência do Brasil.
	(EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram a independência das colônias hispano-americanas.	
	(EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-Americanismo	
	(EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações.	
	(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola, e no Haiti e no Piauí: sua participação, seus desdobramentos e impactos para a cultura local.	Independência dos Estados Unidos da América. Independências da América Espanhola. A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti. Os caminhos até a independência do Brasil. Lutas de independência no Piauí. Batalha do Jenipapo.

Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado : educação infantil, ensino fundamental / Organizadores Carlos Alberto Pereira da Silva...[et al.]. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020. p.283

ANEXO C – HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA - 8º ANO - ALFREDO BOULOS JÚNIOR

CAPÍTULO

9

O REINADO DE D. PEDRO I: UMA CIDADANIA LIMITADA



Nasce o sol a 2 de julho,
Brilha mais que no primeiro!
É sinal que neste dia
Até o sol, até o sol é brasileiro.
Nunca mais, nunca mais o
despotismo
Regerá, regerá nossas ações!
Com tiranos não combinam
Brasileiros, brasileiros corações!
Salve Ohi Rei das campinas
De Cabrito e Pirajá!
Nossa pátria, hoje livre,
Dos tiranos, dos tiranos não será!

HINO do estado da Bahia 2 de julho.
Letra: Ladislau dos Santos Titens. Música:
José dos Santos Barreto. Disponível em:
<http://www.pm.ba.gov.br/hinoseletrou/hino2jul.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

4 Comemoração da
Independência da
Bahia, Salvador (BA).
2 de julho de 2014.

1. Por que será que o dia 2 de julho é tão importante para os baianos a ponto de merecer um hino?
2. Você sabia que houve lutas pela independência em outras partes do Brasil, além da Bahia?
3. No seu estado também ocorreram lutas pela independência?
4. Qual o significado de "despotismo" no hino?
5. O que é independência para você?

D. Pedro I foi aclamado imperador em 12 de outubro, que era também o dia do seu aniversário. Uma multidão compareceu à festa de sua aclamação. Durante os anos seguintes, a data da aclamação de D. Pedro I era comemorada como o dia da emancipação política do Brasil. O imperador era, então, um homem popular.



▲ Aclamação de Dom Pedro I, gravura de Jean-Baptiste Debret, século XIX.

As lutas pela independência

Na época, a independência não foi aceita no país todo. Em várias províncias brasileiras, como Bahia, Piauí, Grão-Pará, Ceará, Maranhão e Província Cisplatina, o povo pegou em armas para combater militares fiéis a Portugal.

Na **Bahia**, depois de vários combates, batalhões populares vindos do interior da província cercaram as tropas portuguesas que estavam em Salvador. Vendo-se sem alimentos, os soldados portugueses comandados pelo coronel Madeira de Melo tentaram furar o cerco, mas foram derrotados na **Batalha de Pirajá**. Depois, navios ingleses a serviço de D. Pedro I bloquearam Salvador e forçaram as tropas portuguesas a deixar o Brasil em 2 de julho de 1823. Por esse motivo, todos os anos, em 2 de julho, a Bahia festeja sua independência.



▲ Monumento em homenagem à independência da Bahia, localizado na Praça Dois de Julho, Salvador (BA), 2014.

No **Piauí** também ocorreu uma guerra pela independência que se iniciou quando a Câmara de Parnaíba, cidade do norte da província, declarou-se favorável à independência. O general português Cunha Fidié e suas tropas partiram de Oeiras, então capital do Piauí, a fim de sufocar esse movimento pela independência.

Enquanto isso, no **Ceará**, forças populares comandadas pelo sertanejo José Pereira Figueiras tomaram Fortaleza e formaram um governo favorável à independência. Daí, cearenses, maranhenses e baianos armados de facas, machados e espingardas se juntaram aos piauienses e lutaram durante mais de cinco horas para impedir a passagem das tropas de Cunha Fidié.

A batalha se deu na cidade de Campo Maior, interior do Piauí, e recebeu o nome de **Batalha do Jenipapo**. Muitas mulheres trocaram suas joias por armas e também se engajaram na guerra pela independência. Apesar de não terem conseguido vencer essa batalha, os piauienses enfraqueceram as tropas de Fidié e continuaram a combatê-las em Caxias, no **Maranhão**, onde foram forçadas a se render. Em São Luís, a independência foi adomada pela população local, que teve o apoio de uma esquadra inglesa.

No **Pará**, populares que lutavam pela independência invadiram o palácio do governador, mas autoridades nomeadas por D. Pedro I se opuseram à iniciativa dos paraenses, reprimindo-os. Depois, lançaram 256 paraenses no porão de um navio, de onde apenas quatro saíram com vida.



Reportagem sobre a Batalha do Jenipapo.

O GRITO na Jenipapo da Independência ou Morte. 2015. Vídeo [12min04s]. Publicado pelo canal Legislativo PI. Disponível em: <https://youtu.be/dtgtkCypUoA>. Acesso em: 10 maio 2022.



▲ Monumento em memória da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior (PI), 2014.

